



III – CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIAL

1. Agenda Social

A Agenda Social tem como objetivo a redução das desigualdades sociais, a ampliação dos direitos de cidadania, a prioridade para a juventude, a promoção da cultura, a melhoria da qualidade da educação, da saúde e da segurança pública. Para tanto, articulam-se ações entre órgãos executores de políticas nos âmbitos federal, estadual, municipal e distrital, e entre Governo e sociedade civil.

Em 2009, deu-se continuidade às iniciativas da Agenda Social, as quais se articulam em torno dos temas, ou eixos estratégicos, conforme o quadro abaixo.

Eixos	Iniciativa/Programas
Redução das Desigualdades	<ul style="list-style-type: none"> • Reajuste dos benefícios e ampliação do Bolsa Família • Geração de oportunidades às famílias mais pobres • Segurança alimentar e nutricional • Ampliação de serviços socioassistenciais • Territórios da Cidadania
Juventude	<ul style="list-style-type: none"> • Integração dos programas
Direitos de Cidadania	<ul style="list-style-type: none"> • Mulheres • Quilombolas • Povos indígenas • Criança e adolescente • Pessoas com deficiência • Documentação civil básica
Cultura	<ul style="list-style-type: none"> • Mais Cultura
Educação	<ul style="list-style-type: none"> • Maior qualidade da educação
Saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Mais Saúde
Segurança Pública	<ul style="list-style-type: none"> • Segurança Pública com Cidadania

1.1. Redução das Desigualdades

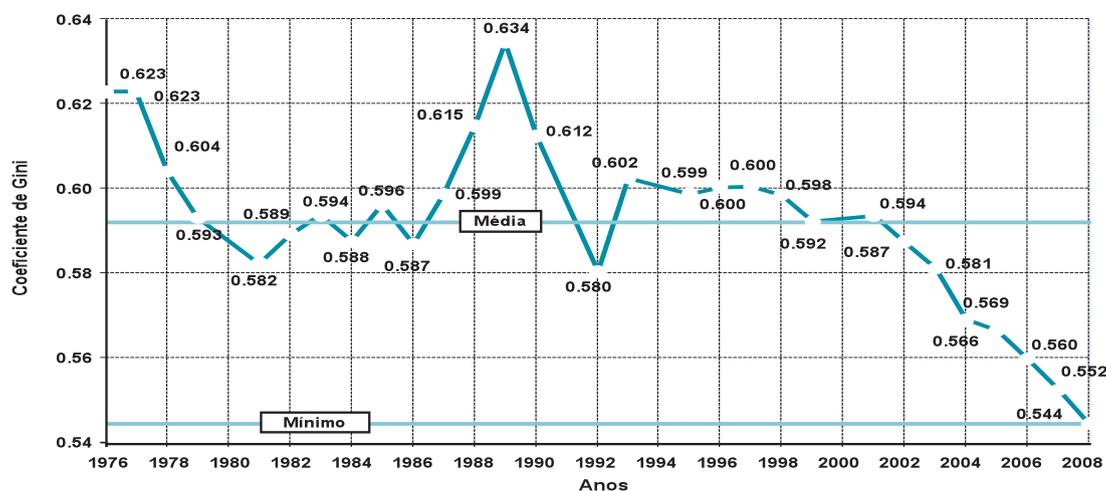
O Brasil está vivendo uma mudança de paradigma na condução das políticas públicas, promovida por uma concepção de desenvolvimento mais distributiva e sustentável. Nesse contexto, as políticas sociais ganham papel relevante, rompendo com a falsa dicotomia entre o social e o econômico. Além da dimensão ética de proteção da vida, as políticas sociais estão mostrando grande possibilidade de dinamização das economias locais, com significativo impacto no fortalecimento do mercado interno, o que foi um trunfo valioso para o Brasil no enfrentamento da última crise econômica mundial.

Superamos um dualismo histórico entre crescimento econômico e desenvolvimento social. Está comprovado que o investimento em políticas públicas sociais contribui para o desenvolvimento sustentável e a superação de crises econômicas. Da mesma forma, todos reconhecem a importância da estabilidade monetária e o crescimento da economia como condição necessária para a superação da pobreza.

No País, os efeitos da última crise econômica foram menores em comparação com outros países, desenvolvidos ou em desenvolvimento. Isso se deve às boas condições macroeconômicas e às políticas sociais, que, dentre outros fatores, garantiram robustez ao mercado interno e aumentaram nossa capacidade de retomada de crescimento. Prova disso é que estudo do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) indica que a pobreza no Brasil segue em queda, apesar da crise internacional

A desigualdade de renda brasileira também declinou de forma sistemática, acentuada e sem precedentes entre 2001 e 2008, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2008. Ao analisar a desigualdade de renda familiar per capita segundo o coeficiente de Gini, verifica-se uma queda de 8,4% entre os anos de 2001 e 2008 (de 0,594 para 0,544), o que indica a tendência rumo a uma sociedade mais justa. Uma decomposição fatorial por fonte de renda do coeficiente de Gini aponta para a desconcentração da renda do trabalho como responsável pela maior parte desse movimento, embora as transferências públicas (aposentadorias, pensões, Benefício de Prestação Continuada e Programa Bolsa Família) tenham revelado significativa contribuição.

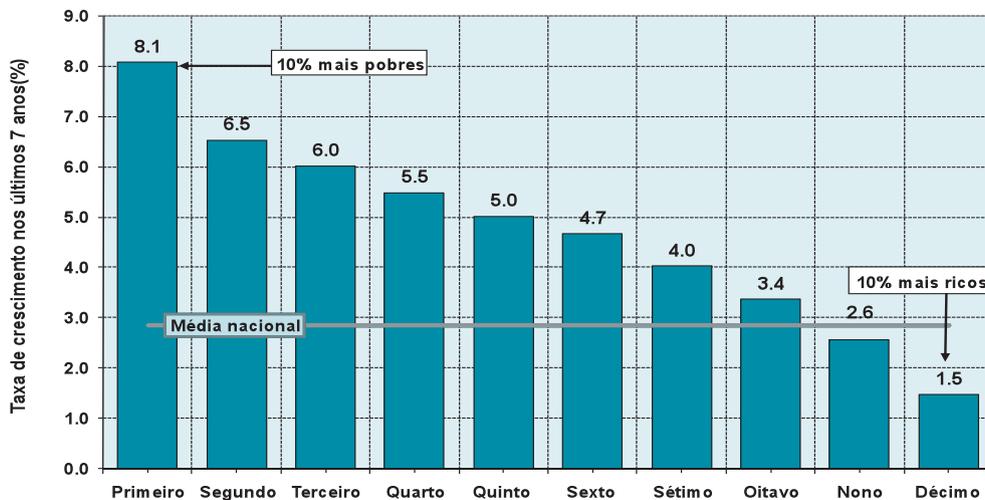
Evolução da Desigualdade na Renda Domiciliar per capita Segundo o Coeficiente de Gini: Brasil, 1976 a 2008



Fonte: Estimativas produzidas pelo Ipea, com base na PNAD, de 1976 a 2008.

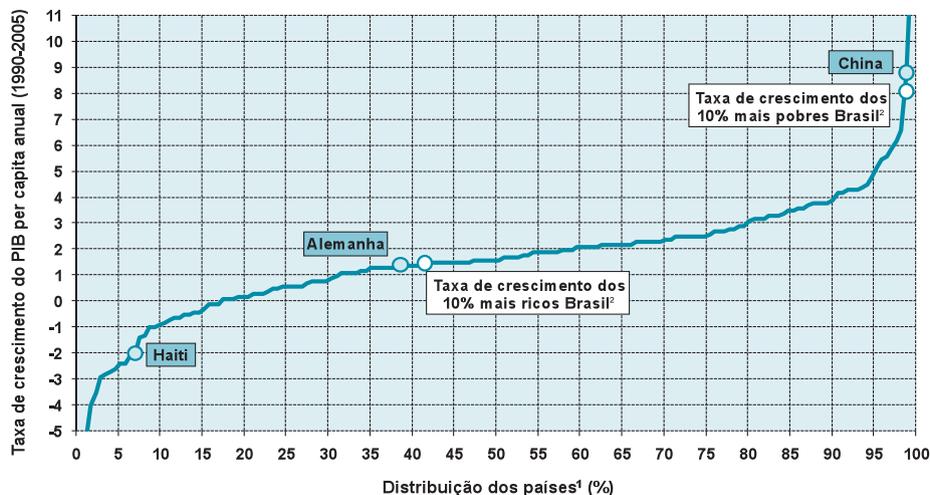
O processo de desconcentração da renda no Brasil tem sido bastante positivo. De 2001 a 2008, a renda familiar per capita de toda a população cresceu, sendo que entre os mais pobres a evolução foi mais acelerada, de acordo com os gráficos a seguir apresentados. Enquanto a renda per capita dos 10% mais pobres cresceu a um ritmo de 8,1% ao ano, três vezes mais que a média nacional (2,7%), a renda dos 10% mais ricos cresceu de forma mais lenta, alcançando 1,5% ao ano nesse período. No ano de 2008, a taxa de crescimento na renda dos mais pobres foi a mais elevada entre todos os países do mundo. Simultaneamente, a taxa de crescimento na renda dos 10% mais ricos, embora menor que a de todos os demais décimos, foi superior ao que se observou em 85% dos demais países.

Taxa Anual de Crescimento da Renda Domiciliar per capita por Décimos da Distribuição – Brasil, 2001 a 2008



Fonte: Estimativas produzidas pelo Ipea, com base na PNAD de 2001 a 2008.

Distribuição dos Países no Mundo Segundo a Taxa de Crescimento Anual do PIB per capita Anual entre os Anos de 1990 e 2005



Fonte: 1. Estimativas produzidas pelo Ipea, com base no Human Development Report (2007-2008) PNUD – considerados 171 países para os quais existe a informação e na PNAD de 2001 a 2008.

Uma forma alternativa de visualizar a queda na desigualdade é observar o crescimento acumulado na renda dos 20% mais pobres *vis a vis* o dos 20% mais ricos. Em 2001, a renda dos 20% mais ricos era 27 vezes a dos 20% mais pobres e em 2008 passou a ser 19 vezes, uma redução de 30% nessa medida de desigualdade em 7 anos. Neste ritmo, o País foi capaz de atingir, em 2005, a meta que o Primeiro Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM) estabeleceu para ser cumprido em 25 anos, entre 1990 e 2015, de reduzir à metade a extrema pobreza.

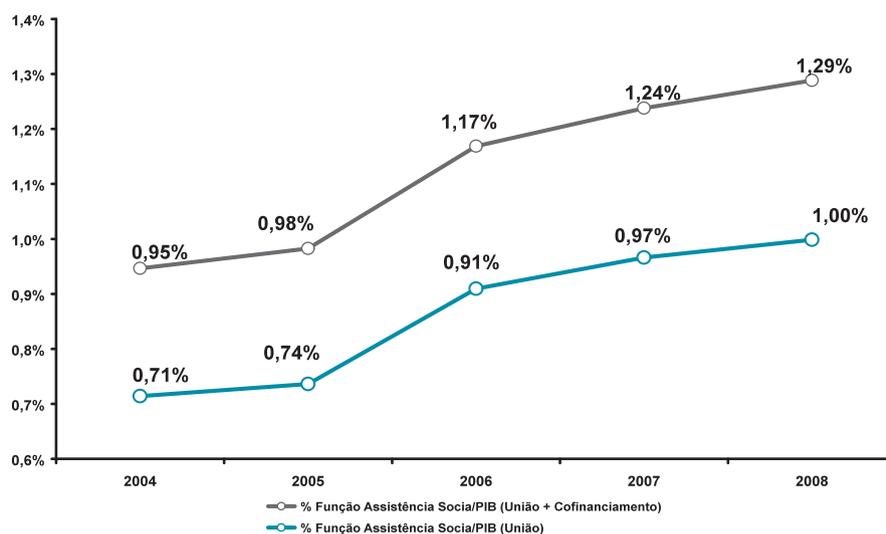
Além da queda da desigualdade e da pobreza em termos de renda, os números da PNAD 2008 revelam a expansão do acesso da população, em especial dos grupos mais vulneráveis, a uma ampla variedade de oportunidades, como o acesso a serviços

habitacionais básicos, à informação e à educação. A expansão continuada do acesso aos itens que caracterizam a qualidade do domicílio (normativamente definida segundo quatro aspectos: acesso a saneamento básico, características físicas adequadas, ocupação adequada e acesso a bens de consumo duráveis) foi também acompanhada pela desconcentração, tornando o acesso mais bem distribuído e menos concentrado nos segmentos relativamente mais ricos.

No que se refere à evolução do Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil (IDH), medido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que engloba as dimensões de renda, educação e longevidade, o Brasil manteve a classificação de país de desenvolvimento humano elevado alcançado em 2005. A elevação na dimensão absoluta do índice de 0,807 em 2006 para 0,813 em 2007 esteve relacionada principalmente ao aumento do PIB per capita no período considerado, embora a edição especial do relatório anual “Situação Mundial da Infância do Fundo das Nações Unidas para a Infância” (Unicef) aponte que o País faz parte do grupo de 25 nações – em meio a 196 analisadas – que mais avançou na redução da mortalidade de menores de 5 anos, atingindo em 2008 a marca de 22 mortes para cada mil nascidos vivos. O relatório cita os avanços também na redução da desnutrição em crianças menores de 2 anos – de 2000 a 2008, o índice caiu 77%. Outro destaque trata do acesso à escola, já que, em 2001, 920 mil crianças em idade escolar estavam fora das salas de aula. Em 2008, o número caiu para 570 mil. As condicionalidades de saúde e educação do Programa Bolsa Família, referentes à frequência escolar, vacinação, acompanhamento nutricional das crianças e das gestantes, certamente contribuíram para a evolução dos números apresentados.

Os resultados de impacto na redução da pobreza e da desigualdade são fruto em grande parte da ampla política social de Estado concebida com foco nos mais pobres. Trata-se de uma clara prioridade de atuação e intervenção comprometida com a agenda social. Nessa perspectiva, constata-se o crescimento contínuo dos recursos destinados à Assistência Social, que em termos nominais aumentaram 102,5% de 2004 a 2008; em relação ao PIB, os recursos evoluíram de 0,95% em 2004 para 1,29% em 2008.

Evolução dos Recursos da Assistência Social em Relação ao PIB – Brasil, 2004-2008



Fonte: Elaborado pelo MDS, com base em dados do SIAFI, SISTN/STN e IBGE.

A partir da análise dos gráficos apresentados, nota-se que o Governo consolidou um círculo virtuoso, caracterizado por uma rede de proteção e promoção social responsável por amenizar o efeito da crise internacional que assolou o mundo em 2008, diminuindo o impacto nos mais pobres e provocando mudança social profunda. Ao mesmo tempo, 31,9 milhões de pessoas ascenderam às classes AB e C entre 2002 e 2008, conforme estudos elaborados com os dados da PNAD. A nova classe média brasileira tornou-se, por meio do seu consumo, um ativo macroeconômico crucial para o desenvolvimento do País. Para 2010, planeja-se a manutenção e aprofundamento das políticas públicas distributivas, de promoção e inclusão social, que contribuam para o desenvolvimento social da nação.

a) Transferência de Renda: o Programa Bolsa Família

Criado pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, o Programa Bolsa Família (PBF) visa contribuir para a superação da pobreza no Brasil por meio de três eixos de atuação: transferência direta de renda, a fim de promover melhorias imediatas nas condições de vida das famílias; reforço do direito de acesso das famílias aos serviços básicos de saúde, educação e assistência social, contribuindo para romper o ciclo de pobreza entre gerações; e integração com outras ações e programas de Governo e da sociedade civil, viabilizando o desenvolvimento das famílias mais vulneráveis.

O PBF se constitui, assim, na principal ação pública de transferência de renda do Brasil. Em 2009, o Programa completou seu sexto ano de operação, no qual foram tomadas medidas importantes para o aperfeiçoamento do Programa e do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). Essas medidas visam ampliar o impacto do PBF sobre a pobreza e a desigualdade, destacando-se, entre elas, o aperfeiçoamento na metodologia de focalização do Programa Bolsa Família. O primeiro foi o ajuste dos critérios de elegibilidade do Programa: a linha de extrema pobreza foi atualizada monetariamente – passando a corresponder a uma renda familiar per capita de até R\$ 70,00 – e a linha de pobreza a uma renda familiar per capita de até R\$ 140,00. O segundo aperfeiçoamento foi a atualização das estimativas de pobreza utilizadas pelo Programa, por meio da incorporação de um coeficiente de vulnerabilidade de renda que considera a instabilidade dos ganhos das famílias mais pobres. Finalmente, as estimativas da população-alvo do Programa nos Municípios foram redefinidas com base na metodologia dos Mapas de Pobreza. Com isso, o público potencialmente beneficiário do Bolsa Família passou de 11,1 milhões para 12,9 milhões de famílias distribuídas em todo o território nacional.

Com base nas novas estimativas, realizou-se em três etapas a expansão da cobertura do PBF. A primeira foi concluída em maio, quando ocorreu a inclusão de 300 mil novas famílias; a segunda, em agosto, com a inclusão de mais 500 mil famílias; a terceira e última aconteceu em outubro, com a inclusão de outras 500 mil famílias. No total, 1,3 milhão de famílias foram incluídas no Bolsa Família em 2009. Em 2010, mais 600 mil novas famílias devem ser incorporadas ao Programa.

Até dezembro de 2009, o PBF atendeu a 12,4 milhões de famílias em todos os Municípios, o que correspondeu a um desembolso total da ordem de R\$ 11,28 bilhões, ou aproximadamente 0,39% do PIB de 2008, o que demonstra o custo relativamente baixo do Programa, considerando o seu impacto positivo na redução da pobreza e da concentração de renda. Com os reajustes, o repasse médio do benefício por família passou de R\$ 85,51 para R\$ 94,24. Estima-se, em 2010, que o programa desembolse R\$ 13,11 bilhões para transferência de renda direta às famílias brasileiras.

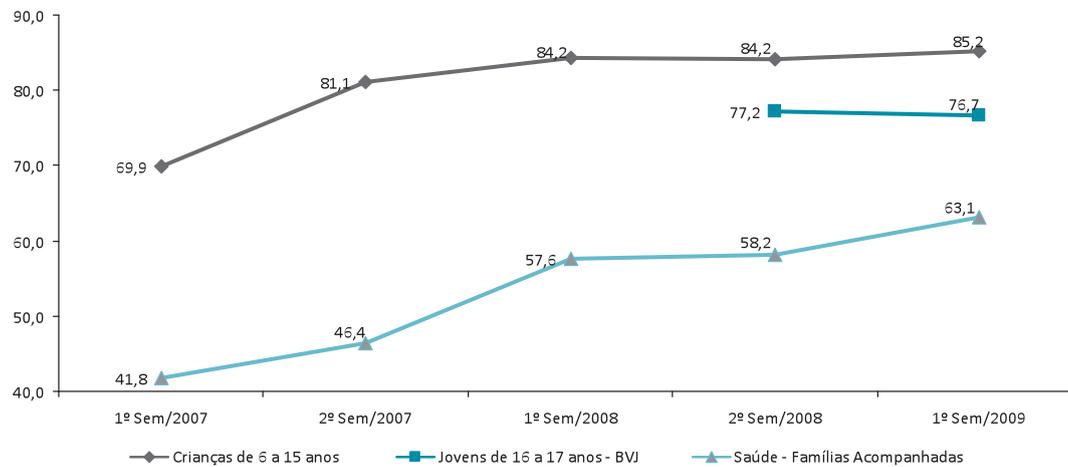
A atuação dos Municípios foi imprescindível para garantir que as famílias mais vulneráveis fossem contempladas na expansão do Bolsa Família. Contudo, ainda há muito o que fazer nesse sentido. É preciso identificar e cadastrar cidadãos que vivem em bolsões de pobreza e áreas de difícil acesso, de forma a direcionar a transferência de renda aos segmentos mais excluídos da população. A atualização permanente dos dados cadastrais das famílias beneficiárias tem grande contribuição a dar nesse sentido. Por isso, em 2009, houve ampla mobilização dos gestores municipais para atualizar os dados das famílias beneficiárias com mais de dois anos desde a última alteração cadastral. Desde o lançamento da estratégia de revisão cadastral, em fevereiro de 2009, mais de dois milhões e duzentas mil famílias tiveram o cadastro atualizado. Em 2010, a revisão cadastral continua, com aprimoramentos importantes para tornar o trabalho dos Municípios mais fácil e organizado.

Ainda dentre as iniciativas implementadas no último exercício para ampliar o impacto do Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade, destaca-se o reajuste dos benefícios em 10%, a fim de preservar o poder de compra das famílias. Assim, o benefício básico, voltado às famílias em situação de extrema pobreza, passou de R\$ 62,00 para R\$ 68,00; o benefício variável, voltado a famílias em situação de pobreza que têm crianças e adolescentes de até 15 anos, limitado a três benefícios, passou de R\$ 20,00 para R\$ 22,00; e o Benefício Variável Vinculado ao Jovem (BVJ), voltado a famílias em situação de pobreza que têm adolescentes de 16 e 17 anos de idade, limitado a dois benefícios, passou de R\$ 30,00 para R\$ 33,00.

O acompanhamento das condicionalidades do PBF apresentou melhorias significativas no período 2003-2009, tanto no que diz respeito à articulação com as políticas de educação, saúde e assistência social, quanto no que diz respeito à definição dos papéis dos três níveis de governo, os quais se encontram regulamentados em portarias interministeriais. Nesse sentido, destaca-se a criação do Fórum Intergovernamental e Intersetorial de Gestão de Condicionalidades do Programa Bolsa Família, assim como a aprovação do Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com a finalidade de garantir a oferta prioritária de serviços socioassistenciais aos beneficiários da transferência de renda. Com a expansão no número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, cerca de 1,2 milhão de crianças e adolescentes foram incluídos no público-alvo para acompanhamento das condicionalidades, ampliando a garantia de acesso dos mesmos a serviços básicos universais.

Em relação à frequência escolar, houve aumento no número de Municípios e de escolas que informaram o cumprimento das condicionalidades, crescimento no número de crianças acompanhadas e, ainda, possibilidade de acesso às informações sobre os motivos de baixa frequência escolar. O percentual de alunos de 6 a 15 anos com acompanhamento de frequência escolar registrado alcançou uma média de 85,2% no primeiro semestre de 2009 e chegou à marca de 89,65% no bimestre outubro/novembro de 2009, representando cerca de 14 milhões de alunos em acompanhamento. Registra-se, ainda, o acompanhamento das demais condicionalidades relacionadas às questões de saúde e da frequência à escola dos jovens acima de 16 anos, nos termos do gráfico a seguir.

Evolução do Acompanhamento da Saúde e da Educação



Fonte: MDS, MEC e SAS/MS.

Em relação às estratégias de apoio à gestão compartilhada do Bolsa Família, destaca-se a institucionalização do Índice de Gestão Descentralizada (IGD), com a publicação da Lei nº 12.058, de 13 de outubro de 2009, que consolida essa inovadora ferramenta de repasse de recursos da União aos entes federados. Estão aptos a receber os repasses do IGD Estados e Municípios que obtêm bons resultados nos indicadores de desempenho que retratam a qualidade da gestão municipal do PBF e do Cadastro Único. Esses indicadores refletem os esforços dos gestores no acompanhamento das condicionalidades e na atualização do cadastro das famílias vulneráveis. Até dezembro de 2009, por meio do IGD, foram transferidos aos Municípios R\$ 231,9 milhões.

Também houve avanço no sentido de incrementar a participação da sociedade civil no apoio, acompanhamento e fiscalização do PBF e do Cadastro Único. As Instâncias de Controle Social (ICS), que são integradas por representantes do governo local e da sociedade civil, passaram, a partir da Lei nº 12.058, de 2009, a ter a responsabilidade pela análise da prestação de contas relativas à utilização de recursos do IGD. Essa mudança evidencia a valorização da participação da sociedade no controle do uso dos recursos públicos destinados a iniciativas de desenvolvimento social.

A mais recente inovação no que se refere ao apoio à gestão descentralizada do Bolsa Família foi a implantação de um modelo de acompanhamento da qualidade da gestão local do PBF e do CadÚnico. Nesse modelo, após análise de desempenho dos indicadores do IGD, é definida uma amostra com grupos de Municípios que apresentam indícios de ineficiência e excelência na gestão do PBF. Estes Municípios são acompanhados por equipes técnicas que diagnosticam problemas e auxiliam na construção de soluções. Foram realizadas, em 2009, oito avaliações em Municípios selecionados.

a.1) Cadastro Único para Programas Sociais

O Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, é o instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda. As informações do CadÚnico viabilizam a seleção de famílias para programas sociais nas esferas dos governos federal, estaduais e municipais. Os princípios de cooperação e de solidariedade dos entes federados refletem-se no modelo de gestão do CadÚnico.

Ao final de 2009, cerca de 19 milhões de famílias estavam identificadas na base de dados desse Cadastro, totalizando aproximadamente 71 milhões de pessoas. Destas, cerca de 31 mil famílias em todo o Brasil estão identificadas como quilombolas, sendo que 24.800 delas são beneficiárias do PBF. Por sua vez, em torno de 76 mil famílias indígenas estão incluídas na base nacional do CadÚnico, sendo que cerca de 64 mil são beneficiárias do PBF.

O CadÚnico fortalece a consolidação da rede de promoção e proteção social, ao mostrar quem são, onde estão e quais são as necessidades das famílias mais vulneráveis. Mais do que uma base de dados das famílias de baixa renda, busca-se fazer com que o CadÚnico seja entendido como uma ponte que facilita o acesso de cada pessoa cadastrada a políticas públicas que melhorem suas condições de vida. Em 2010, está previsto o aperfeiçoamento e implantação da nova versão do “Aplicativo de Entrada e Manutenção de Dados do Cadastro Único”. Essa nova versão do Aplicativo permitirá às prefeituras realizar o cadastramento e a manutenção dos dados das famílias de baixa renda por meio de aplicação *online*, baseada em tecnologia *web* e de *software* livre.

Para implantar o novo formulário, foi iniciado processo de capacitação, em 2009, que terá continuidade ao longo de 2010. O objetivo é que os conhecimentos necessários para o preenchimento do novo formulário cheguem com homogeneidade a cada entrevistador, de forma a garantir a qualidade e contribuir para ampliar a fidedignidade dos dados do CadÚnico, impactando positivamente a gestão de todos os seus programas usuários, como o PBF. Neste exercício, está prevista a capacitação de 13 mil entrevistadores em todo o País.

Cabe destacar, também, a disponibilização do Sistema de Monitoramento de Auditorias do CadÚnico (Simac), em 2009, por meio do qual os Municípios passaram a complementar e atualizar as informações das famílias encontradas nas auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O gestor municipal deve realizar visitas domiciliares para coleta e checagem dos dados dos integrantes de tais famílias e responder a questionários complementares disponibilizados pelo sistema. Os dados coletados pelo Município e a documentação gerada no processo de averiguação das informações ficam à disposição do TCU para o acompanhamento das recomendações emitidas pela equipe de auditoria. Também, já está automatizado o processo de concessão de isenção de taxas em concursos públicos federais para candidatos inscritos no CadÚnico. Desde dezembro de 2009, o Sistema de Isenção de Taxas de Concurso (Sistac) está aberto para três públicos específicos: i) Instituições Executoras: acesso para envio da relação de candidatos que solicitaram isenção de taxas por estarem inscritos no CadÚnico; ii) Órgãos de Auditoria: acesso para consulta da relação de candidatos, dando transparência ao processo; e iii) Candidatos: acesso para consulta do deferimento ou não da solicitação de isenção de taxa.

b) Geração de Oportunidades às Famílias Pobres

A inclusão produtiva dos inscritos no CadÚnico, em particular dos beneficiários do Bolsa Família, norteou a atuação do Governo, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), no último exercício. As diversas ações, implementadas junto a esse público, produziram resultados ainda mais expressivos devido a novos instrumentos, novas formas de atuação e intensificação das ações em execução. Cabe ressaltar que a evolução dos resultados desses esforços também se deveu à rígida obediência à diretriz maior de buscar articulações de um grande número de ações que esgotam o repertório de qualquer ente público isolado, demandando vários setores administrativos dos três níveis de governo, tendo a compreensão de que a inclusão é feita por meio da construção da cidadania digna.

b.1) Novas Formas de Atuação

O Governo deverá finalizar, em 2010, o desenho de uma estratégia de atuação que focaliza ações em áreas que receberão investimentos públicos com potencial de promover impactos regionais. A segurança, precisão na implantação dos projetos e a grande soma de recursos que são aplicados em um curto período podem se constituir em excelentes oportunidades para a inauguração de um processo virtuoso cujos efeitos contribuirão intensamente para a inclusão produtiva do público das políticas públicas sociais. O objetivo é aproveitar as oportunidades criadas pelos grandes investimentos públicos e privados (BNDES, PAC, Petrobras, setor elétrico, transportes e outros) para incluir produtivamente o público do CadÚnico e outros socialmente vulneráveis.

Outra inovação implantada com o objetivo de ampliar as possibilidades de sucesso das políticas de inclusão deu-se com o lançamento do programa Próximo Passo. O Programa é uma ação articulada entre Governo, empresários e trabalhadores, com o objetivo de promover qualificação social e profissional específica para os beneficiários do Bolsa Família. Seu objetivo é garantir acesso a vagas de qualificação para esse público, que tende a ser usualmente secundarizado ou excluído das oportunidades existentes, e apoiá-lo no processo de encaminhamento ao mercado formal de trabalho. Ele se insere no âmbito do Programa Nacional de Qualificação (PNQ).

O Próximo Passo possui três eixos centrais para garantir sua efetividade: i) os cursos de qualificação estão direcionados para setores produtivos em que há expectativa de crescimento da mão de obra demandada, o que justifica iniciar por ações na área de construção civil, estimulada pelas obras do PAC e pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, e no turismo, atividade em expansão em todo o território nacional, incrementada pelos preparativos para a Copa 2014 e Olimpíada 2016; ii) prioridade para a qualidade do aprendizado, para aumentar as chances de inserção; e iii) compromisso com inserção profissional, pactuado entre Governo e empresariado.

A execução dos cursos é de responsabilidade dos Estados, Municípios e entidades sem fins lucrativos especializadas em formação profissional. Entre recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e contrapartidas dos demais parceiros, o investimento previsto para 2009 foi de R\$ 130 milhões. Os cursos começaram em todas as capitais dos Estados e nas 13 regiões metropolitanas em que o Próximo Passo é executado e, ao final de 2009, cerca de 40 mil alunos já estavam em aula ou formados. Até o final de 2010, mais de 130 mil trabalhadores passarão pelas salas de aula e serão certificados.

Também merece destaque a atuação no âmbito do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo (Prominp). O Programa prevê um componente de qualificação de trabalhadores para a cadeia do petróleo e gás. Para o período de 2009-2014, prevê-se qualificação de mais 220 mil profissionais, em 13 unidades da Federação. Com vistas ao 5º Processo Seletivo para a qualificação do Prominp, o MDS, em parceria com a Petrobras, SESI, MEC, SESC, cinco governos estaduais (BA, CE, ES, PE e RJ) e cinco Prefeituras (Araucária/PR, Itajaí/SC, Mossoró/RN, Rio Grande/RS e São Luís/MA), está apoiando cursos de reforço escolar para cerca de 30 mil beneficiários do PBF. O reforço escolar amplia significativamente as possibilidades de os beneficiários do PBF ingressarem no promissor mercado de trabalho da cadeia do petróleo e gás.

b.2) Intensificação das Ações em Execução

O Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social (CNDS) visa à conjugação de esforços entre a União, os Estados e o Distrito Federal para pactuar metas de desenvolvimento social e combate à fome, direcionados à inclusão social e à promoção

da cidadania. Uma das metas do CNDS é a inclusão produtiva. Até novembro de 2009, 25 Estados já haviam aderido a esse Compromisso. Considerando a disponibilidade orçamentário-financeira para 2009 e a priorização daqueles Estados com maior percentual de beneficiários do PBF em relação à população total, foram celebrados, em 2009, convênios com onze unidades da Federação visando à execução de projetos de inclusão produtiva, nos quais foram aprovados recursos na ordem de R\$ 49,43 milhões.

Outra relevante ação do Governo, por meio do MDS, é a que objetiva a inclusão dos catadores de materiais recicláveis. Para isso, algumas iniciativas estão em andamento, como a articulação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por intermédio do seu Fundo Multilateral de Investimento (Fumin), que deu origem ao projeto “Integração Socioeconômica dos Catadores de Materiais Recicláveis”. Agregando parceiros da iniciativa privada e sociedade civil organizada que efetivamente apoiam financeiramente o projeto, são abrangidas cinco regiões metropolitanas brasileiras – Aracaju, Belém, Brasília, Recife e Salvador –, com expectativa de atender cerca de 12 mil famílias, em 2010. Também em relação a esse público, destaca-se o convênio assinado, em 2009, entre o MDS e o Estado do Ceará, cujo objeto atende a catadores de materiais recicláveis e suas entidades representativas, devendo beneficiar aproximadamente 8 mil pessoas.

A Estratégia Fome Zero, coordenada pelo MDS, atendeu no último ano, a 130 instituições com doação de bens e mercadorias não-perecíveis, oriundos da Secretaria da Receita Federal do Brasil. Com estas, foram apoiados projetos de inclusão produtiva que alcançam aproximadamente 2.300 famílias. O Fome Zero atuou também em situações de emergência provocadas pelas enchentes do início do ano de 2009. Esse atendimento abrangeu 176 Municípios, em 18 Estados, beneficiando 503.738 pessoas por meio de doações de vestuário e alimento.

Além disso, houve a elaboração no último ano de duas medidas que ampliam e fortalecem a capacidade de atendimento da Estratégia Fome Zero. Essas medidas visam definir fluxos para beneficiar a política nacional de proteção ambiental, promover empreendimentos de base sustentável e a inclusão produtiva das famílias em situação de vulnerabilidade social. Pela primeira, o MDS foi autorizado a doar matéria-prima florestal efetivamente produzida em empreendimentos de interesse público ou social, a exemplo da transposição do rio São Francisco, e a segunda estabeleceu a forma de cooperação entre o MDS e o MMA para a destinação de bens e recursos para a Estratégia Fome Zero, especialmente daqueles oriundos de apreensões em operações de fiscalização ambiental.

Em decorrência dessas medidas, em novembro de 2009, foi assinado o Termo de Doação à Estratégia Fome Zero de 3.808,160 m³ de madeira beneficiada apreendida pelo Ibama no Estado de Rondônia. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) realizará leilão dessas madeiras, via Bolsa de Mercadorias, e os recursos auferidos serão depositados no Fundo de Erradicação e Combate à Pobreza (FCEP), com a finalidade de apoiar a execução de projetos de inclusão produtiva. Outra ação já realizada refere-se à publicação, no sítio da Estratégia Fome Zero, do edital de lotes de ovinos e bovinos resultantes da apreensão pelo Ibama de 729 semoventes do interior da Floresta Nacional Jamanxim, no Município de Novo Progresso, no Estado do Pará.

Vale observar que, em 2008, o Ibama doou à Estratégia Fome Zero 3.555 cabeças de gado que estavam sendo criados ilegalmente em reservas ambientais brasileiras. Tal ação, conhecida como Operação Boi Pirata I, resultou em um leilão, realizado pela Conab, no qual foram arrecadados R\$ 1,26 milhão. Já em 2009, houve a Operação Boi Pirata II, com a destinação àquela Estratégia de 729 semoventes – entre ovinos e bovinos – que foram doados a instituições estaduais para execução de projetos de geração

trabalho e renda, direcionados a agricultores familiares e comunidades tradicionais, especialmente quilombolas, passíveis de enquadramento nos programas sociais.

c) Ampliação dos Serviços Socioambientais

A política pública de assistência social, organizada, a partir de 2005, em um sistema descentralizado e participativo – o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) –, tem como escopo a ampliação dos direitos sociais, a serem assegurados a todos os cidadãos que os demandem, conforme previsto na Constituição Federal. Insere-se, dessa forma, no conjunto de iniciativas do Governo no combate à pobreza, na redução das desigualdades e das vulnerabilidades sociais.

O processo de consolidação do SUAS no território brasileiro pode ser constatado com o índice de 98,9% de adesão dos Municípios ao Sistema, sendo que 80,8% estão em gestão básica e plena. Essa adesão representa o compromisso de os Municípios atenderem requisitos e assumirem responsabilidades no nível de gestão das ações de assistência social, com a oferta de programas, projetos, serviços e benefícios voltados à prevenção de riscos, além da proteção nas situações de violação de direitos. Para o ano de 2010, pretende-se a implantar um novo modelo de habilitação ao SUAS, que privilegie o fortalecimento e aprimoramento dos Conselhos, Planos e Fundos de Assistência Social, e o resgate das dimensões do planejamento e acompanhamento como instrumentos fundamentais da gestão descentralizada do Sistema.

Dentre as ações direcionadas ao apoio à gestão do SUAS, ressalta-se o apoio técnico e a transferência de recursos, no valor de R\$ 17,65 milhões para o biênio 2009/2010, referentes ao Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual. Esse pacto representa um compromisso entre o Governo Federal e os órgãos gestores da assistência social dos Estados e do Distrito Federal, e tem por objetivo o fortalecimento e a adequação desses órgãos para o pleno exercício da gestão do SUAS, do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único, no seu âmbito de competência.

No tocante às ações da Proteção Básica do SUAS, os Serviços de Proteção Social Básica às Famílias consistem na viabilização do cofinanciamento federal junto às demais esferas de governo para custeio do Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF), desenvolvido nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), visando i) contribuir para a prevenção de situações de risco; ii) fortalecer os vínculos familiares e comunitários; iii) promover potencialidades e aquisições; e iv) favorecer o convívio familiar e o protagonismo dos seus usuários. Os CRAS atuam como referência local e territorial e desenvolvem atendimento socioassistencial às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, considerando as diversidades e especificidades, e primando pela participação popular. Em 2009, o Governo cofinanciou a execução dos serviços em 3.916 CRAS, envolvendo 3.187 Municípios, o que possibilitou o referenciamento de aproximadamente 14 milhões de famílias que vivem em territórios de vulnerabilidade e o atendimento de cerca de 2,8 milhões de famílias. Para tanto, a execução financeira foi de R\$ 298 milhões.

No que diz respeito ainda à Proteção Social Básica do SUAS, ressalta-se a expansão, em 2009, do ProJovem Adolescente, com o atendimento a 519.325 jovens, conforme distribuição constante do quadro que se segue.

Proteção Social Básica do SUAS, em 2009

Região	Nº de Municípios	Nº de Vagas
Norte	268	54.850
Nordeste	1.510	294.825
Centro-Oeste	276	25.525
Sudeste	769	118.025
Sul	332	26.100
Total	3.155	519.325

Fonte: MDS.

Do total de 519.325 vagas ofertadas, estima-se que pelo menos 346.200 são ocupadas por jovens provenientes de famílias beneficiárias do Bolsa Família. Jovens em situação de risco, com vivência de trabalho infantil, exploração sexual, situação de rua, abrigo e violência, dentre outras, podem ocupar até um terço das vagas, possibilitando assim oportunidades de integração social e comunitária.

Dentre os avanços obtidos, em 2009, ressalta-se que a transição entre o Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, extinto em 2008, e o Projovem Adolescente foi concluída com êxito, além de todas as metas pactuadas nos anos de 2008 e 2009 terem sido efetivamente ofertadas aos Municípios e ao Distrito Federal. Foram realizados 63 eventos presenciais de capacitação, em todas as unidades da Federação, envolvendo cerca de 7.500 profissionais de aproximadamente 3.500 Municípios. Em 2010, o Projovem Adolescente tem a meta de atender a 1 milhão de jovens executando uma previsão orçamentária (LOA 2010) de R\$ 356,5 milhões.

No ano de 2009, foi finalizado o processo de transição da educação infantil para o âmbito da Educação, o que incluiu a formulação de regulações; a capacitação de técnicos dos Estados e representantes dos colegiados dos gestores municipais, por meio da realização de um seminário nacional, além da promoção de duas teleconferências que permitiram a adequada migração do atendimento das creches para a gestão da área da Educação.

A partir de janeiro de 2010, os recursos que até 31/12/2009 eram investidos no atendimento em creches e pré-escolas, serão destinados: ao cofinanciamento do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) em mais 1.143 Municípios; à oferta de serviços de proteção social básica a pessoas idosas e a crianças de até seis anos e suas famílias em mais de 3 mil Municípios; e ao cofinanciamento de novos coletivos do Projovem Adolescente, fortalecendo, portanto, a centralidade do PAIF na oferta de serviços de proteção social básica nos territórios mais vulneráveis. A meta do PAIF para 2010 é referenciar aos CRAS 20 milhões de famílias. A previsão orçamentária para este exercício é de R\$ 406 milhões.

Quanto aos serviços da proteção básica direcionados a crianças de zero a seis anos e suas famílias e a pessoas idosas, em 2009, foram atendidos, por mês, aproximadamente 1,7 milhão de crianças em ações socioeducativas e idosos em centros e grupos de convivência, em 4.617 Municípios.

O Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC), que constitui uma renda mensal no valor de um salário mínimo destinado às pessoas idosas (a partir de 65 anos) e às pessoas com deficiência que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção, nem de tê-la provida por sua família, atingiu 3,14 milhões de beneficiários, no mês de novembro

de 2009, sendo 1,61 milhão de pessoas com deficiência e 1,53 milhão de pessoas idosas, tendo sido aplicados R\$ 18,71 bilhões nesse Benefício até dezembro de 2009. Para 2010, a previsão é atender a 1,78 milhão de pessoas com deficiência e 1,67 milhão de pessoas idosas, com um orçamento de R\$ 22,35 bilhões.

O Programa BPC na Escola foi instituído em 2007 tendo em vista a necessidade de ampliação e manutenção de uma rede de proteção integral voltada aos beneficiários do BPC, para promover o acesso às diversas políticas públicas. Nesse contexto, o Programa tem como objetivo promover a elevação da qualidade de vida e dignidade das pessoas com deficiência até 18 anos, beneficiárias do BPC, garantindo-lhes o acesso e permanência na escola, por meio de articulação intersetorial, envolvendo as políticas de assistência social, educação, saúde e direitos humanos.

O programa contou com a adesão de todos os Estados, Distrito Federal e 2.622 Municípios, incluindo as capitais. São 232 mil crianças e adolescentes beneficiários do BPC e, desse público, 30% já se encontram na escola. O Governo Federal, em parceria com os Estados e Distrito Federal, organizou as capacitações destinadas aos Municípios que aderiram ao programa. As equipes técnicas constituídas no âmbito local encontram-se na fase de aplicação do Questionário para Identificação de Barreiras para o Acesso e Permanência na Escola dos beneficiários com deficiência do BPC e inserção dos dados no sistema informatizado específico do programa. Prevê-se a abertura de novo processo de adesão em 2010.

Ainda na perspectiva de promover o acesso dos beneficiários do BPC às políticas públicas, com vistas à elevação de sua qualidade de vida e dignidade, o Governo está instituindo o Programa BPC Trabalho. No dia 24/11/2009, o MDS celebrou Acordo de Cooperação Técnica com a Federação Nacional das Associações para Valorização de Pessoas com Deficiência (Fenavape), com o objetivo de desenvolver ações que favoreçam o acesso ao trabalho das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC, com idade de 16 a 45 anos prioritariamente, e que apresentem condições e manifestem interesse em participar, de acordo com suas potencialidades.

No âmbito da Proteção Social Especial do SUAS, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é a unidade pública estatal que oferece atenção especializada de apoio, orientação e acompanhamento a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos, por meio dos seguintes serviços: Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos, Serviço Especializado de Abordagem Social, Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) e Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias.

A cobertura de atendimento dos serviços cofinanciados pelo Governo Federal, vinculados ao CREAS, em 2009, atingiu 1.057 unidades municipais e 43 regionais, totalizando um aporte de R\$ 98,81 milhões. Em 2010, está prevista a ampliação da capacidade de atendimento dos serviços especializados ofertado nos CREAS, aumentando de 95.190 para 121.090 pessoas, totalizando um orçamento de R\$ 143 milhões.

Com a finalidade de garantir proteção social especial às famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, o Governo, por intermédio do MDS, também cofinancia serviços de acolhimento (abrigo), oferecendo atendimento a idosos, crianças e adolescentes, mulheres vítimas de violência, população em situação de rua e outros, necessitando de acolhimento provisório, fora de seu núcleo familiar. No ano de 2009, o cofinanciamento do Governo Federal, para esse serviço foi de aproximadamente R\$ 54,53 milhões, o que possibilitou atender cerca de 54.420 pessoas, mensalmente.

Outro destaque dentre as ações da proteção social especial diz respeito à realização do II Encontro Nacional de População em Situação de Rua, no qual foi debatida a proposta de instituição de uma política nacional para o segmento e que culminou com a instituição da “Política Nacional para a População em Situação de Rua” e a criação do “Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento”. Essa política foi institucionalizada por meio do Decreto nº 7.053, de dezembro de 2009. Ainda em relação a esse segmento, vale registrar que, em 2009, foi implantado pelo Governo um suplemento específico no Cadastro Único voltado à população em situação de rua, o qual será um importante instrumento para o acesso dessa população a programas de transferência de renda, bem como proporcionará o levantamento de subsídios para a formulação e implantação de serviços socioassistenciais específicos a essa população. O início do cadastramento está previsto para o primeiro semestre de 2010.

A partir da elaboração da Política Nacional da População em Situação de Rua, a elaboração do documento “Orientação Técnica: Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes” e a aprovação da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, pelo Conselho Nacional de Assistência Social, novos desafios foram colocados no processo de reordenamento dos serviços de acolhimento. Nessa direção, indicadores quantitativos e qualitativos dos serviços da proteção social especial de alta complexidade vão compor o Censo SUAS 2010. Ressalte-se que este é um importante instrumento para definição de ações de regulação e acompanhamento de um sistema de proteção social àqueles que necessitam dos serviços de acolhimento.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), na esfera da política de assistência social, compreende a transferência de renda, a oferta de serviços socioeducativos para crianças e adolescentes retirados do trabalho infantil e o trabalho social com as suas famílias, com o objetivo de contribuir para o enfrentamento e a erradicação dessa violação de direito. O valor repassado pelo Governo, em 2009, para cofinanciamento da oferta desse serviço foi de R\$ 257 milhões, ofertando atividades para 822.648 crianças e adolescentes. No que se refere à transferência de renda, foram destinados R\$ 668,24 milhões para as famílias. Para 2010, está prevista a ampliação da cobertura do atendimento para cerca de 920 mil crianças e adolescentes, com um orçamento de R\$ 276 milhões para o serviço e de R\$ 702 milhões para transferência de renda às famílias. De acordo com os dados divulgados pela PNAD 2009, o ano de 2008 reafirmou a tendência de queda do trabalho infantil no País. Considerando a faixa etária de 5 a 15 anos, em 2008 a taxa de trabalho infantil caiu de 6,6% para 5,8%, reduzindo de 2,49 milhões de crianças e adolescentes trabalhadores em 2007 para 2,14 milhões em 2008. Assim, aproximadamente 350 mil crianças e adolescentes dessa faixa etária deixaram de trabalhar no intervalo de um ano.

O ano de 2009 foi marcante em aspectos que garantem a eficiência estatal e a relação entre o setor público e o privado para a Política de Assistência Social, com destaque para a sanção da Lei nº 12.101, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social. Essa reformulação da sistemática relativa à certificação e à isenção altera o julgamento dos requerimentos de certificação e renovação conforme a área de atuação das entidades, repartindo a competência entre os Ministérios da Saúde, da Educação e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, permitindo, dessa forma, uma tramitação mais rápida e eficaz junto a esses órgãos do Poder Público.

Para 2010, uma das solicitações do Poder Executivo ao Congresso Nacional refere-se à tramitação do Projeto de Lei nº 3.077, de 2008, que altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Trata-se de proposta que viabilizará significativos avanços no SUAS, instituindo legalmente o sistema descentralizado e participativo de que trata a Lei Orgânica da Assistência Social e estabelecendo regras gerais quanto à gestão, o controle social, o monitoramento e a avaliação da política de assistência social.

d) Segurança Alimentar e Nutricional

A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional tem como objetivo garantir aos cidadãos o acesso à comida e água em quantidade, qualidade e regularidade suficientes, de maneira sustentável e respeitando as diversidades culturais. Para tanto, são desenvolvidas ações estruturantes e emergenciais de combate à fome, por meio de programas e projetos de produção, distribuição, comercialização e consumo de alimentos, de apoio e incentivo à agricultura familiar, de desenvolvimento regional, de educação alimentar e nutricional e outros voltados a populações específicas, como indígenas e quilombolas, contribuindo, assim, para o conjunto de estratégias do Fome Zero.

As ações de Segurança Alimentar e Nutricional alcançaram os seguintes resultados nos Municípios integrantes dos Territórios da Cidadania: i) até novembro de 2009, o Programa de Aquisição de Alimentos atendeu a mais de 90 Territórios, com a aquisição e distribuição de cerca de 50 mil toneladas de alimentos, com investimento de cerca de R\$ 70 milhões; ii) na modalidade Incentivo à Produção e ao Consumo do Leite, 36 Territórios foram atendidos com a distribuição de 36,8 milhões de litros de leite, com uma média de 100 mil litros de leite/dia e um investimento de cerca de R\$ 31 milhões. O Programa de Construção de Cisternas utiliza uma tecnologia popular para a captação e armazenamento de água da chuva e representa uma solução de acesso a recursos hídricos para a população rural do semiárido brasileiro, que sofre com os efeitos das secas prolongadas. Trata-se de uma solução efetiva para a sustentabilidade da vida naquela região, ao garantir fonte de água de boa qualidade para consumo humano, beneficiando grupos sociais mais vulneráveis. Em 2009, foram aplicados R\$ 53,7 milhões na construção de cisternas, o que totaliza, entre 2003 até novembro de 2009, um investimento superior a R\$ 440 milhões na construção de 273 mil cisternas, beneficiando 1,4 milhão de pessoas. Para 2010 está previsto um investimento de R\$ 119 milhões na construção de 70 mil cisternas.

O Programa Segunda Água é uma iniciativa que visa ampliar as condições de acesso adequado à água potável das populações rurais de baixa renda do semiárido, por meio de equipamentos de captação de água (cisternas calçadão, barragens subterrâneas, tanques de pedra, barraginhas, entre outros). O Programa compreende ainda o incentivo ao cultivo de alimentos para o autoconsumo, por meio do componente de caráter produtivo da iniciativa, que compreende a capacitação das famílias no cultivo de alimentos, convivência com o semiárido, intercâmbios de agricultores para a difusão de ações exitosas, entre outros. De 2007 a 2009, já foram construídas 2.892 implementações de “segunda água” (2.387 cisternas calçadão, 93 barragens subterrâneas e 412 tanques de pedra) e já foram investidos R\$ 54,0 milhões no âmbito do MDS. Em 2010, serão implantadas 2.500 estruturas do tipo segunda água, totalizando investimento de R\$ 25 milhões.

Na agenda parlamentar, encontra-se atualmente tramitando no Congresso Nacional a Proposta de Emenda Constitucional nº 47, de 2003, que introduz a alimentação como direito social, propondo a alteração do art. 6º da Constituição Federal. A menção expressa do direito à alimentação na Carta Magna confere um novo status às políticas de segurança alimentar e nutricional, de maneira a garantir a promoção e a exigibilidade do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Assim, a aprovação da referida proposta é de suma importância para a garantia de um direito fundamental, que é o acesso à alimentação adequada e de qualidade, de maneira a erradicar a fome e a desnutrição no Brasil.

d.1) Programa de Aquisição de Alimentos

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) consiste na aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar, para doação a entidades socioassistenciais que atendam pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, recomposição dos estoques públicos e comercialização. O PAA é executado em parceria com órgãos federais, estaduais e municipais. Para 2009, foram previstos cerca de R\$ 624 milhões para as modalidades PAA Estado, Conab, Municipal e Leite. Em 2009, no âmbito federal, por intermédio do MDS e Conab, foram investidos R\$ 226 milhões, beneficiando aproximadamente 79 mil agricultores familiares, com a aquisição de cerca de 170 mil toneladas de alimentos e atendimento a 28.400 entidades assistenciais.

No âmbito estadual, nos últimos dois anos, foram publicados editais de seleção de propostas para apoio a projetos de compra direta local da agricultura familiar em Municípios pertencentes ao Programa Territórios da Cidadania e Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consad). Os convênios firmados com os Estados, em 2008 e 2009, atenderam a aproximadamente 24,1 mil agricultores familiares, com a aquisição de cerca de 52,4 mil toneladas de alimentos, os quais vêm sendo doados a 450 mil pessoas, o que corresponde ao repasse de recursos da ordem de R\$ 81,8 milhões, dos quais R\$ 31 milhões foram repassados em 2009.

Em termos municipais, nos últimos dois anos (2008 e 2009), o Programa selecionou, por meio de editais, 80 Municípios, atendendo a 11,3 mil agricultores com a aquisição de cerca de 200 mil toneladas de alimentos, com um volume total de investimentos em torno de R\$ 32 milhões, beneficiando 1.880 entidades assistenciais (aproximadamente 788 mil pessoas).

Balanco do Programa de Aquisição de Alimentos 2008/2009

Atuação do PAA	Agricultores familiares beneficiados	Toneladas de alimentos	Entidades assistenciais ou pessoas beneficiadas (nº aproximado)	Recursos previstos
Federal	79.000	170.000	28.400 entidades	R\$ 226,1 milhões
Estadual	24.100	52.400	450 mil pessoas	R\$ 31,2 milhões
Municipal	11.300	200.000	1.880 entidades/788.819 pessoas	R\$ 32,8 milhões
Leite	26.000	215.700	3 milhões pessoas	R\$ 138,0 milhões
TOTAL	140.400	638.100	-	R\$ 473,1 milhões

Fonte: Governos Estaduais, Municipais e Conab.

Na modalidade do PAA Leite (Leite Fome Zero), modalidade do Programa que garante a compra do leite de pequenos agricultores familiares, compatibilizando-a com a distribuição gratuita aos segmentos populacionais vulneráveis, foi alcançada a meta de compra de 700 mil litros de leite/dia, em 2009, entregues diariamente a 650 mil famílias (cerca de 3 milhões de pessoas), beneficiando 26 mil agricultores em 1.158 Municípios, pertencentes aos Estados da região Nordeste e norte do Estado de Minas Gerais. Foram executados, até novembro de 2009, R\$ 138 milhões nesta ação.

d.2) Rede de Equipamentos

O programa Restaurantes Populares é executado desde 2003 nos Municípios com mais de 100 mil habitantes por meio da cooperação entre o Governo Federal e os governos locais. O objetivo desse programa é a prestação de serviço público para a promoção do direito à alimentação adequada dos trabalhadores que fazem suas refeições fora do seu domicílio nos grandes centros urbanos do País. A cada dia, cerca de 105 mil refeições são servidas nos 73 Restaurantes Populares em funcionamento, distribuídos em 65 Municípios brasileiros. Outras 70 unidades estão em fase de implantação, o que totalizará 143 unidades apoiadas em 113 Municípios. Por meio dessa ação, busca-se ampliar a oferta de refeições nutricionalmente adequadas à população de baixa renda, a preços acessíveis, e contribuir para a redução do número de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Já as Cozinhas Comunitárias são equipamentos públicos, implantados em parceria com prefeituras municipais, que atendem famílias em situação de vulnerabilidade social e risco de insegurança alimentar, previamente cadastradas, em parceria com o Centro de Referência de Assistência Social. A distribuição de refeições é, em sua maioria, gratuita, podendo ser comercializada a preço acessível. De 2003 a 2008, foram apoiadas 580 unidades em 22 Estados, das quais 380 estão em funcionamento, onde são servidas 72 mil refeições diárias. Para o biênio 2009/2010, foram contratadas 97 novas unidades de Cozinhas, totalizando investimento da ordem de R\$ 33 milhões.

Total de Unidades em Funcionamento e Número de Refeições Servidas por Dia (2009)

Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição	Unidades	Refeições servidas em todas as unidades por dia
Restaurante Popular	73	105 mil
Cozinha Comunitária	380	72 mil

Fonte: MDS

Total de Unidades em Funcionamento e Número de Entidades Atendidas por Mês (2009)

Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição	Unidades	Entidades atendidas por mês
Banco de Alimentos	57	1.906

Fonte: MDS

Por sua vez, os Bancos de Alimentos arrecadam alimentos provenientes de doações de produtores e comerciantes locais, que, por razões variadas, são impróprios para a comercialização, mas adequados ao consumo humano, e os distribuem a entidades que compõem a rede de promoção e proteção social municipal. O Governo, por intermédio do MDS, apoia 106 unidades de Bancos de Alimentos em 104 Municípios de 19 Estados, sendo 57 unidades já em funcionamento, em 56 Municípios. Outras 33 unidades já receberam recursos e estão em fase de construção e/ou implantação. Em 2008, as unidades em funcionamento distribuíram aproximadamente 18 mil toneladas de alimentos, beneficiando cerca de 906 entidades assistenciais e contribuindo com o combate ao desperdício de alimentos nos sistemas agroalimentares urbanos e metropolitanos. Para o biênio 2009/2010, estão em fase de contratação, 18 novas unidades de Bancos, totalizando investimento da ordem de R\$ 10,8 milhões para o período.

No geral, de 2003 a 2008, já foram investidos R\$ 176 milhões na implantação desses equipamentos públicos (Restaurantes Populares, Bancos de Alimentos e Cozinhas Comunitárias) e, somente em 2009, foram empenhados R\$ 51,6 milhões em novas instalações. Ao todo, são 510 unidades em funcionamento e outras 405 estão em implantação. Para 2010, estão previstos recursos da ordem de R\$ 42 milhões para a implantação de novas unidades.

d.3) Cestas de Alimentos

A distribuição de cestas de alimentos é uma ação emergencial, com o objetivo de atender às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional. A prioridade é conferida a grupos remanescentes de quilombos, famílias acampadas que aguardam o programa de reforma agrária, comunidades de terreiros, indígenas, atingidos por barragens e populações residentes em Municípios vítimas de calamidades públicas, impossibilitadas de produzir ou adquirir alimentos.

De janeiro a dezembro de 2009, foram entregues 1,3 milhão de cestas de alimentos, contemplando aproximadamente 335 mil famílias, totalizando um investimento de R\$ 57,3 milhões. Em 2010, está previsto o investimento de R\$ 69 milhões, que beneficiará 318 mil famílias. O aumento de recursos destinados para a ação no ano de 2010 permitirá um aumento no número de cestas de alimentos recebidos por família anualmente, cuja média atual é de 4 cestas de alimentos/ano por família. Essa ampliação se coaduna à demanda realizada pelas famílias durante as oficinas regionais realizadas pelo MDS em 2009.

d.4) Educação Alimentar e Nutricional

O programa de educação alimentar e nutricional visa transmitir conhecimentos e habilidades que permitam às pessoas selecionar e consumir alimentos saudáveis, valorizando a diversidade dos produtos regionais e o aproveitamento integral dos alimentos, de forma a promover a segurança alimentar e nutricional. Em 2009, foram realizados 17 convênios que beneficiaram 84 mil pessoas. Para 2010, prevê-se a capacitação de 84 mil pessoas para uma melhor educação alimentar e nutricional.

As ações de segurança alimentar e nutricional alcançaram os seguintes resultados nos Municípios integrantes dos Territórios da Cidadania: Até novembro de 2009, o Programa de Aquisição de Alimentos atendeu a mais de 90 territórios, com a aquisição e distribuição de cerca de 50 mil toneladas de alimentos, com investimento de cerca de R\$ 70 milhões. No âmbito da modalidade Incentivo à Produção e ao Consumo do Leite, 36 territórios foram atendidos com a distribuição de 36,8 milhões de litros de leite (em uma média de 100 mil litros de leite/dia), apresentando um investimento de cerca de R\$ 31 milhões. As metas previstas de construção de cisternas domiciliares foram integralmente alcançadas, tendo sido executadas 16,3 mil cisternas, tendo sido investidos R\$ 27,6 milhões.

e) Programa Territórios da Cidadania

Lançado pelo Governo, em fevereiro de 2008, o já mencionado Programa Territórios da Cidadania (PTC) tem como foco a superação da pobreza na área rural, por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Nesse sentido, o Programa baseia-se em planos desenvolvidos nos Territórios, com a participação da sociedade civil, para buscar a integração das ações dos governos federal, estaduais e municipais. O PTC integra o eixo de redução das desigualdades da Agenda Social

e é coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Em 2009, a meta inicial do programa foi alcançada e foram beneficiados 120 Territórios em todas as unidades da Federação, totalizando 1.852 Municípios e 13,1 milhões de pessoas na área rural, que correspondem a 46% da população rural total brasileira, 67% dos assentados da reforma agrária, 66% das comunidades quilombolas, 52% das terras indígenas, 54% dos pescadores e 46% das famílias de agricultores familiares de todo o Brasil. No âmbito federal, o esforço conjunto de órgãos e entidades possibilitou a estruturação de uma matriz de ações do Governo voltada aos 120 Territórios, que resultou num aporte global de recursos no valor de R\$ 24,6 bilhões, em 2009, em mais de 200 ações, com execução financeira superior a 75%.

Nos três eixos do PTC, verificam-se casos de ações que superaram a meta prevista ou que tiveram desempenho destacado, seja na prestação de serviços sociais básicos, no apoio às atividades produtivas ou na disponibilização de infraestrutura para o desenvolvimento. Informações sobre a execução das ações que integram o Programa Territórios da Cidadania são encontradas ao longo desta Mensagem, nas seções específicas de cada setor integrante da iniciativa. Para se ter uma ideia da magnitude dos números das ações que compõem a matriz do Programa, em 2009, nos Municípios que compõem os Territórios da Cidadania, onde mais de 4 milhões de famílias receberam o Bolsa Família, foram construídas 16,3 mil cisternas e foram feitas, por meio do Programa Luz para Todos, 130 mil ligações, melhorando a infraestrutura básica. Além disso, foram atendidos 995 Municípios com o Programa Caminho da Escola e contratados 189 mil créditos do Pronaf, melhorando a capacidade de geração de excedentes dos agricultores.

Para além da execução das ações finalísticas que beneficiaram a população dos Territórios, vale destaque o esforço realizado para constituir uma política pública de Estado que permita a manutenção e a continuidade de uma ação governamental capaz de responder ao expressivo desafio de dar condições à população rural para participar e se beneficiar dos ganhos que o País vem obtendo. Na base do programa, ou seja, no âmbito dos 120 colegiados territoriais, avançou-se na ampliação da participação social e de representantes do Poder Público, de modo a não apenas constituir um lócus mais diversificado quanto aos vários segmentos da sociedade que devem se articular em torno de um projeto de desenvolvimento do território, como também no sentido de se buscar um equilíbrio entre a representação da sociedade e dos governos. Também o diálogo entre os colegiados territoriais e o Governo Federal aperfeiçoou-se, sendo que os representantes de cada Território puderam indicar como prioritárias, à luz do seu plano de desenvolvimento, algumas ações propostas na matriz.

No nível estadual, a ênfase recaiu sobre a articulação e a integração de políticas públicas. Os governos estaduais foram convidados a também apresentar as suas matrizes de ações, de modo a tornar mais claro o conjunto de bens e serviços que seriam entregues à população dos Territórios ao longo do ano e, de fato, houve avanços significativos nessa direção. Além disso, especial atenção foi dada aos 26 comitês de articulação estadual, os quais congregam órgãos federais que atuam em cada Unidade da Federação com órgãos estaduais e representantes das prefeituras dos Territórios. As atividades dos comitês estaduais foram acompanhadas, *in loco*, por representantes da coordenação nacional do PTC, de modo a assegurar a comunicação efetiva entre as duas instâncias e, a partir disso, aproveitar melhor as oportunidades de integração de ações, bem como identificar e superar entraves ao alcance das metas programadas.

A gestão do programa no âmbito federal também foi intensificada, de tal sorte que, além das reuniões periódicas com o conjunto dos ministérios participantes, foram realizados diversos encontros bilaterais com cada um dos órgãos e a coordenação do PTC, visando identificar entraves à execução das ações programadas e desenvolver medidas mitigadoras.

Para o ano de 2010, está programado na Matriz de Ações do Governo Federal um aporte de R\$ 27 bilhões, compreendendo ações de diversos órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Federal. Esse instrumento, apresentado aos Colegiados dos 120 Territórios para debate e publicado no Portal do Territórios da Cidadania (www.territoriosdacidadania.gov.br), será adequado de forma a qualificar a execução das ações. Como desafios do PTC no ano de 2010, estão o fortalecimento dos Colegiados Territoriais e Comitês de Articulação Estaduais e, em especial, a qualificação e consolidação do Programa como um novo método de gestão governamental e integração de políticas voltadas à redução das desigualdades regionais, fortalecendo o pacto federativo.

1.2. Juventude

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Integrado (Projovem Integrado) é o componente das políticas dirigidas à juventude que integra a Agenda Social. Sua concepção teve como objetivo principal a ampliação do atendimento aos jovens entre 15 e 29 anos que se encontram em situação de vulnerabilidade social. O Projovem Integrado reuniu as ações de seis outros programas dirigidos à juventude: Agente Jovem, Saberes da Terra, Projovem, Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica. Na seção 3, alínea “b” deste Capítulo, estão detalhadas as modalidades do Projovem Integrado, bem assim os resultados obtidos e as perspectivas para 2010.

1.3. Direitos de Cidadania

a) Povos e Comunidades Tradicionais

O Governo prosseguiu com os esforços para a inclusão dos povos e comunidades tradicionais, em 2009, com a elaboração do Plano Prioritário para Povos e Comunidades Tradicionais (2009-2010). Com o objetivo de promover o fortalecimento, reconhecimento e garantia dos direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais desses grupos, foram aplicados, de 2007 a 2009, recursos superiores a R\$ 250 milhões, por 17 órgãos governamentais federais, nos quatro eixos da política, aprovada pelo Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Ademais, integram a estratégia da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT): a promoção de audiências públicas nas Assembleias Legislativas dos Estados, visando à apresentação de Projetos de Lei favoráveis aos Povos e Comunidades Tradicionais; a construção e pactuação de agendas com governos estaduais; o fomento à criação de instâncias governamentais estaduais para atendimento desses grupos; a criação de ações e programas nos seus Planos Plurianuais; e a criação de Comissões Estaduais subsidiárias da CNPCT.

b) Mulheres

O Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, parte da Agenda Social do Governo, teve sua implementação iniciada em 2009, em mais de 11 unidades da Federação, totalizando 24 Estados pactuados desde 2008. Com o lançamento do Pacto Nacional, houve um aumento dos recursos para as ações de enfrentamento à violência contra as mulheres, em 2009, da ordem de 81,6% em relação aos recursos aplicados em 2007, refletindo a prioridade do Governo para essa área.

As ações do Pacto foram estruturadas em quatro grandes áreas: i) consolidação da Política Nacional de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres e implementação da Lei Maria da Penha; ii) promoção dos direitos sexuais e reprodutivos e implementação do Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Aids; iii) combate à exploração sexual e ao tráfico de mulheres; e iv) promoção dos direitos humanos das mulheres em situação de prisão. Os principais resultados estão apresentados na seção destinada às políticas afirmativas.

No tocante à consolidação da Política Nacional de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, é importante destacar as seguintes ações prioritárias realizadas em parcerias com governos estaduais e municipais: i) apoio à construção/reforma/reaparelhamento de serviços especializados de atendimento à mulher em situação de violência, o que possibilitou um aumento de 23,8% no número de Delegacias Especializadas, de 54,5% no número de Casas Abrigo existentes e 228,6% no número de centros de referência, em comparação a 2003. O País conta, atualmente, com 421 Delegacias ou Postos Especializados de Atendimento à Mulher, 138 Centros de Referência de Atendimento à Mulher e 68 Casas Abrigo, além de 14 Defensorias Públicas da Mulher e 64 Juizados Especializados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Varas Criminais adaptadas; ii) apoio à capacitação de profissionais da rede de atendimento às mulheres em situação de violência; iii) apoio a iniciativas de prevenção à violência contra as mulheres e de fortalecimento dos direitos humanos das mulheres em situação de prisão; iv) apoio à promoção e realização de campanhas de prevenção e combate à violência contra as mulheres.

Em 2009, destacam-se ainda outras ações de grande impacto realizadas no âmbito do Pacto. O Governo Federal realizou, em 2009, o estudo Diálogos sobre Segurança Pública, inédito no Brasil, que apresenta a visão de 213 mulheres de diferentes ocupações, classes sociais, orientações sexuais e religiosas sobre a segurança pública. O projeto, que foi realizado em sete cidades de quatro regiões do Brasil, revela a necessidade de uma política intersetorial e transversal que garanta o acesso integral às garantias do Estado de Direito. Cabe mencionar a realização da III Jornada da Lei Maria da Penha, em março de 2009, em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com a finalidade de debater a efetividade da aplicação da lei, com vistas a melhorar as ações de combate à violência contra as mulheres. É de se destacar que as varas especializadas no atendimento à mulher já foram implantadas em, aproximadamente, 85% dos Tribunais de Justiça estaduais.

O Governo lançou, em novembro de 2009, a campanha “Uma vida sem violência é um direito de todas as mulheres”. Com spot de rádio, vídeo, cartazes, folders e peças para mobiliário urbano (como paradas de ônibus), a campanha nacional busca quebrar as barreiras do medo de falar sobre a violência, incentivando as vítimas a ligarem para a Central de Atendimento à Mulher. A referida Central de Atendimento à Mulher, serviço ofertado pelo Governo para receber denúncias e relatos de violência contra a mulher, orientar as mulheres sobre seus direitos e encaminhá-las para os serviços da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, completou 4 anos de existência, em 2009. Nesse ano, foram prestados, por meio da Central, cerca de 400 mil atendimentos a mulheres de todo o País, o que representa um aumento de 48% em relação a 2008. Quando se compara 2006 e 2009, o aumento foi de 1.824%, uma vez que foram registrados cerca de 940 mil atendimentos neste período. É importante destacar que esse grande aumento se deve à mencionada Lei Maria da Penha, ao Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e às melhorias tecnológicas e capacitação de atendentes. O perfil geral dos relatos de violência recebidos pela Central revela que 53,9% foram de violência física e 42,1% de violência psicológica; 92,8% das denúncias são feitas pela própria vítima; 74,3% das vítimas sofrem crimes de lesão corporal leve e ameaça; 43,6% dos agressores são os cônjuges das vítimas; 78,2% das vítimas possuem entre 0 e 2 filhos; 70% das vítimas sofrem as agressões diariamente; 41,3% dos agressores não fazem uso de substâncias entorpecentes ou álcool; 36% das vítimas se percebem em risco de morte.

A Ouvidoria da SPM, outro espaço de escuta qualificada ofertado pelo Governo, completou seis anos de existência, em 2009. Durante esse período, o serviço recebeu cerca de 2 mil demandas, que foram analisadas e encaminhadas aos serviços especializados da rede de atendimento conforme suas especificidades. Em 2009, foram registrados 441 casos, uma média de 37 demandas por mês. Destes, 101 casos de emergência, sendo 85 de cárcere privado e 16 de tráfico de mulheres.

Outra importante ação realizada, em 2009, foi a assinatura de protocolo de intenções com a BR Distribuidora, para capacitar frentistas dos postos Petrobras e promotores das lojas de conveniência BR Mania de todo o País no auxílio à luta pelo fim da violência contra as mulheres. Os profissionais serão incentivados também a divulgar o Ligue 180 – Central de Atendimento à Mulher. Além disso, a BR assinou convênio com a Petrobras para a ampliação da frota de Unidades Móveis de Treinamento (UMT), o que contribuirá para expandir o alcance do projeto. As iniciativas fazem parte da edição nacional da Campanha dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher. A Campanha Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, lançada em 2008, com o *slogan* “Mulheres donas da própria vida – Viver sem violência é um direito das mulheres do campo e da floresta”, teve a sua veiculação ampliada em 2009, a partir de 2.769 inserções de *spots* de rádio em 803 emissoras em todo o País.

Destaca-se, ainda, a realização do I Encontro do Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Fonavid), cujo tema foi “Efetividade da Lei Maria da Penha”. Os objetivos do encontro foram compartilhar experiências e uniformizar procedimentos afetos à Lei, discutir as decisões oriundas dos Juizados e Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher sob o prisma da efetividade jurídica e, ainda, avaliar as vantagens e desvantagens de ampliação de competência do sistema. Esse Fórum foi criado, em março de 2009, como resultado das discussões da III Jornada da Lei Maria da Penha, com o fim de reunir juízes de todo o Brasil que atuam na temática. Em dezembro de 2009, foi realizado também o encontro de Promotores que trabalham com a Lei Maria da Penha, reunindo, em Brasília, cerca de cinquenta profissionais da área para discutir o tema.

No campo da saúde, cabe destacar o lançamento do Relatório sobre Epidemia Global de Aids, uma parceria do governo brasileiro com o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (Unaid). A estimativa de novas infecções, a ocorrência de óbitos em todo o mundo, os novos perfis da epidemia e perspectivas futuras encontram-se entre as diversas constatações do estudo que aborda, ainda, questões como o acesso dos jovens à informação básica sobre o HIV; a prevenção da transmissão vertical; a relação entre a tuberculose e a Aids; o número de pessoas infectadas que não têm conhecimento do seu estado soropositivo; e a feminização da doença.

Com relação à promoção dos direitos humanos das mulheres em situação de prisão, o Governo deu continuidade, em 2009, ao Mutirão de Assistência Jurídica às mulheres em situação de prisão, contribuindo para a efetivação de parcerias com as Defensorias Públicas de 18 Estados. Para 2010, pretende-se realizar ações de sensibilização, por meio da participação em Audiências Públicas junto aos 27 Estados da Federação, em parceria com a Câmara dos Deputados e as Assembleias Legislativas, visando à implementação da Lei nº 11.942, de 2009, que altera a Lei de Execução Penal para assegurar às mães presas e aos recém-nascidos as condições mínimas de assistência a partir da criação de berçários e de creches ligadas ao Sistema Prisional. Será lançada, também, a Cartilha de Direitos das Mulheres em Situação de Prisão, com capítulo específico abordando os direitos das presas estrangeiras.

c) Quilombolas

A Agenda Social Quilombola (ASQ) é um conjunto de ações do Governo voltadas às comunidades remanescentes de quilombos, construída a partir dos seguintes eixos: acesso à terra, infraestrutura e qualidade de vida, inclusão produtiva e desenvolvimento local, e direitos de cidadania. Esse conjunto de ações contribui para assegurar a presença das comunidades quilombolas em outro grande esforço de inclusão do Governo, o mencionado programa Territórios da Cidadania, que prevê inúmeras ações e investimentos nas regiões brasileiras com os mais baixos índices de desenvolvimento humano (IDH). A ASQ envolve mais de 1.300 comunidades quilombolas, localizadas em 330 Municípios de 22 Estados. O detalhamento das iniciativas destinadas aos quilombolas consta do item b.1 da Seção 5, desta Mensagem.

d) Povos Indígenas

Os povos indígenas estão contemplados na Agenda Social nas mais diversas ações, desde estruturação de unidades de saúde e combate à desnutrição indígena, proteção das terras indígenas e promoção desses povos mediante valorização do patrimônio cultural e estímulo ao etnodesenvolvimento. Por meio da Agenda, o Governo articula e integra, entre outras, políticas como Pontos de Cultura e Territórios da Cidadania especificamente para a população indígena.

Dentre os acontecimentos de 2009, certamente o mais expressivo foi a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de manter a demarcação contínua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol e a consequente determinação de que os não-índios desocupassem a área. O julgamento é ainda mais importante porque será determinante na decisão relativa às demais Terras Indígenas, instrumentos essenciais para proteção e promoção desses povos.

No âmbito da saúde indígena, em 2009, o resultado das diversas iniciativas pode ser sintetizado pela melhoria nos indicadores de saúde. Nesse sentido, registra-se uma queda de 24% na incidência de tuberculose pulmonar; de 13,4% no número de casos de malária; e aumentos expressivos na cobertura de vacinas contra pólio (89,5%), hepatite B (91,7%) e BCG em menores de 5 anos (96,7%). O número de indígenas com o esquema completo de vacinação corresponde a cerca de 64% da população.

Outro número que comprova a melhoria na atenção aos indígenas refere-se à variação no coeficiente de mortalidade infantil na população indígena no período de 2000 a 2007, que apresentou uma redução de 37,4%. O detalhamento das ações destinadas a esse público encontra-se na Seção 5 deste Capítulo.

e) Crianças e Adolescentes, Pessoas com Deficiência e Documentação Civil Básica

e.1) Crianças e Adolescentes

Após o esforço inicial, e que ainda se faz necessário, de articulação e pactuação com os demais entes para que o Estado se atenha à efetivação dos direitos de crianças e adolescentes, o ano de 2009 foi marcado pela realização da 8ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, a maior desde a vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). No Fórum, o principal debate ocorreu em torno da formulação da Política e do Plano Decenal. Esses instrumentos apontam para uma

perspectiva estruturante e de planejamento de médio prazo. Na oportunidade, reuniram-se aproximadamente 1.500 delegados, cerca de 30% deles adolescentes, o que garantiu espaço e voz para que os próprios beneficiários opinem diretamente sobre as políticas a eles direcionadas.

No sentido de produzir conhecimento e informação capaz de mobilizar a sociedade em torno da violação dos direitos desse público, foi lançado o primeiro relatório do Índice de Homicídios na Adolescência (IHA), que estima o risco de mortalidade por homicídios de adolescente em cidades com mais de 100 mil habitantes. Diante da gravidade dos números, em 2010, uma Comissão Nacional irá traçar as diretrizes para o enfrentamento da letalidade de adolescentes.

Merece destaque, também, o cumprimento de mais uma das metas da Agenda Social: o lançamento do Portal Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que permite o acesso a dados e informações centrais para o aprimoramento da política de garantia de direitos de crianças e adolescentes, além de dispor de notícias atualizadas do Governo Federal e seus parceiros de Estados, Municípios e de organizações nacionais e internacionais.

Já no Projeto “Bem-me-Quer”, o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) está implantado nas 11 regiões de abrangência da Agenda Social. Além disso, foi implantado Núcleo Técnico Federal para o atendimento de casos nos Estados não-cobertos pela PPCAAM. Até 2009, registra-se o atendimento a 4.985 pessoas (1.898 crianças e adolescentes e 3.087 familiares).

Também foram implantadas e mantidas 14 Escolas de Conselhos, destinadas à capacitação de conselheiros dos direitos e tutelares, e ocorrerá a expansão, em 2010, para mais 13 Estados, alcançando a meta prevista na Agenda Social. Ainda em 2010, será concluída e disseminada uma matriz curricular nacional para balizar todas as estratégias de formação ao longo do território nacional. Com a sanção da Lei nº 12.127, de 2009, que instituiu o Cadastro Nacional de Crianças Desaparecidas, deve ser construído, neste ano, um sistema nacional a ser utilizado no enfrentamento da grave problemática do desaparecimento de crianças e adolescentes.

No serviço Disque 100, o módulo de atendimento a denúncias sobre violências contra criança e adolescentes superou a marca das 100 mil denúncias atendidas desde a sua criação, das quais 29,7 mil foram atendidas em 2009. Em 2009, também, foi sistematizada a metodologia do Disque 100, que favorecerá a unificação de dados de denúncias no Brasil e a criação de serviços de disque denúncias locais. Para 2010, está prevista a disseminação da metodologia nas regiões de fronteira do Mercosul, aprimorando o enfrentamento ao tráfico de crianças e adolescentes naquela área, e a continuidade da cooperação internacional Sul-Sul para o repasse da metodologia para o Togo. Além disso, em 2009, o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infante-Juvenil (PAIR) foi expandido, totalizando 249 Municípios em 22 Estados brasileiros. Em 2010, o PAIR será implantado nas cidades gêmeas de fronteiras do Brasil com a Argentina, Paraguai e Uruguai, alcançando 15 cidades e possibilitando a integração de ações binacionais no enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes nessas regiões.

Em 2009, ocorreu o lançamento de novas versões para o Sistema de Informação para a Infância e a Adolescência (Sipia). Foi desenvolvida uma versão *web* para o módulo destinado aos Conselhos Tutelares, com implantação realizada nas capitais, e previsão de implementação em pelo menos 2 mil Municípios, em 2010, tendo como prioridade

os Territórios da Cidadania e Municípios acima de 300 mil habitantes. Também foi construída uma nova versão para o módulo destinado ao sistema socioeducativo, em sintonia com as diretrizes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase).

No projeto “Na Medida Certa”, para o reordenamento físico das unidades de internação para adolescentes em conflito com a lei, foram financiadas, em 2009, 6 novas unidades adequadas aos novos parâmetros do Sinase e 11 reformas ou ampliações, com investimentos da ordem de R\$ 51 milhões. Em 2010, pretende-se financiar a construção de 8 unidades e 4 reformas, totalizando, desde a publicação do Sinase, 26 novas unidades e 24 unidades reformadas ou ampliadas. Em 2009, foram apoiados, ainda, 16 centros de formação socioeducativa, os quais beneficiarão, em 2010, cerca de 7.950 profissionais que atuam no Sistema Socioeducativo.

e.2) Inclusão de Pessoas com Deficiência

No eixo do Compromisso Nacional pela Inclusão das Pessoas com Deficiência, é importante destacar a promulgação, em 2009, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, recepcionada no ordenamento jurídico brasileiro com status de emenda constitucional, bem como a elevação da antiga Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE) à condição de Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, fortalecendo o seu papel de articulação interministerial.

Nas ações de educação e de mobilização de parceiros, ressalta-se a divulgação, no ano passado, das campanhas nacionais “Iguais na Diferença – Campanha pela Inclusão das Pessoas com Deficiência” e “Acessibilidade – Siga esta Ideia” em canais de televisão, rádios e revistas de grande circulação nacional. Destaque, também, para o já referenciado programa BPC na Escola (Benefício de Prestação Continuada na Escola), que desenvolve ações de inclusão escolar e acompanhamento de crianças e jovens com deficiência no ambiente escolar, e alcançou a adesão de 47% dos Municípios, abrangendo 78% dos beneficiários-alvo do Programa. Nas ações desenvolvidas pelo MEC, 11.105 escolas foram contempladas com recursos para torná-las acessíveis a estudantes com deficiência e 10 mil receberam salas de recursos multifuncionais. Participaram do programa de formação continuada para a educação especial 11.370 professores.

Em 2009, foram realizadas, pelo Governo, por intermédio do Ministério da Saúde (MS), parcerias para a implantação de mais 5 oficinas de órteses e próteses, de modo que a meta de implantação de 10 oficinas até 2010 deve ser alcançada. Também nesse ano, iniciou-se o primeiro curso de formação de ortesistas e protesistas, no mês de agosto, no Estado de Mato Grosso.

No quesito empregabilidade das pessoas com deficiência, dados do Ministério do Trabalho e Emprego indicam que, até setembro de 2009, 17.567 pessoas foram contratadas por empresas privadas, em decorrência da ação da fiscalização daquele Ministério. Apesar do resultado, espera-se aprimorar, em 2010, a fiscalização relacionada à inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

Para 2010, estão previstas a publicação de livro sobre a história do movimento social de luta pelos direitos das pessoas com deficiência no Brasil e a realização de diagnóstico sobre a situação da acessibilidade e tecnologia assistiva. Outras ações previstas são o selo brasileiro de acessibilidade, a elaboração de programa de capacitação para gestores técnicos e agentes sociais em

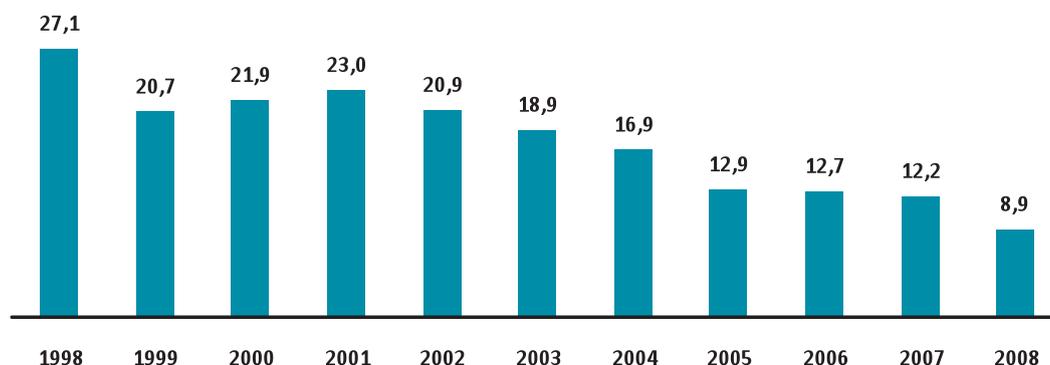
acessibilidade, a reestruturação do Sistema Nacional de Informações sobre Deficiência (Sicorde) e a constituição do observatório dos direitos da pessoa com deficiência e acessibilidade.

e.3) Registro Civil de Nascimento e Documentação Civil Básica

O ano 2009 teve início com uma ampla mobilização do Governo junto aos Estados do Nordeste e da Amazônia Legal para a superação de situações e índices que marcam a desigualdade regional no País e que submetem grande parte das populações dessas regiões a patamares inadequados de qualidade de vida. Assim, com a assinatura dos “Compromissos Mais Nordeste e Mais Amazônia pela Cidadania”, os esforços para a erradicação do sub-registro civil de nascimento ganharam ainda mais vigor.

A evolução nessa política se materializa em alguns números divulgados em 2009 pelo IBGE, particularmente a redução de 3,3 pontos percentuais no índice nacional de sub-registro de nascimento, que atingiu, pela primeira vez desde o início dessa medição, o patamar de uma casa decimal, chegando a 8,9%. Conforme se observa no Gráfico a seguir, a tendência de redução desse índice confirma a expectativa de alcance para o sub-registro, com índice na casa dos 5%.

Estimativas de Subregistro de Nascimentos – Brasil 1998-2008



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Projeto UNFPA/Brasil (Bra/02/P02) - População e Desenvolvimento, Projeções Preliminares; Estatísticas do Registro Civil 1998-2008

Além disso, é de se destacar outra importante conquista deste eixo da Agenda Social, como a padronização nacional da Certidão de Nascimento, que, na prática, significará a utilização de nova certidão por todo o Brasil a partir de 2010. Cabe, por fim, ressaltar a realização de 1.221 mutirões para emissão de documentação civil básica no Nordeste e na Amazônia Legal, bem como a abrangência da campanha publicitária liderada pelo jogador Ronaldo Nazário de Lima, o Fenômeno.

1.4. Cultura

O Governo tem priorizado, mediante investimentos crescentes, as políticas para a cultura. Essas políticas atuam como instrumento de inclusão social, em especial das populações que vivem em locais mais afastados dos grandes centros urbanos. Busca-se, assim, compensar as desigualdades regionais e de renda e, conseqüentemente, ampliar as possibilidades de acesso aos bens e serviços culturais no País, mediante a oferta de oportunidades para as populações que normalmente não têm esse acesso. Trata-se da afirmação dos valores essenciais formadores da diversidade nacional na aplicação

de políticas públicas integradas, como estratégia de aprofundamento da Agenda Social e promoção da cidadania e do desenvolvimento econômico.

A institucionalização do PAC das Cidades Históricas, em 2009, intensificou os esforços para a preservação do patrimônio histórico e cultural brasileiro. O investimento em obras urbanísticas, inclusive de infraestrutura, contemplou 173 cidades históricas e consolida os resultados obtidos a partir do incremento das políticas culturais, com obras de requalificação urbanística, infraestrutura urbana, financiamento para recuperação de imóveis privados, restauro de monumentos e promoções do patrimônio cultural.

Objetivando a preservação da memória e do patrimônio histórico brasileiro nos seus aspectos museológicos, foi criado o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), pela Lei nº 11.906, de 2009. A reconstrução e proteção da memória social e coletiva das comunidades a partir de seus moradores, suas origens, histórias e valores, criando condições para que a comunidade se transforme em protagonista de sua própria história, é um dos focos de atuação do Ibram.

Os Programas Mais Cultura e Cultura Viva são desenvolvidos de forma integrada e têm procurado implementar uma política voltada para a inclusão social, fortalecer o protagonismo cultural da sociedade brasileira, valorizando as iniciativas culturais de grupos e comunidades e ampliando o acesso aos bens culturais. Os Pontos de Cultura, células de ação dos programas distribuídos por todo o território, já alcançaram um total de 2.517, buscando a valorização da produção artística comunitária.

1.5. Educação

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), cujo objetivo é responder ao desafio de reduzir desigualdades sociais e regionais na educação, vem sendo desenvolvido pelo Governo, buscando-se o aprimoramento do regime de colaboração federativa e a efetiva participação da sociedade brasileira como coautora no processo de educação. A busca pela educação de qualidade para todos é o principal rumo seguido pelas ações implantadas no ano de 2009. Somam-se ações para permitir o acesso, a permanência e o desempenho na escola, tanto no meio urbano como no meio rural. O PDE oferece aos Estados e Municípios uma variedade de mais de 40 ações e programas, que englobam desde a educação infantil até a pós-graduação

A prestação de assistência técnica da União aos entes federativos é uma realidade no âmbito das políticas educacionais, buscando solucionar um problema histórico de dificuldades técnicas de se propor e executar projetos por todo o Brasil. Rompe-se um círculo vicioso, no qual apenas os Municípios com recursos humanos mais capacitados, e conseqüentemente, com maiores níveis de renda, se habilitavam na gestão de políticas indutoras de efetivas transformações educacionais.

Face ao contexto de crescimento econômico projetado para os próximos anos, é imprescindível para o País o investimento maciço na educação, mediante ações que promovam a integração nacional, com respeito às culturas e hábitos locais, explorem as potencialidades territoriais em consonância com um crescimento sustentável e permitam o pleno exercício da cidadania por todos.

1.6. Saúde

É dever do Estado disponibilizar aos cidadãos condições para o exercício das garantias e direitos individuais e coletivos inscritos no ordenamento jurídico pátrio, especialmente na Constituição Federal. Nesses termos, o Brasil constituiu o Sistema Único de Saúde (SUS) como um projeto social único no conjunto dos países em desenvolvimento, por meio do qual se espera garantir universalidade, integralidade e equidade à política de saúde. Em que pesem as dificuldades históricas e estruturais de implementação de um projeto de tal envergadura, o SUS já ocupa um espaço importante na sociedade e na percepção dos direitos de cidadania.

Apesar da evolução recente nas políticas de saúde, é necessário que o Estado continue investindo de forma a superar os hiatos que ainda existem e que comprometem a capacidade de atendimento nas políticas de saúde. É nesse contexto, portanto, que surge o Programa Mais Saúde, iniciativa integrante da Agenda Social, que tem o objetivo de aproveitar as potencialidades oferecidas pelo setor saúde como um dos elos vitais para um novo padrão de desenvolvimento brasileiro, enfrentando os enormes desafios ainda presentes. O programa é formado por 73 medidas e 165 metas que, juntas, têm um orçamento previsto de R\$ 89,4 bilhões, para o período 2008/2011. Esse conjunto de iniciativas é detalhado na Seção 4 desta Mensagem.

1.7. Segurança Pública

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), criado pelo Governo como uma nova proposta para a segurança pública no Brasil, articula políticas de segurança com ações de prevenção, buscando atingir as causas que induzem à violência. O Programa apresenta ações nas áreas de Apoio à Implementação de Políticas Sociais e de Segurança Cidadã, Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública, Construção e Modernização de Estabelecimentos Penais, Valorização dos Profissionais e Operadores de Segurança Pública, dentre outras.

Até o momento, o Pronasci foi implementado no Distrito Federal, em 21 Estados e em 109 Municípios. Nas regiões metropolitanas que registram os índices mais elevados de homicídios, o Pronasci implanta os Territórios de Paz para enfrentar e prevenir a criminalidade e a violência. O Território de Paz é um conjunto de ações preventivas e integradas, que faz com que o Estado passe a retomar o controle nessas regiões conflagradas, oferecendo acesso aos serviços públicos e melhorando a qualidade de vida da população.

Em 2009, foram implementados os Territórios de Paz de Itapoã (região do entorno de Brasília), de São Pedro, em Vitória/ES, de Benedito Bentes, em Maceió/AL, de Bom Jesus, em Porto Alegre/RS, de Tancredo Neves, em Salvador/BA, de Guajuviras, em Canoas/RS e de Guamá e Terra Firme, em Belém/PA.

No âmbito do Pronasci, e para melhorar as condições de vida e trabalho dos profissionais de segurança pública, foi criado, em parceria com a Caixa Econômica Federal, o Plano Nacional de Habitação para Profissionais de Segurança Pública, que oferece financiamento com taxas de juros reduzidas para a compra da casa própria. Em dois anos, no período de agosto de 2007 a agosto de 2009, foram entregues mais de mil unidades habitacionais.

A capacitação de policiais, bombeiros, peritos, guardas municipais e agentes penitenciários conta com a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp), que congrega instituições de ensino para a oferta de cursos de formação

de tecnólogos, especialistas e mestres, além de programas de Educação a Distância (EAD). A participação é estimulada pelo Bolsa Formação, que oferece complemento de R\$ 400 na renda dos profissionais que ganham até R\$ 1.700 e é uma oportunidade para que o profissional de segurança pública possa estudar e ser capacitado em benefício do trabalho realizado nas comunidades em que atua. Em 2009, o número de beneficiados foi superior a 160 mil e o valor destinado à concessão de bolsas foi de aproximadamente R\$ 560 milhões.

Em continuidade à Campanha do Desarmamento, foram destinados R\$ 7 milhões a essa ação, sendo registradas 513.839 armas, das quais 13.213 foram entregues nos postos policiais. Atualmente, o cidadão que possui uma arma sem registro em casa pode optar pela sua regularização ou, se preferir, pode efetuar a entrega nas unidades da Polícia Federal em todo o País.

O projeto Mulheres da Paz contempla mulheres líderes comunitárias em regiões conflagradas que passam por capacitação em temas como ética, direitos humanos, cidadania e mediação de conflitos com bolsa de R\$ 190 mensais. Elas contam com o apoio de equipes multidisciplinares para atuar como multiplicadoras do Pronasci e divulgar o programa nas comunidades, identificando famílias com necessidade de assistência e jovens que possam fazer parte do Projeto de Proteção dos Jovens em Território Vulnerável (Protejo). O número de mulheres capacitadas recebendo a bolsa até o fim de 2009 deve chegar a aproximadamente 10 mil, iniciativa na qual será gasto R\$ 17,5 milhões. O Projeto de Proteção dos Jovens em Território Vulnerável (Protejo) presta assistência, por meio de programas de formação e inclusão social, a jovens de 15 a 24 anos expostos à violência, objetivando tirá-los do percurso do crime e transformá-los em multiplicadores do programa. Cada jovem recebe uma bolsa no valor de R\$ 100 por mês, durante um ano. Em 2009, foram contemplados cerca de 15 mil jovens.

A preocupação com a gestão do Pronasci e a atuação dos Gabinetes de Gestão Integrada Municipal (GGIM), instrumentos responsáveis pela organização das ações locais e a articulação entre os atores envolvidos no programa ensejou a realização de diversos seminários em diferentes localidades com o objetivo de aperfeiçoar a sua implantação e consolidação, em 2010.

Outro destaque no ano passado foi a realização da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (Conseg), em Brasília, com a participação de aproximadamente três mil pessoas, entre trabalhadores do setor, gestores públicos e sociedade civil, representando as 27 Unidades da Federação. Na oportunidade, foram definidos um conjunto de 10 princípios e 40 diretrizes que servirão de base para a construção de uma política de segurança pública para o Brasil. Além disso, ocorreu a reformulação e reativação do Conselho Nacional de Segurança Pública (Conasp), que tem entre suas atribuições controlar a execução da Política Nacional de Segurança Pública, sugerir alterações na legislação e acompanhar a aplicação dos recursos.

O Pronasci se enraíza também por vários outros ministérios, integrando a União, os Estados e Municípios, tendo já sido implementadas várias ações nas origens socioculturais da comunidade, objetivando a prevenção, controle e repressão da criminalidade. Atualmente, o programa possui parcerias com o Ministério do Esporte, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Saúde, Ministério da Cultura e Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, que recebem orçamento do Ministério da Justiça para atuação nas áreas indicadas pelo Pronasci. Dessa forma, as principais iniciativas desses ministérios que compõem o percurso social formativo dos jovens são: esporte e lazer na cidade, construção de praças da juventude, telecentros de inclusão digital, implantação de bancos comunitários, expansão

e qualificação da atenção básica à saúde, disseminação de atividades culturais nas comunidades atendidas, e especialmente bibliotecas, pontos de leitura e de cultura, além de ações focalizadas na juventude negra.

Dentre as novas ações do Pronasci, tem-se o Combate ao Roubo de Gado (Abigeato), para o qual foram destinados cerca de R\$ 5,5 milhões para a implementação do Pronasci Fronteiras, que tem por objetivo combater crimes típicos de áreas fronteiriças, como tráfico de drogas e de pessoas. Em 2010, o Pronasci deverá investir R\$ 1,4 bilhão.

2. Juventude

a) Política Nacional de Juventude

A temática juventude, integrante da Agenda Social, tem ganhado importância na cena pública. Além do expressivo contingente populacional (cerca de 50,5 milhões de jovens), que demanda políticas públicas em grande escala, os jovens têm sido considerados atores estratégicos do desenvolvimento. Com essa compreensão, o Governo tem dado passos significativos na consolidação de políticas específicas para a juventude.

Por ser uma temática complexa, que envolve variadas dimensões desse segmento da população, a política pública relacionada à juventude é articulada de forma transversal, buscando-se a integração entre áreas distintas e a participação social. Em 2009, além da ampliação da inclusão social e do atendimento a jovens, essas políticas ganharam importância no âmbito municipal, com a criação de órgãos específicos de juventude em diversas administrações locais, e tiveram destaque no Congresso Nacional, com o avanço na tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008, que estabelece um novo marco para o setor, dispondo sobre a proteção aos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude, e dos Projetos de Lei nºs 4.529 e 4.530, ambos de 2004, que também atualizam o referido marco, dispondo sobre o Estatuto da Juventude e o Plano Nacional de Juventude, respectivamente.

Em 2010, a dimensão institucional ganha força com o apoio às ações do Fórum Nacional de Gestores Municipais de Juventude. A dimensão participativa intensificará o intercâmbio com os conselhos de juventude, na perspectiva de concretizar uma rede de conselhos. A dimensão internacional ampliará as relações com os países vizinhos, consolidando a liderança brasileira no continente, também, na temática juventude. Contudo, a marca da Política Nacional de Juventude tem sido a inclusão social e, nesse sentido, cabe destacar as ações dos programas específicos de juventude.

b) ProJovem Integrado

O mencionado Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Integrado (ProJovem Integrado) foi criado com o objetivo de ampliar o atendimento aos jovens entre 15 e 29 anos que se encontram em situação de vulnerabilidade social e surgiu da união de outros seis já referidos programas voltados para a juventude: Agente Jovem, Saberes da Terra, ProJovem, Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica. Juntos, esses programas atenderam mais de 683 mil jovens entre 2005 e 2007.

Lançado em 2008, o ProJovem Integrado atua nas modalidades Urbano (executado pela Secretaria-Geral da Presidência da República); Adolescente (MDS); Campo (Ministério da Educação) e Trabalhador (Ministério do Trabalho e Emprego). Em 2009, as quatro modalidades atenderam a 600 mil jovens. Considerando-se os números de 2008, foram beneficiados mais de

1 milhão de jovens pelo novo Programa, com investimentos superiores a R\$ 1,6 bilhão. O objetivo em 2010 é atender a mais 1,3 milhão de jovens.

Dessa forma, o Governo pretende chegar ao final de 2010 com pelo menos 2,4 milhões de jovens beneficiados pelo Programa. Esse número, somado aos 683 mil atendidos pelos seis programas originais, atinge o total de 3,1 milhões de jovens beneficiados com elevação de escolaridade, capacitação profissional e ações voltadas à participação comunitária, além do auxílio financeiro mensal de R\$ 100,00.

c) Conselho Nacional de Juventude

Com 60 membros, sendo 40 representantes da sociedade civil e 20 do Poder Público, o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) tem contribuído na elaboração, acompanhamento e avaliação da Política Nacional de Juventude, além de manter permanente diálogo com os diversos movimentos sociais da juventude. Em 2009, o Conselho decidiu descentralizar seus encontros, contribuindo assim para a criação e fortalecimento dos espaços institucionais de juventude nos Estados e Municípios. O Conselho encerrou suas atividades, em dezembro de 2009, com uma assembleia pública para eleição dos novos representantes da sociedade civil que vão atuar no biênio 2010/2011.

d) Intercâmbio Internacional da Juventude

O Brasil vem tendo uma participação destacada em fóruns e organismos internacionais de juventude – Organização Internacional de Juventude (OIJ), Reunião Especializada de Juventude (REJ) do Mercosul – e tem possibilitado um significativo intercâmbio nessa área. Em 2009, o País recebeu a visita de autoridades e técnicos especialistas em juventude de Angola, Argentina, Chile, El Salvador, Paraguai e Uruguai para trocar informações sobre as políticas juvenis adotadas no Brasil e nesses países.

Em novembro de 2009, foi realizada, em Brasília, a 1ª Oficina Técnica sobre Juventude e Trabalho Decente, evento preparatório à VI Sessão da Reunião Especializada de Juventude do Mercosul, que aconteceu no Uruguai no mês de dezembro. Nesse mesmo mês, Brasília sediou o 2º Encontro Ibero-Americano de Parlamentares pela Juventude. Em 2010, o Governo prosseguirá com o intercâmbio internacional para disseminação e conhecimento das melhores práticas sobre políticas públicas para a juventude.

3. Educação

A educação é meio eficaz de combate às desigualdades e à violência, e de promoção do desenvolvimento. Em consonância com essa ideia, diversas iniciativas governamentais vêm sendo desenvolvidas com o intuito de elevar o padrão de qualidade, melhorando, conseqüentemente, o desempenho da educação brasileira. Nesse contexto, entre as medidas adotadas pelo Governo, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) constitui uma iniciativa relevante para o alcance desse ideal.

Com o plano, foram estabelecidos os princípios, diretrizes, prioridades e instrumentos para a construção de uma educação pública de qualidade. A educação passa a ser tratada de forma sistêmica, de modo que os diversos níveis e modalidades de ensino que a compõem estabeleçam sinergias e compartilhem esforços. A sociedade brasileira é colocada como coautora do processo de educação e, ao integrar as esferas de poder, instiga a todos a se engajarem no movimento pela educação.

O PDE oferece aos Estados e Municípios mais de 40 ações e programas, que englobam desde a educação infantil até a pós-graduação, com destaque para a reestruturação e expansão das instituições federais de ensino superior, a ampliação do transporte escolar, a disponibilização de laboratórios de informática ligados à Internet em todas as escolas de ensino médio urbanas e rurais, a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica, a construção e reforma de creches e pré-escolas, o auxílio a pesquisas, a formação inicial e continuada dos trabalhadores da educação, dentre outras ações de mesma importância e magnitude.

a) Educação Básica

O PDE coloca à disposição dos Estados, Municípios e do Distrito Federal instrumentos eficazes de avaliação e de implementação de políticas de melhoria da qualidade de ensino, sobretudo da educação básica pública. Trata-se de um plano coletivo de médio e longo prazos, sistêmico, que propõe um novo regime de colaboração e busca aprimorar a atuação dos entes federados sem ferir-lhes a autonomia. Para participar do programa, esses entes elaboram o diagnóstico da sua situação educacional e com base nesses dados o Governo Federal repassa recursos técnicos e financeiros que lhes permitirão desenvolver um conjunto coerente de ações, o qual se denomina Plano de Ações Articuladas (PAR).

Em dezembro de 2009, com 5.498 planos já elaborados ou em fase de elaboração, o PAR contou com a adesão de todos os Estados, do Distrito Federal e de 98,8% dos 5.564 Municípios brasileiros. A prioridade para atendimento aos Municípios e aos Estados é definida pela classificação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

O Governo vem desenvolvendo, fomentando e disseminando estudos e pesquisas sobre o currículo da educação básica para todos os seus segmentos (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio). Em 2009, destacaram-se as políticas de expansão do ensino médio, implementadas mediante apoio técnico e financeiro às secretarias estaduais de educação e suas escolas. Foi criado o Programa Ensino Médio Inovador, com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino médio nas escolas públicas estaduais, por meio de inovações curriculares, de forma articulada aos programas e ações já em desenvolvimento no âmbito federal e estadual. Para 2010, está previsto o atendimento de 354 escolas das 26 Unidades da Federação e do Distrito Federal.

Com vistas a melhorar a estrutura da rede física da educação infantil, o Governo tem prestado, desde 2007, assistência financeira, em caráter suplementar, ao Distrito Federal e aos Municípios, por intermédio do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos da Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Pró-Infância), para atender crianças de 0 a 6 anos matriculadas em creches e pré-escolas públicas. Em 2009, para novas construções, foram celebrados 603 convênios que atenderam 643 escolas com um investimento de aproximadamente R\$ 397 milhões. Já para a aquisição de mobiliários e equipamentos foram celebrados 214 convênios no valor de R\$ 21,4 milhões para atender 214 escolas.

O Governo, também, está prestando assistência aos entes federados no processo de adequação das escolas à Lei nº 11.274, de 2006, que amplia a duração do ensino fundamental de oito para nove anos e determina, até 2010, a matrícula do aluno a partir dos seis anos de idade no ensino fundamental. Em 2009, esse apoio se efetivou por meio da realização de 39 eventos de formação e da impressão e distribuição de 161.336 exemplares do documento com orientações pedagógicas.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, por meio

de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo. A partir da Lei nº 11.947, de 2009, o atendimento do PNAE foi universalizado para toda a educação básica. Nos últimos anos, houve aumento no valor per capita aluno/dia repassado aos Estados e Municípios e ampliação da sua abrangência. As creches públicas, filantrópicas e comunitárias, e as escolas de ensino médio e da educação de jovens e adultos foram incorporadas e passaram a ser contempladas por esse programa. Os recursos são destinados, exclusivamente, à compra de alimentos pelas secretarias de educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Em 2009, foram investidos R\$ 2,05 bilhões para o atendimento de 46,3 milhões de estudantes. Em 2010, estão previstas ações para a implantação: i) do processo de compra direta da agricultura familiar, considerando o controle de qualidade dos alimentos ali produzidos; ii) do repasse direto às escolas em caso de suspensão de repasse para a entidade executora; e iii) do atendimento com alimentação escolar aos alunos do ensino médio e educação de jovens e adultos. Neste exercício, a previsão orçamentária de recursos para compra exclusiva de gêneros alimentícios para alimentação escolar é de R\$ 2,9 bilhões.

Ainda com relação à alimentação escolar, outros destaques recentes foram: i) a ampliação no repasse para escolas de tempo integral situadas nos Municípios com baixo IDEB, que agora recebem o valor por aluno triplicado; ii) a obrigatoriedade da oferta mínima de três porções de frutas ou hortaliças por semana; iii) o estabelecimento de limites máximos de sódio, gordura e açúcar na alimentação escolar; iv) a definição de referências nutricionais para os cardápios da alimentação escolar; e v) a definição de lista de produtos básicos a serem contemplados nos cardápios.

No âmbito do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), em 2009, foram distribuídos 103,6 milhões de livros do ensino fundamental para 29 milhões de alunos, referentes ao ano letivo de 2010, com investimento de mais de R\$ 645 milhões. Também foram entregues, para o ano letivo de 2010, o total de 6,6 milhões de obras complementares para o 1º e 2º anos do ensino fundamental. Neste ano, serão aplicados R\$ 843,3 milhões no PNLD para o ano letivo de 2011, beneficiando 29 milhões de alunos com 116,2 milhões de livros didáticos. Também serão adquiridos 11,2 milhões de dicionários para os alunos do ensino fundamental.

Em 2009, por meio do Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) foram adquiridos 11,2 milhões de livros, beneficiando 7,6 milhões de alunos com investimento total de R\$ 134,8 milhões. Em 2010, serão aplicados R\$ 139,6 milhões no referido Programa, beneficiando os alunos com 11,2 milhões de livros didáticos. Também serão adquiridos 2,1 milhões de dicionários para os alunos do ensino médio. A distribuição de livros didáticos é feita diretamente para as escolas, atendendo atualmente um total de 142 mil escolas em mais de 5.500 Municípios. De setembro de 2009 até janeiro de 2010, serão encaminhados 121,4 milhões de exemplares.

Pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), em 2009, foram adquiridos 12 milhões de livros, que serão distribuídos, em 2010, para os alunos da educação infantil e os alunos dos anos iniciais do ensino fundamental e da educação especial, com investimento total de R\$ 74,1 milhões. Em 2010, serão investidos R\$ 100 milhões para a distribuição de mais 9,2 milhões de livros, atendendo alunos dos anos finais do ensino fundamental e ensino médio.

O Projeto Livro Acessível tem como objetivo garantir aos alunos com deficiência visual, matriculados em escolas públicas da educação básica, o acesso a livros didáticos em Braille e no formato digital acessível. Em 2009, foram investidos cerca de R\$ 16 milhões na produção de livros didáticos, na distribuição de laptops e na aquisição de equipamentos para modernização dos Centros de Apoio Pedagógico a Pessoas com Deficiência Visual e dos Núcleos de Apoio Pedagógico e Produção Braille.

Para 2010, está prevista a produção de obras do PNLD em formatos acessíveis, representando um investimento em torno de R\$ 3 milhões.

Com vistas à implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, o Governo apoia os sistemas de ensino, mediante programas e ações voltadas à formação docente, à disponibilização de recursos para a eliminação de barreiras pedagógicas, atitudinais, físicas e nas comunicações, que garantem o pleno acesso e a participação dos alunos com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação no ensino regular.

O Programa Escola Acessível busca adequar o espaço físico das escolas estaduais e municipais para promover a acessibilidade na rede pública de ensino. A operacionalização desse programa é feita por meio da descentralização de recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola, às escolas priorizadas pelo Programa PDE-Escola. Em 2009, foram atendidas 11.105 escolas, com investimento superior a R\$ 37 milhões. Para 2010, está previsto o mesmo montante de investimentos.

O Programa de Implementação de Salas de Recursos Multifuncionais apoia os sistemas públicos de ensino na organização de espaços para a oferta do atendimento educacional especializado, com vistas à formação dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Em 2009, o Programa contemplou mais 10 mil escolas com matrícula de alunos da educação especial, com investimentos superiores a R\$ 101 milhões. Para 2010, está previsto um investimento em torno de R\$ 52 milhões para a implantação de 5 mil salas de recursos multifuncionais em todas as regiões brasileiras.

O Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) objetiva garantir o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos do ensino fundamental público residentes em área rural, que utilizem transporte escolar, por meio de assistência financeira em caráter suplementar, aos Estados, Distrito Federal e Municípios. No último exercício, foram repassados mais de R\$ 478 milhões, beneficiando quase 5 milhões de alunos da educação básica da rede pública da zona rural. Para 2010, prevê-se a aplicação de R\$ 540 milhões para beneficiar cerca de 5,5 milhões de alunos.

Em complementação ao PNATE, o Programa Caminho da Escola objetiva renovar e ampliar o transporte de estudantes da educação básica na zona rural, incluindo a padronização dos veículos para a segurança do aluno e a redução dos custos de aquisição. Merece destaque, em 2009, o aumento da participação do Governo Federal na aquisição de veículos, por meio de recursos da União e do BNDES. Em 2008, os recursos da União, por meio do Ministério da Educação, e do BNDES contribuíram para a aquisição de, respectivamente, 740 e 1150 ônibus escolares. Em 2009, esses números foram de 2.031 e 265 ônibus escolares, respectivamente, totalizando 2.296. Para 2010, estão previstos R\$ 164,1 milhões para a aquisição de, aproximadamente, 1.262 ônibus escolares.

Ainda com relação ao Caminho da Escola, em 2009, foi firmado o Termo de Cooperação com a Marinha do Brasil para a construção de 600 Lanchas-Escola, para transportar alunos da educação básica pública das regiões ribeirinhas. Para 2010, está prevista a construção de 180 unidades, totalizando o valor aproximado de R\$ 53,9 milhões. Além disso, serão desenvolvidas pesquisas para especificação técnica e caracterização da utilização da bicicleta no transporte escolar.

No tocante à Olimpíada de Língua Portuguesa, foram realizadas atividades de formação dos professores finalistas da Olimpíada, envolvendo 1.598 inscrições (94,88% das vagas previstas) de professores das 27 unidades federadas. Para 2010, prevê-se o atendimento a 5.564 Municípios, 80 mil escolas, 300 mil professores e 9 milhões de alunos. A Olimpíada de Matemática contou

com cerca de 19,2 milhões alunos, e com a participação de 99% dos Municípios. A previsão para 2010 é de que 20 milhões de alunos participem dessa Olimpíada.

O Governo fomenta, também, a realização de olimpíadas e feiras de Ciências, Física, Química, Biologia, Astronomia, entre outras, visando elevar a qualidade dos ensinos fundamental e médio e estimular jovens a seguir carreiras científico-tecnológicas. Em 2009, a alocação de aproximadamente R\$ 2,4 milhões viabilizou feiras de ciência e tecnologia que movimentaram cerca de 300 mil alunos e professores das redes públicas de ensino e mais de 1 milhão de visitantes, proporcionando a exposição de 500 trabalhos de ciência e tecnologia.

No âmbito da Política Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, foi lançado, em 2009, o Plano Nacional de Formação de Professores. O Plano pretende formar mais de 370 mil professores da educação básica pública, até 2014, em 25 Estados, dando cumprimento ao disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A Rede Nacional de Formação Continuada de Professores conta com a participação de 19 universidades para a institucionalização da oferta de produtos e cursos de formação de professores por meio da criação e fortalecimento de Centros de Pesquisa e Desenvolvimento ligados às Instituições de Ensino Superior. Em 2009, o atendimento foi realizado a partir das demandas do PAR, beneficiando cerca de 34.610 profissionais da educação. Em 2010, deverão ser atendidos adicionalmente 42.876 profissionais.

Ainda no contexto da formação continuada de professores, destacam-se o Programa de Formação Continuada de Professores das Séries Iniciais do Ensino Fundamental (Pró-Letramento) e o Programa Gestão da Aprendizagem Escolar (Gestar II), para as séries finais. Em 2009, o Pró-Letramento atendeu 172.941 cursistas, com previsão de atendimento, em 2010, de 100 mil professores. Em 2009, o Gestar II beneficiou 121.340 cursistas, em 1.585 Municípios e 25 unidades da Federação. A expectativa de atendimento, em 2010, é de 100 mil professores.

O Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil (Proinfantil) é um curso em nível médio, a distância, na modalidade normal, destinado aos professores da educação infantil em exercício. Em 2009, o Proinfantil ampliou o atendimento de 9 para 18 unidades da Federação, com meta de formação estimada de 22 mil professores ao final do programa, em 2011. A meta de formação estimada será de 15,7 mil professores cursistas, 2,5 mil tutores e 2,5 mil professores em 105 agências formadoras em 19 estados, com mais de R\$ 11 milhões para 2010. Aos 3.093 professores e profissionais da educação que ministram os cursos de formação inicial foram pagas 32.919 bolsas, perfazendo um total de R\$ 13,5 milhões aplicados.

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) constitui uma ação governamental de apoio à formação inicial e continuada de professores e gestores para a educação básica, mediante a oferta de cursos de licenciatura, bacharelado, especializações em gestão pública e outras áreas técnicas. Atualmente, 88 instituições estaduais e federais de ensino superior integram o Sistema UAB. De 2007 a dezembro de 2008, foram instalados 557 polos de apoio presencial, com a criação de 178.453 vagas, e em 2009 foram criadas 111.223 vagas e 163 novos polos no âmbito do Plano de Ações Articuladas, para equacionar a demanda e a oferta de formação de professores na rede pública da educação básica, totalizando 720, desde 2007. Para 2010, está prevista a criação de cerca de 200 polos e a oferta de mais 70 mil vagas.

O Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial também é desenvolvido no âmbito da UAB. Os cursos são voltados aos professores que atuam nas salas de recursos multifuncionais e nas salas de aula comuns, na modalidade

a distância. O programa objetiva apoiar os sistemas de ensino na formação de profissionais para o desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas. É composto por 9 instituições públicas de educação superior e, em 2009, contemplou 19.350 professores em cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização, nos quais foram investidos cerca de R\$ 13 milhões. Para 2010, estão previstas 16 mil vagas, disponibilizadas por 12 IFES aos professores da rede pública de educação básica, representando um investimento aproximado de R\$ 20 milhões.

Para formar e profissionalizar os trabalhadores da educação básica pública que atuam fora da sala de aula, o Governo Federal disponibiliza o Curso Técnico de Formação para os Funcionários da Educação (Proffuncionário), que titula em nível médio os funcionários dos sistemas de ensino, com habilitação nas áreas de secretaria escolar, alimentação escolar, multimeios didáticos, meio ambiente e manutenção da infraestrutura escolar. Em 2008, a formação passou a ser oferecida pelos Cefets (atuais IFs), e esta reformulação na estrutura de implementação do Programa necessitou de alguns ajustes. Em 2009, ainda assim, foram atendidos 30.990 cursistas, em 24 unidades federadas. Para 2010, prevê-se o atendimento a 100 mil profissionais.

O Programa Mais Educação tem por objetivo ampliar o tempo e o espaço educacional dos alunos da rede pública. Trata-se de uma contribuição para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens, pela articulação de ações, projetos e programas do Governo Federal, atendendo às disposições estabelecidas pela LDB de progressiva oferta de educação em período integral. A iniciativa promove ações sociais e educacionais em escolas e em outros espaços socioculturais, onde os alunos participam no turno oposto ao das aulas regulares. No ano de 2009, o Programa atendeu a 130 Municípios, localizados em 26 Estados e no Distrito Federal, beneficiando 1,5 milhão de estudantes. Os recursos utilizados em 2009 foram de R\$ 166 milhões. Para o ano de 2010, o Programa atenderá a um total de 321 Municípios, com previsão de atendimento a 10 mil escolas e 3 milhões de estudantes em educação integral. O investimento será de R\$ 450 milhões.

b) Educação Superior

O papel decisivo da educação superior para a inclusão social, geração de trabalho e renda, diminuição das desigualdades sociais e regionais e para o desenvolvimento científico e tecnológico, levou o Governo Federal a expandir sua rede de educação superior e a implementar o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). O Governo iniciou, em 2005, o Programa de Expansão das Instituições Federais de Ensino. A interiorização tem sido uma das principais diretrizes dessa expansão, ao lado do respeito às necessidades e vocações econômicas de cada região. Em 2009, publicaram-se as leis de criação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), e da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa). Em janeiro de 2010, foi publicada a lei de criação da Universidade da Integração Latino-Americana (Unila). Além dessas, está em tramitação no Congresso Nacional o projeto de criação da Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira (Unilab). Das 14 novas universidades federais previstas até 2010, 12 já se encontram em funcionamento, bem como 104 novos campi, de um total de 131 novos campi que também serão entregues até 2010.

O programa objetiva a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90%, a elevação gradual da relação aluno/professor para 18 alunos por professor e o aumento mínimo de 20% nas matrículas de graduação, complementando o Plano de Expansão das Instituições Federais de Ensino Superior. A meta é atingir 227 mil vagas ofertadas e 1.087.878 matrículas até o ano de 2012. Para 2010, estão previstas 212 mil vagas e 1.017.622 matrículas projetadas.

O Reuni atua também na qualidade da oferta em cinco dimensões: i) reestruturação acadêmico-curricular; ii) inovação pedagógica; iii) mobilidade intra e interinstitucional; iv) compromisso social das IFES; e v) articulação entre graduação, pós-graduação e os demais níveis educacionais. Essas diretrizes desdobram-se em ações e estratégias descritas nos Planos de Reestruturação e se materializam não só por meio de investimentos diretos do programa, mas por um conjunto de programas associados, a exemplo do Programa de Apoio à Extensão Universitária (Proext), do Programa de Educação Tutorial (PET) e do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Em 2009, o Proext, programa voltado para projetos de extensão que enfocam o desenvolvimento de políticas públicas de inclusão social, apoiou 414 projetos e a previsão para 2010 é a elevação deste número para cerca de 500 projetos. Com relação ao PET, programa que oferece bolsas de tutoria a professores e bolsas de iniciação científica a estudantes de graduação para o desenvolvimento de projetos que integrem ensino, pesquisa e extensão, além da manutenção dos 400 grupos existentes, foram criados em 2009 mais 30 grupos, sendo prevista para 2010 a criação de outros 30 novos grupos. Já o PNAES apoia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das IFES, mediante o oferecimento de assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. Em 2009, seu segundo ano de execução, o Programa investiu R\$ 200 milhões para atender estudantes em todo o País. Para 2010, o PNAES contará com R\$ 295,6 milhões.

Merece destaque o Programa Universidade para Todos (ProUni), que visa garantir o acesso ao ensino superior de estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou ex-bolsistas integrais da rede particular, com renda familiar per capita máxima de três salários mínimos. Trata-se de concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. Desde a sua criação, em 2005, até hoje, o ProUni já beneficiou 596.033 estudantes. No ano de 2009, houve expansão no número de bolsas ofertadas, que totalizou 247.643. Para 2010, estima-se uma oferta de 180 mil bolsas de estudo.

Outra ação empreendida com o objetivo de garantir o acesso e a permanência dos estudantes nas instituições de educação superior é a concessão de financiamento por meio do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), que, de 1999 a 2008, já beneficiou 498.936 estudantes. Em 2009, foram atendidos 32.665 novos estudantes e estima-se, para 2010, um acréscimo de 100 mil no número de estudantes financiados pelo FIES.

A política de expansão das IFES também inclui os 45 hospitais universitários federais, instituições de grande relevância para a formação dos futuros profissionais do campo da saúde e por serem, em muitas regiões, as únicas instituições a oferecerem atendimento em média e alta complexidade por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). Em 2009, iniciou-se a implementação do Sistema de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF), por intermédio da capacitação de 262 dirigentes e equipes técnicas dos hospitais universitários. Para 2010, está prevista a implantação do Aplicativo de Gestão Hospitalar (AGH), que permitirá a automação dos processos padronizados de trabalho nos HUs, controle e monitoramento nos vários níveis de gestão envolvidos.

Em relação às residências médicas no País, em 2009 foi lançado o Programa Pró-Residência, que prevê a ampliação da oferta de bolsas de residência médica em especialidades e regiões prioritárias para o SUS. Estima-se que até 2011 haverá um incremento de 117% no número de vagas nos programas federais, acarretando um aumento de 2 mil bolsas de residência médica. Ocorreu também, em 2009, a implementação em toda a rede de HUs do Programa de Residência Integrada Multiprofissional em

Saúde, destinada à especialização de profissionais de saúde não-médicos em áreas prioritárias, de acordo com as carências locorregionais desses profissionais, identificadas junto aos gestores do SUS.

Em 2009, no que se refere às ações de avaliação, supervisão e regulação do ensino superior brasileiro, 79 Instituições de Educação Superior (IES), foram credenciadas. Autorizaram-se 547 cursos de graduação entre bacharelados e licenciaturas, reconheceram-se 834 cursos, 24 cursos tiveram sua oferta encerrada, 127 autorizações foram indeferidas e 101 processos de aditamentos de cursos e instituições foram deferidos. Foram analisados em torno de 1,8 mil processos de instituições e cursos de ensino superior, no que diz respeito à supervisão e regulação, no ano de 2009.

No que se refere ao acesso à informação tecnológica e ao conhecimento científico, destaca-se o Portal de Periódicos, que é atualmente considerado o de maior capilaridade no mundo, beneficiando 308 instituições públicas e privadas, entre universidades, centros de pesquisa e órgãos de governo. O número de títulos disponibilizados é superior a 21 mil periódicos em textos completos. O acesso ao Portal, em 2009, foi de aproximadamente 66 milhões de acessos a bases de dados referenciadas, que equivale a mais 180 mil acessos diários. Em 2009, o Portal de Periódicos passou por uma reformulação. A nova versão do Portal está disponível para 12 instituições, em caráter experimental. A partir de 2010, o novo Portal estará disponível para todas as instituições participantes. O investimento no Portal de Periódicos foi de R\$ 77,7 milhões em 2009.

Com relação ao fomento à pós-graduação no País, ressalta-se o número de bolsas concedidas: 24.432 de mestrado, 14.669 de doutorado e 737 de pós-doutorado, bem como a expansão do sistema de pós-graduação brasileiro: em 2009, das 566 propostas de cursos novos de pós-graduação submetidas à Capes, foram aprovadas, até novembro, 210, sendo 112 de mestrado acadêmico, 16 de mestrado profissional e 82 de doutorado.

c) Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos

Dando continuidade às ações implementadas no âmbito do PDE e com o objetivo de garantir o direito à educação de qualidade aos jovens e adultos, em 2009, o Governo Federal pautou-se em 4 instrumentos de políticas públicas: financiamento, formação, material didático e leitura. Neste contexto, merece destaque a Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, que visa reunir periodicamente representantes estaduais de diversos segmentos da sociedade para trabalhar em conjunto no estabelecimento de metas para a educação de jovens e adultos. Em 2009, R\$ 11,2 milhões foram destinados aos Estados da região Nordeste e ao Pará, para a elaboração de um plano de ação e para a estruturação e institucionalização das ações de alfabetização e educação de jovens e adultos de maneira integrada.

O Programa Brasil Alfabetizado (PBA) atendeu, em parceria com mais de 1.300 entidades, em 2009, aproximadamente 2,1 milhões de jovens e adultos e cobriu 3.890 Municípios brasileiros. Em 2010, um contingente de 1.928 Municípios que apresentam taxa de analfabetismo igual ou superior a 25% receberão apoio técnico na implementação das ações do programa, visando a garantir a continuidade dos estudos dos alfabetizandos. A meta do Programa para as regiões Nordeste e da Amazônia Legal é atender a aproximadamente 4,5 milhões de alfabetizandos até 2010.

Com o projeto “Olhar Brasil”, parceria do Ministério da Educação com o Ministério da Saúde, foram iniciadas ações de identificação e correção de problemas visuais e distribuição de óculos aos alfabetizandos do PBA. Estão previstos cerca de 1,3 milhão de atendimentos para o biênio 2009-2010, pelos Estados que participam do projeto.

Por meio do Programa Nacional do Livro Didático para Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA), foram distribuídos, em 2009, 2,8 milhões de livros didáticos com aplicação de R\$ 22,8 milhões, beneficiando 2,6 milhões de alunos. Em 2010, está previsto o investimento de R\$ 20 milhões para a aquisição e distribuição de 2,8 milhões de livros para 2,6 milhões de alunos.

Destaca-se, também em 2009, a distribuição de 100 mil livros da coleção Literatura para todas as entidades parceiras do PBA e, por meio do PNBE, cerca de 199 mil coleções foram distribuídas às escolas de ensino fundamental e de educação de jovens e adultos (EJA), atendendo ao público neoleitor com obras literárias selecionadas no Concurso Literatura para Todos. A terceira edição do concurso está em fase de premiação, com previsão de distribuição, em 2010, de uma tiragem de 350 mil coleções.

Ampliando a política de fomento à leitura, em 2009 foram destinados mais de R\$ 5 milhões para projetos de promoção de acesso à leitura, formação de leitores e mediadores, produção e distribuição de tecnologias educacionais, além de pesquisas e avaliação sobre o tema. Em 2010, serão beneficiários mais de 3 milhões de pessoas, entre mediadores e público neoleitor.

Outra importante ação foi a criação, em 2009, do Programa Nacional do Livro Didático para a EJA (PNLD-EJA), que distribuirá livros didáticos específicos para a educação de jovens e adultos. A iniciativa beneficiará 5,4 milhões de alunos, que recebiam apenas livros de alfabetização. Merece destaque, ainda, a realização da VI Conferência Internacional de Educação de Jovens e Adultos (Confinteia), em parceria com a Unesco, em dezembro de 2009. Sediado em Belém, o evento teve a participação de representantes de todos os continentes, com o objetivo principal de discutir as políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos no âmbito mundial.

d) Educação Profissional e Tecnológica

Devido à perspectiva de crescimento econômico e das inovações tecnológicas dos últimos anos, ocorreu um rápido aumento da demanda por profissionalização. O Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica acrescenta à sua meta inicial de 354 escolas técnicas federais mais 26 unidades, agregadas ou transformadas em campi dos Institutos Federais, alcançando 380 unidades até 2010.

O Governo Federal está investindo R\$ 1,1 bilhão somente em infraestrutura física. Em 2009, foram inauguradas 100 unidades em atendimento à política de reordenamento da rede. Com a conclusão de todas as unidades previstas, o País passará de 140 escolas em 2002 para 380 unidades em 2010. Serão 500 mil vagas em todo o País.

O Programa Brasil Profissionalizado visa fortalecer as redes estaduais de educação profissional e tecnológica, mediante o repasse de recursos para que os Estados invistam em suas escolas técnicas. O Programa visa ao alcance de uma das metas do PDE, que é modernizar e expandir as redes públicas de ensino médio integradas à educação profissional. Em 2009, os investimentos foram superiores a R\$ 700 milhões para construções, ampliações, reformas e equipamentos de mais de 500 escolas.

Em 2009, no que se refere ao acordo com o Sistema S, o Senac destinou 20% da receita líquida da contribuição compulsória para vagas gratuitas, enquanto o Senai aportou 50%. Esses percentuais serão ampliados progressivamente até atingirem, em 2014, o patamar de 66,66% da receita líquida em oferta de vagas gratuitas. Em 2009, o acordo viabilizou mais 196 mil matrículas em cursos presenciais e cerca de 5 mil nos cursos a distância.

Vale ressaltar a realização, em novembro de 2009, do Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica, com a presença de mais de 13 mil participantes de instituições nacionais e internacionais. O evento contou com conferencistas de 15 países, delegações de todos os estados, 170 atividades culturais, 165 palestras, além de 755 trabalhos estudantis. Na ocasião, o Estado brasileiro pediu desculpas oficiais pela perseguição política contra o educador Paulo Freire.

e) Educação e Diversidade

O PDE se propõe a reduzir as desigualdades sociais e regionais, eliminar preconceitos de origem, raça, gênero, idade e quaisquer formas de discriminação, promovendo o respeito à diversidade. Nesse sentido, o Governo Federal apoia projetos de cursos de licenciaturas específicas para a formação de docentes indígenas por meio do Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas (Prolind). Em 2009, os projetos para auxílio financeiro e repasse de recursos foram encaminhados por 28 instituições de ensino superior. Para 2010, os projetos serão oferecidos via Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid).

No que se refere à Educação do Campo, destaca-se o Programa Escola Ativa, que busca melhorar a qualidade do desempenho escolar em classes multisseriadas das escolas do campo. Entre as principais estratégias estão implantar nas escolas recursos pedagógicos que estimulem a construção do conhecimento do aluno e capacitar professores. Em 2009, participaram do Programa 2.336 Municípios, com 4.400 técnicos qualificados para atuar na formação continuada dos professores. Foram distribuídos cadernos de ensino aprendizagem para, aproximadamente, 700 mil alunos e 31 mil *kits* pedagógicos. Em 2010, o Programa contará com a adesão de 804 novos Municípios, totalizando 3.106 Municípios, 39.732 escolas, 67.523 turmas e 1.321.833 alunos.

Cabe destacar, também, o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo), que apoia a implementação de cursos regulares de licenciatura em educação do campo nas instituições públicas de ensino superior de todo o País, voltados especificamente para a formação de educadores para a docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas escolas rurais. Em 2009, foram formados 3.840 professores em 32 instituições de ensino superior.

O ProJovem Campo – Saberes da Terra oferece qualificação profissional e escolarização aos jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental. Em 2009, o atendimento foi ampliado para 24 mil jovens e para 2010 está prevista a participação de 80 mil jovens. Outro ponto importante é a elaboração e distribuição dos kits pedagógicos para os jovens e material de apoio para professores e gestores do Programa.

Em 2009, foi lançado o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, que estabelece metas, ações e responsabilidades

para Estados, Municípios, Distrito Federal, sociedade civil, entre outras instâncias, para a implementação da Lei nº 9.394, de 1996. O Programa de Ações Afirmativas para a População Negra no Ensino Superior (Programa Uniafro) e a Rede de Educação para Diversidade – UAB, entre os anos de 2008 e 2009, qualificaram, aproximadamente, 12 mil professores. Para o ano de 2010, a previsão é que sejam distribuídos 60 mil volumes de materiais didáticos.

O Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade tem como objetivo formar gestores e educadores para a transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos. Para sua implementação, em 2009, foram realizados cursos de formação nos 168 Municípios-Polo com um investimento de aproximadamente R\$ 14,2 milhões. O Programa manterá em 2010 o mesmo montante de investimentos, atendendo por meio dos Municípios-Polo todos os 5.564 Municípios brasileiros.

f) Cooperação Internacional

Atualmente existem 515 projetos conjuntos de pesquisa envolvendo países da CPLP (Cabo Verde, Angola, Moçambique e Timor Leste), da União Europeia (Alemanha, França, Espanha, Holanda e Portugal) e do Mercosul (Argentina e Uruguai), além de Estados Unidos e Cuba. No âmbito dos Programas da Cooperação Internacional, em 2009, foram implementadas 176 parcerias universitárias e concedidas 1.997 bolsas, sendo 478 bolsas de doutorado-sanduiche, 115 de doutorado pleno, 229 estágios pós-doutoral, 19 de mestrado, 94 de especialização e 1.062 de graduação-sanduiche. Foram, ainda, ampliados programas de cooperação com EUA, México e Bélgica e estão sendo negociadas cooperações com o Japão, Suécia, Chile e Guiné-Bissau para a implementação de novos programas.

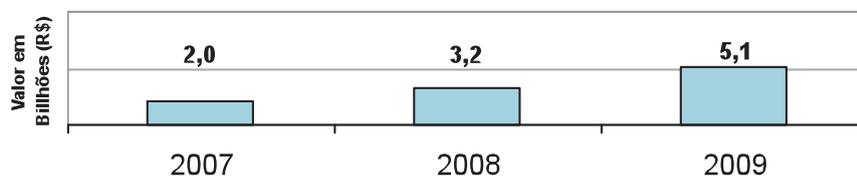
Em 2009, foram concedidas, também, 1.367 novas bolsas individuais para o exterior, mantidos, em mais de 30 países, outros 1.102 bolsistas de doutorado, doutorado-sanduiche, estágio pós-doutoral e estágio sênior, bem assim apoiada a participação de 460 doutores em eventos científicos no exterior.

Com relação à Escola de Altos Estudos, iniciativa para fomentar a cooperação acadêmica e o intercâmbio internacional em cursos e programas de pós-graduação stricto sensu de mestrado, doutorado e pós-doutorado, em 2009, foram realizadas 19 Escolas de Altos Estudos, permitindo a vinda de 75 pesquisadores. Para 2010, já estão aprovados mais 10 projetos.

g) Financiamento da Educação

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) assegura mecanismos de financiamento a fim de promover a inclusão socioeducacional no âmbito da educação básica, beneficiando alunos da educação infantil, do ensino fundamental e médio, e da educação de jovens e adultos. Em 2009, foram 45,3 milhões os beneficiados no âmbito do Fundeb, e o total de recursos atingirá o patamar de R\$ 72,7 bilhões, representando elevação de 17% em relação a 2008.

É importante destacar o crescimento de 155% dos valores da complementação da União assegurada ao Fundo em relação ao seu primeiro ano de vigência: passou de R\$ 2,0 bilhões em 2007, para R\$ 3,2 bilhões em 2008 e R\$ 5,1 bilhões em 2009, devendo, em 2010, alcançar cerca de R\$ 6,9 bilhões.

Evolução da Complementação da União ao Fundeb (em bilhões de reais)

Fonte: FNDE, adaptado por Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do MEC.

Ainda com relação ao financiamento da educação básica, vale destacar a aprovação da Emenda Constitucional nº 59, de 2009, que determina que, para efeito do cálculo dos recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino, o percentual da Desvinculação de Receitas da União (DRU) deve cair de 20% para 12,5% no exercício de 2009, 5% no exercício de 2010, e nulo no exercício de 2011. Com essas mudanças, estima-se recursos adicionais para a Educação da ordem de R\$ 7,7 bilhões em 2010, alcançando R\$ 11,3 bilhões, em 2011.

Por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), o Governo presta assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais, do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos. O PDDE engloba várias ações e objetiva a melhoria da infraestrutura física e pedagógica das escolas e o reforço da autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático, contribuindo para elevar os índices de desempenho da educação básica. Com seus benefícios ampliados para as escolas públicas da educação infantil e do ensino médio, foram aplicados, por meio do PDDE, em 2009, R\$ 1,2 bilhão, sendo R\$ 531,3 milhões para atender às demandas do PDE-Escola e no Programa Mais Educação. Em 2010, os recursos deverão atingir R\$ 1,4 bilhão para a manutenção das escolas (PDE-Escola e atendimento a escolas do campo). O PDDE prevê, ainda, a continuidade de atendimento das escolas beneficiadas em 2009 e inclusão de novas escolas no Programa Mais Educação.

h) Democratização da Gestão Nacional da Educação

O Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE-Escola) é uma ferramenta gerencial que auxilia a escola a realizar melhor o seu trabalho. Objetiva fortalecer a autonomia da gestão escolar, a partir de um diagnóstico dos desafios de cada escola e da definição de um plano para melhoria dos resultados dos estudantes. No período de novembro de 2008 a setembro de 2009, foram capacitados 27.583 técnicos e gestores das secretarias estaduais e municipais de educação das 27 unidades federadas, distribuídos em 693 turmas. Para o ano de 2010, será dada continuidade ao atendimento às 20.045 escolas que apresentaram baixo IDEB, já que todas as demais escolas com IDEB abaixo da média nacional já foram atendidas.

O Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública faz parte das ações do PDE e tem como objetivo contribuir para a qualificação dos gestores educacionais efetivos das escolas públicas da educação básica, por meio de formação, em nível de especialização lato sensu. Em 2009, o Curso de Especialização em Gestão Escolar atendeu 6.600 cursistas, dos quais 4.800 estão em processo de conclusão do curso. Ainda no exercício de 2009, foram disponibilizadas mais 7.390 vagas para o Curso de Especialização em Gestão Escolar e 1.680 vagas para o Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, totalizando 15.670 cursistas atendidos. Em 2010, prevê-se o atendimento a 14.400 cursistas.

O Programa de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação (Pró-Conselho), em 2009, produziu e distribuiu 40,5 mil exemplares dos materiais didáticos pedagógicos para auxiliar na capacitação de 5 mil cursistas, atendidos pelas Instituições Federais de Ensino (IFES), no Curso de Extensão a Distância de Formação Continuada em Conselheiro Municipais de Educação. Para 2010, a previsão é atender outros 10 mil conselheiros.

O Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação (Pradime) tem por objetivo fortalecer e apoiar os dirigentes da educação municipal na gestão dos sistemas de ensino e das políticas educacionais. O intuito do programa é contribuir para o avanço em relação às metas do Plano Nacional de Educação. Em 2009, um total de 3.360 dirigentes municipais de educação, dos 26 Estados, participaram de 11 encontros de formação presencial. Dos cursos de educação a distância desenvolvidos pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), participaram 1.610 secretários municipais de educação. Em 2010, prevê-se atender a todos os 5.564 dirigentes municipais de educação.

Na esfera do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, durante o ano de 2009, foram matriculados 8.700 técnicos das secretarias municipais e estaduais de educação e conselheiros escolares no Curso de Extensão a Distância de Formação Continuada em Conselhos Escolares. Foram distribuídos 150 mil exemplares de material didático-pedagógico do Programa. Para 2010, a previsão é atender 10 mil técnicos de secretarias de educação e conselheiros escolares.

Vale destacar, também, o Programa Formação pela Escola, que tem por objetivo fortalecer a atuação dos agentes e parceiros envolvidos na execução, no monitoramento, na avaliação, na prestação de contas e no controle social dos programas e ações educacionais e visa atender aos profissionais de ensino, técnicos e gestores públicos municipais e estaduais, representantes da comunidade escolar e a sociedade organizada. Em 2009, foram formados, em curso de Tutoria e Competências Básicas, 383 novos tutores e mais 4.439 novos cursistas, totalizando 1.072 tutores e 62.129 cursistas atendidos pelo Programa. Para 2010, está prevista a implementação de ações do programa, no valor R\$ 9,3 milhões, sendo previsto o alcance de 70% dos Municípios brasileiros, com a realização de oficinas presenciais nos 26 Estados, para monitoramento e alinhamento das informações na execução das ações educacionais, bem como ministrar cursos a distância, atendendo a uma média de 5 mil participantes e capacitar 2 mil novos tutores.

i) Indicadores e Avaliações

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, compete à União: coletar, analisar e disseminar informações sobre educação; assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino; e assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino. Para cumprimento dessas competências, no campo dos indicadores e das avaliações educacionais, podem ser destacados os seguintes instrumentos: o IDEB, a Prova Brasil, a Provinha Brasil, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação, é um indicador que afere a qualidade da educação e representa uma iniciativa pioneira de reunir num só indicador dois conceitos igualmente

importantes: indicadores de fluxo escolar (aprovação e reprovação escolar) e médias de desempenho nas avaliações nacionais (SAEB e Prova Brasil). No final de 2009, foi realizada a 3ª edição da Prova Brasil, uma avaliação universal de alunos de 4ª e 8ª séries (5º e 9º ano) do ensino fundamental, nas escolas públicas urbanas e rurais com mais de 20 alunos. Estima-se a participação aproximada de 6 milhões de alunos de 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e de 60 mil escolas públicas urbanas e rurais com mais de 20 alunos. Em 2010, será analisada a base de dados da aplicação a fim de divulgar os resultados da Prova Brasil 2009 e o seu impacto sobre o IDEB.

A Provinha Brasil, avaliação da alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental, objetiva prevenir o diagnóstico tardio das dificuldades de aprendizagem. No início de 2009, foram elaborados os instrumentos de avaliação em alfabetização matemática, feita a distribuição do material impresso para a totalidade dos Municípios e a disponibilização de testes via Internet. Para o exercício de 2010, está prevista a realização da primeira edição da Provinha Brasil de Matemática.

Com o objetivo de ampliar a democratização do acesso às vagas públicas do ensino superior, possibilitar uma maior mobilidade acadêmica e induzir a reestruturação dos currículos do ensino médio, em 2009, o Governo reformulou o ENEM, possibilitando sua utilização como parâmetro único na seleção de candidatos para ingresso nas instituições públicas de educação superior. A proposta tem como principais objetivos democratizar as oportunidades de acesso às vagas federais de ensino superior, possibilitar a mobilidade acadêmica e induzir a reestruturação dos currículos do ensino médio. Em 2009, um total de 4,2 milhões de pessoas se inscreveram na prova do ENEM. Os resultados deverão ser divulgados a partir de 5 de fevereiro de 2010.

O Encceja visa avaliar as habilidades e competências básicas de jovens e adultos que não tiveram oportunidade de acesso ao ensino regular na idade apropriada, tanto no ensino fundamental quanto no médio, no Brasil e no exterior. Com a nova perspectiva da educação brasileira, o Governo, ao tempo em que promoveu a reformulação do ENEM, alterando seus objetivos de forma a ser utilizado em processos seletivos de instituições de ensino superior e servir como critério de distribuição de bolsas do ProUni, também possibilita a obtenção de certificação no ensino médio – Encceja do nível médio. Em 2009, a aplicação no exterior do Encceja ocorreu nos dias 24 e 25 de outubro, no Japão e na Suíça, abrangendo cerca de 1,8 mil inscritos. A aplicação do Encceja 2009 no Brasil está prevista para o dia 21 de fevereiro de 2010.

O Sinaes avalia as instituições de educação superior, os cursos de graduação e o desempenho dos estudantes. Tem como objetivos melhorar a qualidade da educação superior; orientar a expansão da oferta de vagas e aumentar de forma permanente a eficácia institucional e efetividade acadêmica e social. Em 2009, destacam-se a realização das avaliações de instituições e de cursos de graduação; as capacitações dos avaliadores para aplicação dos instrumentos de avaliação; os seminários regionais com as Comissões Próprias de Avaliação e a aplicação, em aproximadamente 800 Municípios, do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), que avaliou o desempenho de mais de 1 milhão de estudantes, de 7 mil cursos de graduação de bacharelado e licenciaturas.

Foi realizado, em 2009, o Censo da Educação Superior 2008, ferramenta mais importante para o levantamento de informações junto às Instituições de Ensino Superior. Em módulo paralelo, foi executado o Censo de Docentes da Educação Superior 2008, cujos dados foram divulgados no final de novembro de 2009. Em 2010, será realizada a coleta de dados referentes ao ano de 2009, utilizando-se um novo instrumento que visa à obtenção de informações individualizadas do estudante e do docente, o que propiciará a construção de indicadores que retratem a qualidade dos cursos e das Instituições de Ensino Superior (IESs) do País.

Realizado anualmente, o Censo Escolar da Educação Básica coleta dados de todas as escolas brasileiras e traça, com isso, um retrato fiel da realidade educacional. Trata-se do principal instrumento de coleta de informações da educação básica, que abrange as suas diferentes etapas e modalidades: ensino regular (educação infantil e ensinos fundamental e médio), educação especial e educação de jovens e adultos. O Censo Escolar coleta dados sobre estabelecimentos, matrículas, funções docentes, movimento e rendimento escolar e, no ano de 2009, incluiu quesitos sobre jornada ampliada e educação em tempo integral. Os dados levantados no último ano contabilizam cerca de 53 milhões de matrículas em 197 mil escolas, sendo que 86% das matrículas e 82% das escolas pertencem à rede pública de ensino.

j) Ações Integradas

O Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC), por meio da articulação das políticas de educação, saúde, assistência social e direitos humanos e em parceria com os Estados, Municípios e o Distrito Federal, implementa ações de identificação e a eliminação das barreiras que impedem o acesso e a participação social dos beneficiários. Em 2009, mais de 280 mil beneficiários do BPC encontravam-se fora da escola. Nesse mesmo ano, foram realizadas 50 mil visitas domiciliares para a aplicação de questionários de identificação de barreiras impeditivas do acesso e da permanência na escola dos beneficiários do BPC. Foram investidos R\$ 1,3 milhão na formação dos Comitês Gestores do Programa nos Estados e Municípios. Para 2010, serão investidos em torno de R\$ 500 mil em formação nacional para os Comitês Gestores do Programa, além de ações complementares voltadas ao atendimento das escolas com matrícula de beneficiários.

O Banco Internacional de Objetos Educacionais é um repositório resultante da parceria entre o Ministério da Educação, o Ministério da Ciência e Tecnologia, a Rede Latino-Americana de Portais Educacionais (Relpe) e a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI). Esses órgãos compartilham recursos educacionais em diversas mídias (áudio, vídeo, animação, imagem, hipertexto, *softwares* educacionais) e idiomas. Tais recursos são de acesso público e livre e atendem à educação infantil, ensino fundamental, médio, profissional e superior, nas diversas áreas do conhecimento. O Banco possuía, até dezembro de 2009, 8.569 recursos educacionais digitais aprovados e 2.489 sendo avaliados ou aguardando autorização dos autores para a publicação, tendo registrado um total de 972.915 visitas originadas de 154 países diferentes.

Quanto à infraestrutura tecnológica nas escolas públicas brasileiras, o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo), na modalidade ProInfo Rural, distribuiu, em 2009, às escolas rurais, 8.750 conjuntos de tecnologia compostos por computadores e impressoras e adquiriu mais 20 mil conjuntos, que serão distribuídos em 2010. Esses conjuntos levam às escolas o conteúdo educacional disponível em meio digital, além de todo o conteúdo da TV-Escola digitalizado. Para 2010, já foram adquiridos mais 20 mil conjuntos para dar continuidade ao atendimento às escolas rurais. No ProInfo Urbano, foram distribuídos 19 mil conjuntos de tecnologias adequados às necessidades e às demandas pedagógicas e administrativas das escolas públicas urbanas de educação básica em todo o Brasil. Foram também adquiridos mais 15 mil novos conjuntos, para serem distribuídos em 2010. Em 2009, também foram conectadas em banda larga mais de 43 mil escolas, sendo que para 2010 está previsto o atendimento de todas as escolas públicas urbanas.

O Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional (ProInfo Integrado) tem como objetivos a inclusão digital de professores, gestores de escolas públicas da educação básica e a comunidade escolar em geral, e a dinamização e

a qualificação dos processos de ensino e de aprendizagem, por meio de promoção do desenvolvimento de competências, habilidades e conhecimentos. Em 2009, foram formados, aproximadamente, 300 mil professores e gestores escolares nos cursos ministrados por meio do Programa. Para 2010, a previsão é de formar 400 mil professores.

O Programa TV Escola é um importante instrumento de promoção da democratização da educação pública no Brasil, cujos principais objetivos são a formação continuada dos professores, a valorização dos profissionais da rede pública e o enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem, por meio das transmissões da TV. Em 2009, a TV Escola adquiriu 615 horas de programas e conteúdos para educação a distância. No que se refere à produção e veiculação de programas, o resultado, em 2009, foi de 8,6 mil horas. Para 2010, está prevista a implantação do Canal da Educação por distribuição digital terrestre. Assim, a TV Escola, juntamente com as demais emissoras públicas brasileiras, sob coordenação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), estará na televisão digital aberta em todas as capitais do Brasil, a partir de 2010.

4. Saúde

O foco na promoção e na prevenção, potencializado pela humanização e aprimoramento da atenção, tem elevado a eficácia da atuação governamental em saúde, o que é aferido pela evolução positiva dos indicadores de qualidade de vida da população. O atual modelo de atuação setorial aponta a atenção básica como principal via de acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS), complementada por uma atuação humanizada aos demais níveis de atenção. A extensão desse empreendimento exige formas de atuação racionais, o que indica a necessidade de aprimoramento da gestão como meio de adequar as disponibilidades de recursos à expansão da demanda.

a) Atenção Básica

a.1) Saúde da Família

A estratégia Saúde da Família é adotada pelo Governo como prioritária para o acesso da população ao SUS. A Portaria nº 2.007, de 1º de setembro de 2009, possibilitou a correção da parte fixa do Piso de Atenção Básica em quase 6% no ano. Os valores mínimos foram elevados de R\$ 17,00 para R\$ 18,00, com o propósito de estimular a continuidade da expansão da estratégia nos demais níveis de gestão. Esse estímulo teve influência positiva na evolução da cobertura populacional das equipes de Saúde da Família, que passa de 46,7% em 2007 para 50,5% em outubro de 2009. Até essa data, havia 30.746 equipes do Saúde da Família e 234.767 agentes comunitários de saúde em plena atuação em 5.354 Municípios.

Como forma de prover infraestrutura adequada às equipes do Saúde da Família, promover melhoria do desempenho de suas ações e estimular a implantação de novas equipes, foi instituído o Plano Nacional de Implantação de Unidades de Saúde da Família, que fomentou a implantação, em 2009, de 75 unidades básicas de saúde em todo o território nacional.

Para 2010, permanece a expectativa de ampliação e estruturação de unidades básicas de saúde destinadas à atuação das equipes de Saúde da Família, voltadas para o cuidado primário na composição da rede de serviços, ampliação do processo de formação e educação em saúde, integração dos protocolos assistenciais nas práticas de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação, dirigindo-os aos problemas de saúde mais frequentes, obedecendo a uma lógica da regionalização.

Desde 2008, o Programa Saúde na Escola (PSE) já obteve a adesão de 608 Municípios, beneficiando 4,5 milhões de estudantes. Esse Programa conta com o suporte de 4.740 equipes do Saúde da Família em ações de prevenção, promoção e atenção à saúde. Entre as perspectivas de ampliação do PSE, em 2010, está a previsão de adesão de 689 novos Municípios, o que representará a cobertura de 8,7 milhões de estudantes beneficiados.

a.2) Saúde Bucal

Uma das principais marcas da atuação governamental em saúde, o Programa Brasil Sorridente, integrante da Política Nacional de Saúde Bucal, teve sua operacionalização expandida com a intensificação da implantação de Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs). Até 2009, foram implantados 808 CEOs em 601 Municípios, totalizando 4.727 desses entes federativos integrados ao programa, beneficiando 90 milhões de pessoas no período de 2004 a 2009. No ano passado, também, foram adquiridos 2 mil cadeiras odontológicas, que foram doadas a Estados e Municípios. Foram mantidos os 323 laboratórios regionais de próteses dentárias e distribuídos mais de 70 milhões de kits de saúde bucal, compostos por escovas e creme dental.

Outras realizações relevantes, em 2009, foram a ampliação dos recursos de custeio das equipes de saúde bucal e os investimentos na aquisição de 1.500 aparelhos de raios-x para estruturação e apoio da rede assistencial e estruturação de ferramentas de monitoramento e avaliação das atividades dos CEOs. Dentre os desafios para 2010, inclui-se a ampliação do fornecimento de consultórios odontológicos a todas as equipes de saúde bucal implantadas, a aquisição de 4 mil gabinetes odontológicos, objetivando a continuidade da política de suprimento e a reposição de equipamentos odontológicos para as equipes do programa. Prevê-se para este exercício, também, a conclusão do processo licitatório referente à aquisição de unidades odontológicas móveis para distribuição em regiões menos favorecidas socioeconomicamente, que apresentam dificuldades de acesso, tais como extensas áreas rurais com dificuldade de fixação de profissionais, o que ocasiona baixa ou nenhuma cobertura de saúde bucal. Esses equipamentos possibilitarão a realização tanto de procedimentos básicos quanto tratamentos especializados odontológicos.

a.3) Alimentação e Nutrição

Ações de promoção da alimentação saudável, vigilância nutricional e controle das deficiências nutricionais sobre o processo saúde/doença tiveram, em 2009, um caráter de disseminação de informação e de conscientização da população para as boas práticas alimentares. Entre essas, destacam-se: i) o lançamento do Programa Saúde na Escola (PSE); ii) a publicação do manual operacional para Promoção da Alimentação Saudável (PAS) nas escolas; iii) a discussão sobre a melhoria do perfil nutricional de alimentos industrializados; iv) o lançamento do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional Eletrônico (Sisvan – Web); e v) a realização da II Mostra de Alimentação e Nutrição do SUS.

Os avanços na redução dos indicadores de desnutrição infantil no País foram expressivos na última década. Segundo inquéritos populacionais, no período de 1996 a 2006, a prevalência de déficit de peso para idade diminuiu em 57% (de 4,2% para 1,8%) e o de altura para idade foi reduzido em quase 50% (de 13,5% para 6,8%) entre crianças menores de 5 anos de idade. Esta redução é atribuída principalmente ao aumento da escolaridade materna, ao crescimento do poder aquisitivo das famílias, à expansão da cobertura da atenção à saúde da população (incluindo a atenção básica, incentivo ao aleitamento materno exclusivo e outras ações de promoção da alimentação saudável e suplementação de micronutrientes, entre outros) e à melhoria das condições de saneamento no período. Vale enfatizar que a redução da desnutrição infantil (déficit de peso para idade) em crianças menores

de 2 anos de idade, segundo o Sistema de Informações da Atenção Básica (SIAB), entre 2000 e 2008, foi ainda maior nas áreas cobertas pelo Programa Saúde da Família (81%).

O setor saúde empreendeu, em 2009, ações voltadas ao estímulo do acesso de alimentos, à promoção da alimentação saudável, à vigilância nutricional e ao controle das deficiências nutricionais e das doenças associadas à alimentação, refletidos no aumento da cobertura das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e no alcance de 11 milhões de registros do estado nutricional no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan), 8% de crianças e 30% de gestantes suplementadas com ferro, 50% de crianças de 6 a 11 meses, 37% de crianças de 12 a 59 meses e 44% de puérperas suplementadas com vitamina A.

No campo dos inquéritos populacionais que retratam a situação alimentar e nutricional da população brasileira, foi concluída a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) e foram lançados os resultados da Pesquisa Nacional de Demografia em Saúde – PNDS (com dados inéditos de prevalências de carências de micronutrientes) e da Chamada Nutricional da Região Norte.

Além disso, também se destacaram o apoio à implementação do Programa Saúde na Escola (PSE); a discussão da melhoria do perfil nutricional de alimentos industrializados e da publicidade de alimentos; a implementação da Estratégia Nacional para Alimentação Complementar Saudável (Enpacs); a realização do V Congresso Pan-Americano de Incentivo ao Consumo de Frutas e Hortaliças para Promoção da Saúde; a aprovação da Estratégia Mercosul de Nutrição para a Saúde e Segurança Alimentar Nutricional; e a ampliação do repasse fundo a fundo para a estruturação das ações de alimentação e nutrição para Municípios com mais de 150 mil habitantes.

Para 2010, as prioridades de atuação são, entre outras, o desenvolvimento de um programa integrado de nutrição na atenção básica; a qualificação do acompanhamento das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, a implementação do plano de melhoria do perfil nutricional dos alimentos processados; a articulação intersetorial para incentivar o consumo de frutas, legumes e verduras; a reestruturação e aumento da cobertura das intervenções voltadas às carências de micronutrientes nos diferentes ciclos da vida; e o fortalecimento das ações no ambiente escolar e do monitoramento da situação alimentar e nutricional (principalmente por meio do aumento da cobertura do Sisvan, como sistema de informação intersetorial para a segurança alimentar e nutricional).

Entre as realizações previstas para 2010, destacam-se: i) o desenvolvimento de um programa de promoção da alimentação saudável integrado à atenção básica; ii) a implantação do plano de melhoria do perfil nutricional dos alimentos processados; iii) a implantação da estratégia de alimentação complementar para crianças com até 2 anos; iv) a articulação intersetorial para incentivar o consumo de frutas, legumes e verduras; e v) a disseminação do emprego de micronutrientes nos diferentes ciclos de vida da população.

a.4) Hipertensão e Diabetes

Com a ampliação da população com mais de 65 anos, o combate a agravos de maior incidência nesse ciclo de vida, como a hipertensão arterial (HA) e a diabetes mellitus (DM), passaram a ser foco de intervenções em atenção básica no SUS, por meio de ações de prevenção, diagnóstico, tratamento, controle e acompanhamento, vinculando-os, prioritariamente, à rede básica de saúde, com o objetivo de reduzir a morbimortalidade causada por essas doenças.

Em 2009, práticas de disseminação de informações orientaram o projeto de “Educação em Saúde para o Autocuidado em Diabetes”, que tem por objetivo promover o aperfeiçoamento dos profissionais de nível superior incorporados à rede de atenção

básica, a fim de aprimorar a abordagem do paciente com diabetes mellitus. Nessa linha, foram formados 1.100 tutores estaduais, que devem atuar como multiplicadores, de modo que cada um deles estabeleça uma “rede” local, que envolva 10 agentes (profissionais de saúde, membros das comunidades, lideranças comunitárias etc.) e disponibilização de um site em plataforma *web* para cursos, fóruns de discussão, disseminação de material educativo e banco de boas práticas.

Em 2010, as prioridades de atuação programática são: i) a continuidade do projeto de educação para o autocuidado em diabetes, ampliando a rede para 10 mil agentes; ii) a capacitação de 4 mil profissionais de saúde da rede básica em hipertensão e diabetes; e iii) a capacitação de profissionais para a operacionalização do módulo de acompanhamento do Sistema Hiperdia, para monitoramento contínuo de qualidade da atenção específica na rede básica.

a.5) Saúde no Sistema Penitenciário

A extensão dos serviços do SUS à população socialmente reclusa por motivo correccional constitui o foco do Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário, que tem como objetivo prover o acesso da população penitenciária ao Sistema, com a implantação de ações e serviços de atenção básica em saúde nas unidades prisionais e encaminhamento aos demais níveis de atenção à saúde, por meio das referências pactuadas pela União com Estados e Municípios. Esse programa é desenvolvido pelo Governo, por intermédios dos Ministérios da Saúde e da Justiça, e é executado de forma descentralizada por Estados e Municípios, com o apoio interministerial. Dentre os recursos disponibilizados, destaca-se a continuidade do Incentivo para Atenção à Saúde no Sistema Penitenciário, componente do Piso de Atenção Básica Variável, destinado ao financiamento da ação no ambiente prisional, além da ampliação do suporte medicamentoso básico. Encontra-se disponível um elenco de medicamentos da atenção básica para o atendimento das pessoas presas vinculadas às equipes de saúde do sistema penitenciário dos Estados qualificados. Em 2009, 18 Estados firmaram acordo com o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário, o que resultou na atuação de 209 equipes de saúde cadastradas, distribuídas em 184 unidades de saúde de estabelecimentos prisionais. Nesse mesmo ano, foram realizadas visitas de monitoramento e assessoramento a nove dos dez primeiros Estados que aderiram ao referido plano, com a participação de gestores e técnicos dos setores envolvidos, o que resultou na definição de estratégias para superação dos problemas detectados.

Para 2010, as ações previstas objetivam a ampliação das ações de saúde no sistema penitenciário, por meio da qualificação dos nove Estados que ainda não contam com atuação específica, capacitação dos profissionais que atuam na área, e inserção da população penitenciária nos sistemas de informação em saúde como população específica. Outro desafio para este exercício é a implantação de prontuário único, agregando o cadastro das pessoas em privação de liberdade aos cadastros do SUS, por meio do Cartão Nacional de Saúde.

a.6) Saúde Mental

A rede de atenção à saúde mental experimentou mudanças significativas entre os anos de 2003 a 2009. Nesse período, a rede pública de atenção à saúde mental mais do que triplicou, com a ampliação do acesso ao tratamento em todos os Estados, atingindo cobertura de 60% da demanda nacional.

Também nesse período, o perfil dos hospitais psiquiátricos mudou. A maior parte dos leitos psiquiátricos do País não se encontra mais nos grandes hospitais psiquiátricos, mas em hospitais de pequeno porte, o que possibilita melhor qualidade na assistência.

O Programa De Volta para Casa, que garante uma bolsa aos egressos de longas internações psiquiátricas, já tem cerca de 3.500 beneficiários e as residências terapêuticas foram ampliadas, somando 550 em todo o País, beneficiando cerca de 3 mil portadores de disfunção mental. As ações de saúde mental na atenção primária estão em expansão. Cerca de 30% dos profissionais contratados pelos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (equipes de apoio especializado às Equipes de Saúde da Família) são da área de saúde mental.

Passou-se a considerar o uso abusivo do álcool e de outras drogas como problema de saúde pública. Consequentemente, foram adotadas importantes medidas com vistas à consolidação de uma Política de Atenção Integral para os Usuários de Álcool e outras Drogas. A rede de atenção a essa população vem sendo ampliada com Centros de Atenção Psicossocial, leitos em hospitais gerais, estratégias de redução de danos e ações intersetoriais. Para 2010, o principal desafio será a ampliação da rede de atenção e implementação de ações intersetoriais, bem como é esperado o aumento e qualificação de leitos em hospitais gerais para a realização de internações curtas de pessoas com transtornos mentais.

a.7) Saúde da Mulher

Em 2009, foram adotadas estratégias para o fortalecimento das parcerias com Estados, sociedades de classe e sociedade civil organizada, com a finalidade de estabelecer padrões regionalizados para o enfrentamento das questões de saúde da mulher. Essas parcerias tiveram a abrangência nacional e resultaram na adesão de grande parte dos Municípios. No mesmo ano, a rede de atenção às mulheres vítimas de violência doméstica e sexual foi implantada em 22 Estados. Outra iniciativa importante foi a realização de cursos de capacitação para 511 profissionais de maternidades do SUS, que foram qualificados para atendimento às urgências/emergências obstétricas. Desses profissionais, 53 tiveram a extensão para qualificação como tutores para multiplicação nos Municípios dos respectivos Estados. Efetivou-se, também, a implantação da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde de Mulheres e Adolescentes em situação de violência doméstica e sexual, com abrangência nacional. Outras iniciativas relevantes, efetivadas em 2009, resultaram no cadastramento de 476 mil mulheres para a realização dos exames pré-natal, sendo que, desse quantitativo, 108 mil mulheres já concluíram os exames recomendados.

No campo do controle da reprodução humana, iniciou-se a aquisição de insumos para o planejamento familiar, a serem distribuídos na rede SUS. Já em relação ao controle das doenças sexualmente transmissíveis ao sexo feminino, foram realizadas ações de promoção ao enfrentamento da feminização dessas doenças, como a implementação do Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Aids e a promoção do controle e do tratamento dos cânceres de colo de útero. Em 2010, serão concentrados esforços na qualificação dos profissionais envolvidos com práticas de saúde feminina e na conscientização desse segmento da população. Espera-se a qualificação presencial de mil profissionais e, na modalidade a distância, de 4 mil profissionais atuantes no SUS. Outra iniciativa prevista, neste exercício, é a adequação da ambiência ao parto e nascimento de maternidades de 22 Estados que já encaminharam projetos específicos.

a.8) Saúde da Criança

Os ciclos da vida humana, que abrangem desde o nascimento até a adolescência e a juventude da população, têm ações em saúde específicas e abrangentes. Foi dada ênfase ao fortalecimento da linha de cuidado de promoção ao aleitamento materno nas unidades básicas de saúde, por meio da criação da Rede Amamenta Brasil. Essa Rede conta com 722 tutores atuando em 343 unidades básicas de saúde e com 4.594 profissionais, com capacitação específica, distribuídos nas 27 unidades da

Federação. Em 2009, também, foi priorizado o fortalecimento da linha de cuidado na prevenção da violência e promoção de cultura de paz voltada para crianças e adolescentes vítimas de violência.

A redução da mortalidade infantil entre 1990 e 2007 foi causada por iniciativas governamentais, dentre as quais destacam-se: i) aumento da cobertura vacinal da população e introdução de novas vacinas; ii) utilização da terapia de re-hidratação oral (TRO); iii) aumento da cobertura de pré-natal; iv) ampliação dos serviços de saúde; v) redução contínua da fecundidade; vi) melhoria das condições ambientais (principalmente fornecimento de água potável) e nutricionais da população; vii) aumento da taxa de escolaridade das mães; e viii) aumento das taxas de aleitamento materno.

Os quatro primeiros itens estão diretamente associados à atuação governamental em saúde, principalmente por meio da estratégia Saúde da Família, que teve grande expansão a partir do final da década de 1990. As prioridades de atuação da estratégia então concentradas nos Municípios com renda *per capita* menos elevada, onde a mortalidade infantil apresenta índices mais evidentes.

Ações governamentais privilegiaram a redução das iniquidades regionais na Amazônia Legal e no Nordeste, sendo definida a proposta institucional com atuação focada na implantação de bancos de leite humano, o que resultou: i) em 16 bancos já em funcionamento, além de 11 postos de coleta de leite humano; ii) na realização de 16 oficinas de sensibilização de gestores para a implantação modelo Hospital Amigo da Criança em hospitais com mais de mil partos/ano nos Estados do Nordeste e Amazônia Legal, com 400 gestores sensibilizados; e iii) a ampliação de maternidades com Método Canguru em todos os Estados, por meio da capacitação de 34 profissionais que atuarão como multiplicadores estaduais.

Para 2010, estão previstas várias ações que devem contribuir para a ampliação e monitoramento da Rede Amamenta Brasil, o fortalecimento das atividades de Vigilância do Desenvolvimento Infantil e o lançamento do documento de orientação para profissionais de saúde no cuidado de crianças e adolescentes em situação de violência nas 27 unidades da Federação.

a.9) Saúde da Pessoa com Deficiência

A continuidade das ações e serviços de atenção às pessoas com deficiência no SUS foi uma das prioridades do Governo, em 2009. A abrangência dessas ações buscou a intersetorialidade na busca pela inclusão social das pessoas com deficiência. Com relação à reabilitação, o número de unidades de saúde para atenção especializada nas áreas de deficiência física, deficiência auditiva e deficiência intelectual passou de 862, em 2008, para 1.198, em 2009. Outra importante iniciativa no campo da reabilitação foi a expansão do fornecimento de órteses, próteses e de ações de reabilitação no SUS, que contou com o apoio da qualificação de profissionais em técnicas de utilização desses equipamentos.

Para 2010, serão investidos esforços na expansão de ações de inclusão social de pessoas com deficiências, o que resultará no atendimento às necessidades de mais 280 mil pessoas, assim como na continuidade da implantação das Oficinas Ortopédicas, acompanhadas de capacitação e formação de profissionais ortesistas e protesistas em todo o País.

a.10) Saúde do Idoso

Para a concretização das diretrizes da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, em 2009, foram distribuídas três milhões de Cadernetas de Saúde da Pessoa Idosa; um milhão de fôlderes da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa e 50 mil exemplares do Guia Prático do Cuidador do Idoso. Destaca-se também a capacitação em nível técnico de 1.800 cuidadores de idosos e a capacitação quanto à sensibilização de gestores, profissionais e entidades médicas para a importância da prevenção de quedas.

Para 2010, as metas previstas concentram-se na sensibilização de gestores para a ênfase aos cuidados com a saúde dos idosos; na disponibilização de um Guia Prático de Gestão voltada para a saúde dos idosos; na operacionalização do curso de Gestão em Saúde e Envelhecimento; na distribuição de três milhões de cadernetas e 70 mil Cadernos de Atenção Básica em Envelhecimento e Saúde; e na capacitação três mil cuidadores de pessoas idosas em todo o País.

a.11) Saúde do Homem

Em 2009, um amplo diagnóstico epidemiológico dos agravos e enfermidades à saúde do homem identificou como principais problemas de saúde típicos do sexo masculino: causas externas, doenças do coração e dos aparelhos geniturinário, digestivo e respiratório. Para a inserção desses problemas como prioritários para as políticas de saúde, foi lançada a Política Nacional de Apoio Integral à Saúde do Homem, desenvolvida por meio de uma metodologia participativa consensuada entre a gestão do SUS, representatividades profissionais da área de saúde, representações acadêmicas, sociedade civil organizada e representantes das instâncias gestoras.

Após consulta pública, foram definidos os objetivos e as diretrizes para facilitar e ampliar o acesso da população masculina às ações e aos serviços de assistência integral à saúde, contribuindo de modo efetivo para a redução da morbidade e da mortalidade, e para a melhoria das condições de saúde dessa população. Como estratégia estruturante do acesso, foi definida a rede de atenção básica e as equipes do Saúde da Família.

A atuação governamental em saúde do homem teve início, em 2009, com abordagens de promoção de saúde por meio do atendimento e distribuição de insumos, estimuladas por ações de comunicação e pela qualificação de profissionais. Essa iniciativa visa criar mecanismos para melhorar a assistência oferecida e romper os obstáculos que impedem os homens de frequentar as unidades básicas de saúde.

A expectativa inicial é de que, no mínimo, 5% dos homens na faixa etária de 20 a 59 anos procurem o serviço de saúde ao menos uma vez por ano. Isso significa que 2,5 milhões de homens nessa idade devem buscar atendimento médico. A expectativa, para 2010, é que a política seja implantada nos 26 Estados, no Distrito Federal e em diversos Municípios.

b) Atenção Especializada de Média e Alta Complexidade

No âmbito da atenção especializada de média e alta complexidade, é importante destacar, inicialmente, a revisão de todas as regulamentações vigentes com o objetivo de: i) estimular a mudança do modelo de atenção, organizando a prestação de serviços

em redes, especificando ações, serviços e responsabilidades e qualificando essa atenção; ii) facilitar, qualificar e integrar o atendimento de média e alta complexidade em todo o País; e iii) avançar na definição de diretrizes e protocolos diagnósticos e terapêuticos em todos os níveis da atenção, de forma a estimular e difundir a boa prática e permitir melhores condições para a regulação, o controle e a avaliação dos serviços prestados. Em 2009, a operacionalização dessas diretrizes ocorreu por meio das seguintes realizações, conforme detalhamento constante dos subitens que se seguem.

b.1) Saúde Auditiva

Em 2009, foram habilitados 142 serviços de saúde auditiva que realizam o atendimento integral (avaliação, seleção e adaptação de aparelho de amplificação sonora individual, fornecimento de prótese, acompanhamentos e terapias fonoaudiológicas). A perspectiva é que, em 2010, seja concluído o processo de ampliação do acesso aos serviços qualificados de saúde auditiva.

b.2) Política Nacional de Atenção Oncológica

Conforme previsto para 2009, foram implantados quatro Centros de Alta Complexidade em Oncologia (Cacon), com a capacitação dos recursos humanos utilizados, contribuindo, assim, na qualificação técnica e gerencial das unidades hospitalares. A rede contemplou todas as unidades da Federação, contando com 41 Cacon, 208 Unidades de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (Unacon), nove hospitais gerais com habilitação para realizarem cirurgias oncológicas e 21 serviços isolados de quimioterapia e radioterapia. Nesse contexto, é importante destacar o trabalho de estruturação da Rede de Atenção Oncológica (RAO), o qual contribui para a redução das desigualdades regionais na oferta de assistência oncológica no Brasil.

Para 2010, a previsão é de que sejam instalados mais quatro desses Centros. Outros grandes desafios no campo da oncologia, neste exercício são: i) evoluir em infraestrutura para atender à complexa rede de transplante de medula óssea, integrando-a aos sistemas internacionais para fornecimento e intercâmbio; ii) ampliar as pesquisas sobre o tema; e iii) aumentar a atuação do Centro de Transplante de Medula Óssea na assistência aos pacientes que precisam receber transplantes em situações especiais.

b.3) Política Nacional de Atenção ao Portador de Doença Renal

Com o objetivo de qualificar os serviços de terapia renal substitutiva, segundo os critérios pactuados e constantes da política nacional de atenção ao portador de doença renal, até o final de 2009, foram habilitados 629 serviços de nefrologia. O Ministério da Saúde firmou com a Caixa Econômica Federal um Acordo de Cooperação que garante aos serviços de nefrologia habilitados pelo SUS uma “Operação de Crédito para Investimento para os serviços que compõem a rede que prestam assistência na área Terapia Renal Substitutiva – TRS”. Essa linha de crédito possibilita o financiamento para aquisição e troca de máquinas de diálise nas regiões com vazios assistenciais, com o objetivo de ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços prestados. No ano de 2009, foram emitidos pareceres favoráveis ao financiamento de 245 máquinas para hemodiálise para vários serviços objeto de análise para financiamento pela Caixa Econômica Federal. Para 2010, as perspectivas previstas são a habilitação de novos serviços de nefrologia e o acompanhamento, em conjunto com o Denasus, de alguns serviços já habilitados, acompanhamento da implementação de projetos relacionados à terapia renal substitutiva, realizados pelos Hospitais de Excelência que levantarão dados, os quais nortearão a discussão para mudanças futuras na área.

b.4) Hospitais de Ensino

O Programa de Reestruturação dos Hospitais de Ensino visa aperfeiçoar a relação desses hospitais com o SUS, mediante a melhoria das condições de ensino, pesquisa e assistência. Além disso, busca a incorporação do desenvolvimento tecnológico, numa perspectiva de inserção e integração à rede de serviços do SUS, segundo critérios de necessidades específicas. Até 2009, o programa registrou, em sua totalidade, 236 unidades quanto à certificação, sendo 161 unidades certificadas, e, destas, 138 contratualizadas. Para 2010, estão previstas novas certificações e as renovações das certificações já existentes, que terão como eixo norteador a qualidade atingida pelas unidades de saúde já certificadas.

b.5) Hospitais Filantrópicos

O Programa de Reestruturação e Contratualização dos Hospitais Filantrópicos no SUS foi instituído com o objetivo de buscar alternativas de apoio às instituições filantrópicas e melhorar o acesso à atenção de média e alta complexidade em saúde. As ações do Programa adotam o critério de adesão e reúnem grande potencial de qualificação da assistência, da gestão e do processo de descentralização. Esse Programa conta, atualmente, com a participação de 757 hospitais. Em 2009, houve a contratualização de 644 hospitais filantrópicos. Em 2010, prosseguirá a implementação e o acompanhamento do Programa, com vistas à melhoria do acesso das mencionadas instituições à atenção de média e alta complexidade em saúde.

b.6) Terapia Intensiva

Em 2009, foram credenciados 398 novos leitos de Unidades de Tratamento Intensivo (UTIs) destinados aos usuários do SUS, totalizando 5.626 leitos com credenciamento e 1.554 leitos reclassificados. Atualmente, a cobertura nacional de leitos de UTI é de 3,45%, sendo que o preconizado é de no mínimo 4%. Para 2010, a perspectiva é ampliar a cobertura em mil novos leitos de UTI.

b.7) Atenção às Urgências e às Emergências

A Política Nacional de Atenção às Urgências e às Emergências concentra esforços na implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), na melhoria dos serviços de urgência e emergência em geral. No SAMU, em 2009, o Brasil alcançou uma cobertura populacional de 105 milhões de habitantes, o que corresponde a um aumento de 19% comparado com a de 2008, atingindo um total de 1.237 Municípios, para os quais foram disponibilizadas 2.158 ambulâncias. Ainda, em 2009, foram habilitadas 250 (UPAs). A expectativa, para 2010, é que haja uma expansão de 40% na cobertura da população nacional atendida pelo SAMU e de habilitação de mais 250 UPAs, totalizando 500 em todo o País.

b.8) Transplantes

O número de transplantes de órgãos realizados, com doador falecido, subiu 24,3% no primeiro semestre de 2009, em comparação com o mesmo período de 2008. Em 2009, consolidaram-se o Regulamento Técnico do Sistema Nacional de Transplantes e a inclusão dos procedimentos pré-transplante, que garantem a equidade no acesso às listas de transplantes e o melhor acompanhamento dos pacientes inscritos. O Registro Nacional de Doadores Voluntários de Medula Óssea (Redome) registrou 399.835 novos doadores

inscritos no ano passado. Ressalte-se que dos doadores identificados no Brasil, em 2000, apenas 10% foram localizados pelo Redome. Em 2009, esse percentual passou para 70%. Também nesse exercício, o Sistema Nacional de Transplantes realizou vários treinamentos, capacitando aproximadamente 530 alunos. Dentre as principais perspectivas para 2010, pode-se destacar: i) a publicação de Manuais de Utilização do Protocolo de Morte Encefálica e de Avaliação e Manutenção do Doador; ii) a regulamentação do transplante de intestino; iii) a regulamentação do transplante de ilhotas pancreáticas; iv) a regulamentação do uso de membrana amniótica e outras modalidades de uso de tecidos; v) a consolidação das Organizações de Procura de Órgãos (OPO); vi) a redução da lista de espera por transplantes de córneas; vii) a ampliação da Rede de Bancos de Tecidos; viii) a consolidação do Sistema Informatizado de Gerenciamento da Lista Única (SIG), incluindo os dados relativos aos resultados pós-transplantes e relatórios gerenciais em geral; ix) a realização de cursos de pós-graduação lato sensu no processo doação/transplantes e em retirada de múltiplos órgãos para profissionais de Centrais de Transplantes; e x) a criação de vagas de residência em transplantes.

b.9) Assistência Cardiovascular

Uma das principais conquistas na área da assistência cardiovascular foi a regulamentação do funcionamento dos serviços, com credenciamento qualificado das unidades de assistência, de modo a preencher lacuna existente entre o cuidado especializado básico e a alta complexidade. Ainda, até 2009, na área da assistência cardiovascular, a rede contabilizou um total de 237 estabelecimentos de saúde habilitados. Destes, 196 são unidades de assistência cardiovascular de alta complexidade e 41 são centros de referência de assistência cardiovascular de alta complexidade. Até 2010, persistem desafios importantes, tais como a implementação do registro brasileiro de cirurgia cardíaca; a elaboração e a implantação do manual de controle e avaliação; e a ampliação do acesso aos serviços habilitados de cardiologia, procurando-se atingir em 2010 mais 52 unidades habilitadas.

b.10) Sangue e Hemoderivados

A Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme passou a integrar o regulamento do SUS. A visibilidade da doença foi ampliada com a realização de um total de 50 eventos, atingindo todos os Estados, ampliando para 25 mil o número de trabalhadores e usuários sensibilizados e/ou capacitados. A realização do V Simpósio Brasileiro de Doença Falciforme obteve repercussão internacional, com a participação de 10 delegações de países africanos e 13 de diferentes regiões, colocando o Brasil na liderança da rede pela política mundial de atenção integral às pessoas com essa doença. A cooperação com os países da África se ampliou com a assinatura do acordo de cooperação com a República de Gana para construção de um hemocentro e a ampliação do programa de triagem para doença falciforme daquele país.

O Programa Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue tem por objetivo assegurar a qualidade e autossuficiência em sangue, componentes e derivados sanguíneos, e garantir a assistência aos portadores de doenças de coagulação sanguínea e de má formação das hemácias. No exercício de 2009, o orçamento, em torno de R\$ 300 milhões, garantiu aos usuários do Sistema a disponibilidade de medicamentos pró-coagulantes e disponibilizou à Hemorrede Pública Nacional recursos para a melhoria da infraestrutura, atualização do parque tecnológico, capacitação, aperfeiçoamento e avaliação dos serviços.

Foi implantado o Sistema Informatizado Hemovida Coagulopatias *Web* nos serviços de atenção hematológica, que permite o monitoramento das informações referentes às pessoas portadoras de Coagulopatias Hereditárias, diminuindo significativamente

a subnotificação dos casos da doença, possibilitando o acompanhamento da dispensação dos medicamentos pró-coagulantes e facilitando o planejamento das ações de atenção a eles voltada.

O Programa Nacional de Qualificação da Hemorrede, voltado à implantação de ações de melhoria técnico-gerenciais, implantado em 2008, teve continuidade de suas ações em 2009, concluindo visitas de avaliação nos 32 principais serviços de hemoterapia do País, resultando em planos de ação de melhoria. Vale registrar, ainda, a conclusão do Projeto-Piloto do Estudo Multicêntrico (Teste NAT), projeto que representará ganho estratégico, tendo em vista o domínio nacional da tecnologia e a economia ao SUS, impactando substancialmente no aumento dos níveis de segurança transfusional no País.

Em 2010, estão previstas: i) a implantação de sistema de monitoramento, visando à análise comparativa da qualidade dos serviços de hemoterapia, para construção do “índice de melhoria nacional” como ação do Programa Nacional de Qualificação da Hemorrede; ii) a implantação do projeto de avaliação externa da qualidade para laboratórios e processamento do sangue, com os objetivos de avaliação e controle dos serviços de hemoterapia, por meio da produção e distribuição de amostras biológicas de teste (painéis) e da formação da Rede Brasileira de Avaliação Externa da Qualidade em Serviços de Hemoterapia, com vistas à melhoria da segurança transfusional; e iii) a implantação da profilaxia primária para as pessoas portadoras de Coagulopatias Hereditárias.

No que se refere à Hemobrás, em 2009 foi inaugurada planta de insumos para diagnóstico em saúde, na Cidade de Curitiba/PR. Trata-se de um laboratório, com 2,5 mil m², fruto da ação conjunta da Hemobrás, do Instituto de Tecnologia do Paraná, da Fiocruz, Finep e do Estado do Paraná. Essa planta vai ser utilizada para a produção de reagentes e para a identificação de doenças como o HIV, HCV (hepatite C), sífilis, entre outras. Em relação à construção da unidade de produção dessa empresa, a previsão é que todas as obras civis e instalações fiquem prontas em 2012, devendo-se iniciar o funcionamento da planta industrial em 2014.

c) Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde

O setor saúde, em constante evolução, necessita de acompanhamento tecnológico, por meio da incorporação de inovações e experiências cientificamente comprovadas. Com a finalidade de expandir o uso de novas tecnologias, a política governamental setorial tem financiado estudos e pesquisas por contratos diretos ou por meio de concorrências e certames. Essas iniciativas têm estimulado o desenvolvimento e a disseminação de novos conhecimentos e tecnologias para a saúde. Com o objetivo de desenvolver e fortalecer a pesquisa clínica no âmbito do SUS, em 2009, foram agregados 13 centros de pesquisa à Rede Nacional de Pesquisa Clínica (RNPC), totalizando 32 centros.

Os principais resultados, no ano passado, centraram-se na consolidação da Rede Nacional de Terapia Celular, que colocou o Brasil em destaque no cenário internacional. O País se tornou o quinto a dominar a tecnologia de produção de células-tronco não-embrionárias pluripotentes. Também teve destaque a criação das Redes de Pesquisa em Dengue, Malária e em Influenza A (esta última, recém-estabelecida, fornecerá resultados parciais já no primeiro semestre de 2010 sobre mutações do vírus H1N1). Merece destaque, também, o Programa Pesquisa para o SUS, que lançou 23 editais estaduais, tendo sido contratados 338 projetos de pesquisas até novembro de 2009, contribuindo dessa forma para reduzir as desigualdades regionais em Ciência e Tecnologia em Saúde. Foram ainda financiadas pesquisas sobre as consequências do parto cesáreo desnecessário no Brasil e sobre a avaliação de tecnologias em saúde, temas com claro potencial de impacto na redução dos custos da assistência à saúde no âmbito do SUS. Além disso, nove Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia receberam recursos advindos de financiamentos

para pesquisas voltadas para os temas vacinas, gestão e inovação em doenças negligenciadas, biologia estrutural em bioimagem, fármacos e medicamentos, diagnóstico em saúde pública, avaliação de tecnologias em saúde e tuberculose. Em 2009, foram investidos R\$ 164 milhões em pesquisas estratégicas para o SUS.

Neste exercício, pretende-se avaliar os resultados finais das pesquisas financiadas e prosseguir com as atividades de fomento à pesquisa, produção e disseminação de informações que possam subsidiar os gestores e dirigentes da área de saúde, em todos os níveis de gestão do SUS, trabalhar no acesso a evidências científicas que os auxiliem nos processos de tomada de decisão e na promoção e difusão da Avaliação de Tecnologias em Saúde no Sistema. Nas pesquisas e inovações tecnológicas em doenças dos trópicos, a perspectiva é avançar no apoio e fomento de pesquisas voltadas para malária e dengue e contribuir no desenvolvimento e estruturação da Fiocruz Noroeste, que nasce voltada para desenvolvimento tecnológico e científico da região Norte.

d) Desenvolvimento e Inovação no Complexo Industrial da Saúde

O setor saúde movimenta expressiva produção industrial, materializada em insumos, medicamentos, equipamentos e outros bens necessários à operacionalização das ações e serviços de saúde. No Brasil, ainda se observa certa fragilidade produtiva e de inovação da produção industrial no setor. A orientação estratégica das políticas públicas específicas está voltada: i) à redução da vulnerabilidade da política social brasileira, mediante o fortalecimento do complexo industrial e de inovação em saúde; e ii) à elevação da competitividade em inovações das empresas e dos produtores públicos e privados das indústrias da saúde.

Essas vertentes foram impulsionadas por um conjunto de parcerias público-privadas realizadas no âmbito do acordo de desenvolvimento produtivo. Essas parcerias foram desenvolvidas entre os laboratórios públicos e produtores privados de medicamentos e fármacos com os objetivos de promover o fortalecimento dos laboratórios públicos e a ampliação de seu papel de regulação de mercado; estimular a produção local de produtos de alto valor agregado ou de grande impacto sanitário e social; e fomentar o desenvolvimento da capacidade produtiva da indústria farmoquímica nacional. Foram firmados nove Termos de Compromissos, envolvendo sete laboratórios públicos, sete parceiros privados, sendo um estrangeiro e seis nacionais, para contemplar a produção local de 16 produtos. Merece destaque, também, a produção por laboratórios públicos da cola ou selante de fibrina. O selante tem a função de diminuir ou deter hemorragias em inúmeras situações e é bastante usado no caso de hemofilia. O selante foi incluído nos programas de assistência farmacêutica e foi articulada sua produção no Brasil.

Para 2010, espera-se a continuidade dos investimentos em tecnologias para a área de equipamentos médicos e materiais para a saúde. Além disso, já foram definidos recursos interministeriais para 2010-2011, a serem empregados em projetos cooperativos entre instituições científicas e tecnológicas e empresas privadas, voltados para a verticalização de antirretrovirais modernos.

e) Assistência Farmacêutica

A Política Nacional de Assistência Farmacêutica tem como principal integrante o Programa Farmácia Popular do Brasil, criado pelo Governo com o intuito de ampliar o acesso da população aos medicamentos considerados essenciais, por meio da aquisição em laboratórios farmacêuticos públicos ou privados, e disponibilizá-los a preço de custo em farmácias públicas distribuídas pelo território nacional. Foram implantadas, em 2009, 525 farmácias públicas, com atendimento a cerca de 950 mil pessoas ao mês.

Ampliado e diversificado, em 2006, o Programa Farmácia Popular do Brasil passou a contar com o sistema de copagamento, em que as farmácias e drogarias privadas vendem um elenco de 13 medicamentos para o tratamento de hipertensão e diabetes, além de contraceptivos. Esses medicamentos são subsidiados em até 90% pelo Governo, possibilitando o acesso aos mesmos por camadas mais amplas da sociedade. Atualmente, são 10.473 farmácias cadastradas em todo o Brasil, responsáveis por uma média de 1,1 milhão de atendimentos mês, totalizando 13 milhões de atendimentos no ano de 2009.

Para ampliar o acesso aos medicamentos, em níveis de complexidade básica e média, o Governo operacionalizou, em 2009, iniciativas que permitiram a melhoria da qualidade da assistência. Foram adquiridos 40,3 milhões de unidades do medicamento para atendimento aos portadores da tuberculose, na forma de dose fixa combinada em uma associação de quatro fármacos em um só comprimido, facilitando o tratamento dos pacientes e aumentando a adesão. A promoção do acesso aos portadores de hemofilia foi viabilizada com o fornecimento do tratamento a aproximadamente 14 mil portadores da enfermidade. Além disso, foi incorporado ao elenco do Programa o mencionado selante de fibrina, proporcionando maior segurança no tratamento.

No combate ao HIV/Aids, destaca-se a introdução de um novo medicamento antirretroviral, com propriedade de impedir que o vírus integre seu material genético nas células humanas. Inicialmente, foram adquiridos 720 mil comprimidos para distribuição na rede pública de saúde. Posteriormente, observou-se um aumento expressivo no consumo desse antirretroviral devido à comodidade posológica, acarretando em um novo processo aquisitivo de mais dois milhões de comprimidos. Ainda no âmbito da assistência farmacêutica, assegurou-se o acesso a medicamentos fundamentais para o tratamento de diversas doenças crônicas graves, porém de baixa prevalência. Esse grupo de medicamentos de distribuição excepcional é de alto custo e foi disponibilizado em um quantitativo de 527 milhões para as unidades farmacêuticas selecionadas, em 2009.

Para possibilitar a ampliação de cobertura e a inclusão de novos medicamentos, foram disponibilizados recursos adicionais para a ampliação da aquisição centralizada. A uma lista anterior de 13 medicamentos, adicionaram-se, em 2009, outros 25. A economia gerada será reinvestida em ampliações de aquisições. Com relação aos medicamentos fitoterápicos, em 2009, foram realizados procedimentos técnicos e legais que resultaram na incorporação à lista de medicamentos básicos do SUS de oito produtos dessa espécie e criada uma lista de plantas estratégicas para atenção à saúde, incluindo 71 vegetais de interesse do SUS.

A perspectiva, para 2010, é dar continuidade à implantação das farmácias populares, com a previsão de implantação de 75 unidades. Com relação às parcerias com estabelecimentos privados, a meta para 2010 é atingir 17 mil estabelecimentos parceiros. Prevê-se nesse ano a incorporação de mais quatro fitoterápicos na lista de medicamentos de distribuição gratuita do SUS.

f) Prevenção e Controle de Doenças e Agravos

Ao longo das últimas duas décadas, importantes vitórias no campo da saúde coletiva vêm sendo colecionadas, tais como: a erradicação da poliomielite, desde 1989; a interrupção da circulação autóctone do vírus do sarampo, desde o ano 2000, e da transmissão vetorial da doença de Chagas pelo *T. infesta*; perspectivas de eliminação do tétano neonatal e da raiva humana transmitida por animais domésticos; e a tendência declinante do número de casos de difteria, de coqueluche e de tétano acidental. Nos últimos anos, têm surgido novos desafios no controle de doenças transmissíveis, mais recentemente pelo risco de ocorrência de uma pandemia de Influenza. Para o enfrentamento desse desafio, o Plano preparado para a pandemia de

Influenza, chamada gripe aviária, em operação desde 2005, foi adaptado às características da atual pandemia, popularmente denominada gripe suína.

A atuação setorial no controle da pandemia de Influenza pelo vírus pandêmico A (H1N1) teve como ponto de partida a estruturação da rede de serviços do SUS. Dentre as medidas implementadas, destacam-se: atualização do plano nacional e dos planos estaduais de preparação; constituição de um Grupo Executivo Interministerial, que tem sido responsável pelo gerenciamento do plano e acompanhamento das ações desenvolvidas; elaboração de protocolos clínicos e de vigilância epidemiológica atualizados para enfrentamento da pandemia; aquisição e produção de insumos – foram adquiridos antivirais, insumos para diagnóstico laboratorial e vacinas; desenvolvimento da capacidade de produção nacional de vacinas; aquisição de insumos e capacitação da rede nacional de laboratório de saúde pública para detecção dos vírus Influenza; estabelecimento da notificação imediata de caso ou surto de Influenza humana por novo subtipo; implantação do Sistema de Notificação (Sinan) *online*, para notificação de casos de doença respiratória aguda grave por Influenza; e desencadeamento de ações nas áreas de pontos de entrada (portos e aeroportos).

Entretanto, outras emergências de saúde pública também têm merecido atenção no âmbito do SUS. Tendo em vista a necessidade de ampliar a capacidade dos serviços de saúde pública para detectar e intervir rapidamente em eventos de saúde que podem se disseminar ou se propagar pelo território nacional, desde 2006, encontra-se em operação o Centro de Informações Estratégicas e Respostas em Vigilância em Saúde (CIEVS). Esse Centro funciona ininterruptamente e monitorou, até dezembro de 2009, aproximadamente, 666 eventos que poderiam representar emergência em saúde pública de relevância nacional, que mereceram a adoção de medidas oportunas, cautelares ou antecipatórias de vigilância sanitária.

Nos últimos anos, as doenças imunopreveníveis vêm apresentando redução superior a 90% nos principais indicadores. Conforme mencionado, duas delas já foram erradicadas, a varíola e a poliomielite, enquanto o sarampo encontra-se eliminado. A rubéola e a síndrome da rubéola congênita, após a gigantesca campanha nacional de imunização realizada em todo o País, em 2008, já evidencia a perspectiva de eliminação, com impacto importante sobre a mortalidade infantil.

Dentre as principais estratégias para alcançar o êxito na prevenção e controle das doenças imunopreveníveis, destaca-se o Programa Nacional de Imunizações. Em 2009, foram distribuídas, até outubro, cerca de 211 milhões de doses de vacinas e soros, e foram administrados, até setembro, mais de 115 milhões. Repetindo-se o sucesso dos anos anteriores, a campanha de vacinação contra a poliomielite, em menores de cinco anos, vacinou, em cada uma das duas etapas, mais de 15,5 milhões de crianças, alcançando coberturas superiores à meta de 95% da população-alvo. Da mesma forma, em relação à vacinação contra gripe, foram beneficiados mais de 16 milhões de idosos, atingindo cobertura vacinal superior a 82% desse grupo populacional. Esses resultados mostram a adesão da população ao chamado à vacinação e reafirmam o êxito do Programa de Imunizações brasileiro.

Com relação às doenças transmissíveis, no período de 2007 a 2009, foi realizada a atualização do manejo clínico e terapêutico da hepatite C. Cabe ressaltar que a atualização do tratamento da hepatite C contou com a inclusão do interferon-peguilado para portadores de hepatite C genótipo 1 e com a definição de critérios de retratamento com interferon-peguilado para pacientes recidivantes, não-respondedores e coinfectados com HIV; além da conclusão da fase de campo do Inquérito Nacional de Soroprevalência nas Regiões Sul, Sudeste e Norte, fundamental para o estabelecimento de estratégias de programação de atividades e tomada de decisão com vistas ao controle da doença no País.

Em 2009, foi publicado o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para a Hepatite Viral Crônica B e Coinfecções, que garante aos portadores da hepatite B a ampliação das opções de tratamento, incluindo três novos medicamentos antivirais: tenofovir, entecavir e adefovir. Destaca-se que a inclusão do tenofovir, ainda sem registro no Brasil para o tratamento da hepatite B, ao arsenal terapêutico teve autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para uso off label diante do desinteresse do fabricante em pedir o registro para esse fim. Cabe ressaltar, ainda, a publicação dos manuais de diagnóstico e o “A B C D E das Hepatites Virais” para Agentes Comunitários de Saúde, fortalecendo a rede de atenção primária à saúde.

A hanseníase tem apresentado redução significativa do número de casos novos diagnosticados na última década, especialmente entre os menores de 15 anos. Foram notificados 39 mil casos novos em 2008, correspondendo a 20 novos casos por 100 mil habitantes, considerado ainda muito alto. Dados preliminares de 2009 apresentam a notificação de 32 mil casos novos, até o momento. Como estratégias para ampliação do impacto no controle da hanseníase, destacam-se o aumento da descentralização do diagnóstico, tratamento e da vigilância de contatos na atenção primária, a prevenção e reabilitação das incapacidades, a intensificação da mobilização social e do comprometimento dos gestores estaduais, municipais e profissionais de saúde. Este compromisso político resultou em 9.473 unidades de saúde com pessoas em tratamento da hanseníase em 2009, ampliação das redes de cuidado integral à saúde e de apoio social, além da diminuição do preconceito.

O controle da tuberculose é considerado prioridade pelo Governo, desde 2003. Esforços concentrados nesse sentido apontam para uma redução da incidência de mais de 25% entre 2001 e 2009. Essa redução é fruto, principalmente, da expansão para a rede básica da quase totalidade dos Municípios considerados prioritários, do tratamento supervisionado, estratégia recomendada pela OMS que, aliada à recente introdução de um novo esquema de tratamento, contribuirá para o controle da doença no País, reduzindo internações e mortes. Sendo a tuberculose a principal causa de morte de portadores do HIV/Aids, estratégias conjuntas vêm sendo implementadas entre os dois programas visando ao seu controle.

A malária concentra 99,8% de sua transmissão na região amazônica. Em 2009, os casos de malária totalizaram 302.284, contra 606.080 em 2005, um decréscimo de aproximadamente 50%. A redução de ocorrências da doença pode estar relacionada, principalmente, ao aprimoramento da estrutura de atendimento de casos da enfermidade, à expansão da rede de diagnóstico, às melhores oportunidades de acesso ao tratamento, à mudança do tratamento para *P. falciparum*, ao uso da Internet para a melhoria da qualidade e oportunidade da informação para focalização do planejamento das medidas de controle da doença e a um sistemático monitoramento da situação epidemiológica. A malária transmitida pelo *P. falciparum*, forma mais grave da doença, apresentou importante redução de casos, com o registro de 155.169 casos em 2005 e 49.650 em 2009, correspondendo a uma redução de 68%. De janeiro a outubro de 2005, foram internadas 10.174 pessoas após contrair a doença, contra 3.332 em 2009 no mesmo período, o que representou uma diminuição da ordem de 67,2%, com redução de 50% do número de óbitos entre 2000 e 2008. O número de casos de 2009, comparado ao número de casos de 2008, indica a manutenção de redução da doença, com o registro de 302.284 e 314.678 casos, respectivamente, correspondendo a uma redução real de 3,94%.

Em 2009, foi registrada uma redução de casos de dengue de 35,1%, relativamente a 2008. No mesmo período, houve uma redução de 65,5% no número de casos graves e de 34,6% nos óbitos. Os esforços empregados no combate à dengue foram mantidos, em 2009, e direcionados para: i) a realização de campanha publicitária nacional (produção, veiculação e ações de mobilização); ii) a aquisição de equipamentos e insumos; iii) a aquisição de Teste NS1 (implantação das Unidades Sentinela e supervisões nos Estados); iv) a aquisição de medicamentos; e v) o treinamento e capacitação de pessoal específico.

A implementação do Programa de Prevenção e Controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST/Aids) é um destaque importante da ação governamental, que possibilita a cerca de 200 mil pessoas que vivem com o HIV/Aids o acesso aos medicamentos antirretrovirais distribuídos na rede pública. Em 2009, foram distribuídos 465,2 milhões de unidades de preservativos masculinos, superando em 15% o total distribuído em 2008. No mesmo ano, foram produzidos pela fábrica estatal de preservativos instalada em Xapuri/AC cerca de 40 milhões de unidades também destinadas à distribuição pública. Destaca-se ainda a aquisição de 1,2 bilhão de unidades para a distribuição em 2010 na rede pública e pelas organizações da sociedade civil.

Doenças classificadas pela OMS como negligenciadas, entre elas a esquistossomose, obtiveram resultados satisfatórios quanto à redução da morbidade, verificada mediante a diminuição das internações hospitalares e consequente redução da mortalidade. Para isso, foram realizados cerca de 1 milhão de exames coprocópicos buscando a identificação precoce de pessoas infectadas e seu tratamento. Para eliminação do Tracoma, como importante causa de cegueira, foram intensificadas ações de diagnóstico com cerca de 327 mil exames realizados e, tratamento das comunidades afetadas. Com relação à Oncocercose, foram realizados tratamentos abrangendo cerca de 8 mil pessoas nas áreas endêmicas, como estratégia de avanço para a meta de eliminação e, para Filariose, cerca de 200 mil pessoas foram tratadas na região metropolitana de Recife, área endêmica, como estratégia de eliminação, com redução na prevalência da infecção, já em níveis de pré-eliminação nos Municípios atingidos (média de 0,3% em 2009).

Ressalta-se, ainda, a melhoria na qualidade da informação sobre mortalidade e nascimentos, permitindo o cálculo direto de indicadores e elaboração de diagnóstico e análise da situação de saúde. Dentre os mais importantes, o percentual de óbitos com causa mal definida no Brasil, reduzido de 12,4% em 2004 para 7,6% em 2008, sendo que esta diferença foi mais significativa na região Nordeste (de 23,7% para 8,6%) e na região Norte (de 20,8% para 12,7%), no mesmo período.

Ações de vigilância e prevenção de doenças e agravos não-transmissíveis foram desenvolvidas em 2009 e resultaram na expansão da Rede Nacional de Promoção da Saúde, de 676 em 2008 para 1.266 Municípios em 2009. A ênfase é o desenvolvimento de ações de Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças e Agravos Não-Transmissíveis articuladas com a Estratégia de Saúde da Família. Ressalta-se a implementação do Projeto de Redução da Morbimortalidade por Acidentes de Trânsito em 16 capitais de Estados em 2008, com expansão de cerca de mais 40 Municípios em 2009; e a implantação da Vigilância de Violências e Acidentes em Estados e Municípios, perfazendo mais de 500 Municípios notificantes de violência doméstica e sexual, fato de extrema importância para a garantia dos direitos e proteção às pessoas que sofrem violências, principalmente crianças, adolescentes, mulheres e pessoas idosas.

g) Vigilância Sanitária

No campo da vigilância sanitária, importantes ações foram desenvolvidas durante o ano de 2009 pelo Governo. Essas ações buscaram prevenir e controlar os riscos à saúde da população, oriundos da produção e consumo de bens e serviços, por meio da regulação, adequação e segurança dos produtos, serviços e ambientes. Nesse contexto, foram realizadas várias ações de inspeção no ano passado. Para a Concessão de Autorização de Funcionamento de Empresas (AFE), foram 6.764 ações de inspeção, sendo 1.357 em Produtos para Saúde, Cosméticos e Saneantes; 5.059 em Farmácias e Drogarias; e 348 para Medicamentos e Insumos. As plantas de indústrias de medicamentos inspecionadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) foram 227, sendo 56 no Brasil e 171 no exterior. Foram expedidos 605 certificados de boas práticas de fabricação nesse período. Foram, também, realizadas 772.282 inspeções sanitárias em portos, aeroportos, postos de fronteiras e terminais alfandegados; tramitadas 187.234 licenças de importação e licenças simplificadas de importação; e concedidos 641 registros para a área de medicamentos.

O processo de descentralização de ações entre as três esferas de Governo foi incentivado por meio da pactuação de metas de expansão da vigilância sanitária com Estados e Municípios. Em 2009, o número de Municípios pactuados chegou a 3.080, em todos os Estados. Entre os desafios a serem enfrentados a partir de 2010, no âmbito da vigilância sanitária, destacam-se: i) a elaboração de ações específicas para a melhoria da qualidade dos hospitais com atenção ao parto e ao nascimento, em particular aqueles que estão mal avaliados no Programa Nacional de Avaliação dos Serviços de Saúde (PNASS); ii) a reestruturação da rede de laboratórios do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária; iii) a consolidação e ampliação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados (SNGPC); iv) a ampliação da oferta de medicamentos genéricos e fracionados; e v) a regulamentação da propaganda de alimentos divulgados ao público infantil, dos teores de sal e gordura em produtos industrializados e da propaganda de bebidas alcoólicas.

h) Políticas de Qualificação de Pessoal e da Gestão do Trabalho em Saúde

O aperfeiçoamento da qualificação do trabalho e da educação em saúde é essencial para a evolução da qualidade dos serviços sob responsabilidade dos profissionais atuantes no SUS. Essa iniciativa contribuiu para o fortalecimento e qualificação do atendimento disponibilizado à população de forma universal e integral. Com a finalidade de melhorar a qualidade de atendimento nos serviços de saúde, por meio de qualificação dos processos formativos, apoiou-se, em 2009, a capacitação de 72.840 agentes comunitários de saúde e 1.600 parteiras. Na mesma linha de atuação, deu-se suporte a três escolas técnicas sediadas em Estados de diferentes regiões, que tiveram melhorias em sua infraestrutura.

A fim de aumentar a resolubilidade da atenção à saúde prestada à população, ampliando os cenários de prática dos estudantes ao longo da sua formação, por meio da integração entre o ensino e a realidade da execução dos serviços e da gestão do SUS, foram implantados 900 pontos de educação a distância, que propiciaram a capacitação de cerca de 5.900 equipes em todo o território nacional, sempre numa expectativa de fixação dos profissionais de saúde nos locais de difícil acesso. O resultado dessa iniciativa tem potencial para beneficiar 11 milhões de usuários do SUS. Outra iniciativa relevante e com resultados concretos, em 2009, foi a construção pedagógica dos conteúdos para o manejo de casos de Influenza A (H1N1), que repercutiu na citada eficiência do controle do avanço da pandemia em território nacional. Essa iniciativa capacitou 480 profissionais para a supervisão e multiplicação das técnicas de manejo do trato da gripe.

Ainda numa perspectiva de qualificação e de aprimoramento técnico dos trabalhadores do SUS, em 2009, receberam apoio 55 projetos e 161 cursos voltados para a reorientação de formação profissional; 10 cursos de residências e especializações que resultaram na formação de 1.294 profissionais; apoio a uma experiência de residência multiprofissional que beneficiou 21 trabalhadores das áreas de saúde atuantes no SUS. Com o foco no desenvolvimento de aptidões para a gestão de sistemas e gerência de unidades do SUS, foram capacitados, no ano passado, 7.460 profissionais em técnicas básicas de gestão. Foram, também, apoiados 24 projetos que contribuiriam, direta ou indiretamente, para a qualificação da gestão. Esses projetos resultaram num conjunto de iniciativas de qualificação de pessoal que beneficiaram 3.208 servidores, 100 dirigentes, 100 gerentes e integrantes de equipes gestoras, além de 115 gestores municipais. Ainda no campo da gestão, foram treinados para a coordenação e para práticas organizacionais de controle da Influenza A (H1N1) 2.300 servidores do SUS.

As perspectivas, para 2010, são de ampliação da capacitação, expandindo-a para diversos atores envolvidos na operacionalização das ações ou na gestão do SUS, que compreendem: i) 70 mil agentes comunitários de saúde; ii) manutenção e ampliação das

ações de formação e graduação *latu sensu* em Saúde da Família; iii) apoio às escolas técnicas do SUS; iv) apoio à educação permanente em Estados e Municípios; e v) ações de capacitação em segmentos específicos (saúde da mulher, do trabalhador, mental) e em outras áreas técnicas especializadas.

i) Investimento em Saúde

O programa de investimentos no SUS concentra-se em duas vertentes: a qualificação da atenção à saúde e da gestão e a consolidação da infraestrutura disponibilizada. Em 2009, a qualificação da atenção à saúde centrou esforços na melhoria da eficiência e eficácia do Sistema, com a finalidade de solidificar a universalização e a humanização à saúde da população. Dentre essas iniciativas, citam-se os Projetos de Investimentos para a Qualificação do Sistema Único de Saúde (QualiSUS-Rede); o Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras (SIS Fronteiras); o Sistema de Apoio à Organização e Elaboração de Projetos de Investimentos em Saúde (SomaSUS); os projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais; e os Projetos de Investimentos em Equipamentos e Obras de Unidades de Saúde.

No âmbito do QualiSUS-Rede, foram contratados e realizados estudos subsidiários ao processo de preparação do projeto e discutidos o sistema de monitoramento e avaliação, e o desenvolvimento do Componente A do Projeto, a saber, Organização e Qualificação de Redes de Atenção à Saúde. Com relação ao projeto SIS Fronteiras, entre os resultados alcançados, destaca-se um acordo firmado entre Brasil e Uruguai que facilita a assistência médica aos moradores da região de fronteira, pois garante o acesso da população aos serviços de saúde de média e alta complexidade nos dois países. A parceria regulamenta o direito dos usuários das redes públicas de assistência de receber atendimento nas unidades que tenham estrutura para a prestação de serviços, desde cirurgias cesarianas até transplantes de órgãos. Em alguns casos, isso evitará que o morador percorra longas distâncias no país de origem se existir assistência de média e alta complexidade em Municípios mais próximos, situado do outro lado da fronteira. Os custos do atendimento serão financiados pelo governo de origem do paciente, por meio de contratos.

No campo dos investimentos em infraestrutura, em 2009, foram contratados 1.236 projetos relativos a equipamentos de saúde relacionados a obras civis (construção, ampliação, conclusão e reforma) e à aquisição de equipamentos médico-hospitalares, material permanente e unidades móveis de saúde. Foram também aprovados projetos de reestruturação da rede de hospitais federais próprios, hospitais de ensino e outros hospitais públicos das demais instâncias administrativas.

j) Gestão Descentralizada e por Resultados

A gestão descentralizada do SUS ocorre por meio da promoção, articulação e integração das atividades de cooperação técnica aos Estados, Municípios e ao Distrito Federal, subsidiando processos de elaboração e implantação de normas, instrumentos e métodos voltados para o seu fortalecimento, sob a orientação do marco diretivo dos Pactos pela Vida e de Gestão. Assim, o foco das ações de apoio à descentralização desenvolve-se nas seguintes vertentes e leva em conta as peculiaridades regionais:

- implantação dos Colegiados de Gestão Regional (CGRs): espaço regional de negociação permanente das decisões gestoras, composto por todos os gestores municipais de cada região de saúde prevista no Plano Diretor de Regionalização e pela representação da Secretaria Estadual de Saúde. O CGR tem como objetivo viabilizar as articulações e pactuações dos acordos

celebrados entre os gestores, conforme os instrumentos estratégicos e operacionais do SUS. Em 2009, foram constituídos 406 CGRs, quantitativo que superou em 30 a meta prevista;

- implantação de modelos estaduais de Gestão por Resultados (GPR): trata-se de uma proposta de mudança de cultura organizacional, com foco nos resultados obtidos pelo Sistema. Com essa finalidade, tem sido priorizada a capacitação das equipes gestoras do SUS, voltada para a prestação de contas para a sociedade, para os órgãos de controle e para a comunidade internacional, de modo que as instituições gestoras do Sistema possam ser avaliadas na sua capacidade de prover a melhoria das condições de vida e de saúde da população. Em 2009, foram estruturados 8 GPRs, quantitativo que superou em 4 a meta prevista;

- adesão estadual ao Termo de Compromisso de Gestão (TCG): compromisso firmado pelas Secretarias Estaduais de Saúde, com o objetivo de pactuar e formalizar a assunção das responsabilidades e atribuições inerentes à esfera estadual na condução do processo permanente de aprimoramento e consolidação do SUS. Em 2009, foram pactuadas e monitoradas as 27 unidades federadas, quantitativo que superou em sete a meta prevista; e

- adesão municipal ao Termo de Compromisso de Gestão (TCG): compromisso firmado pelas Secretarias Municipais de Saúde, com o objetivo de pactuar e formalizar a assunção das responsabilidades e atribuições inerentes à esfera municipal na condução do processo permanente de aprimoramento e consolidação do SUS. Em 2009, foram pactuados e monitorados 5.564 Municípios, quantitativo que superou em 2.781 a meta prevista.

Também em 2009, foi implantado um novo modelo de gestão do SUS, voltado para resultados, que teve a sua estruturação delineada para um desenvolvimento focado, principalmente, i) no acompanhamento e monitoramento da Agenda Estratégica do Mais Saúde, com a identificação do cumprimento das metas e objetivos de contribuições e ações de responsabilidade de cada uma das unidades da administração direta e dos órgãos vinculados; ii) o apoio e coordenação dos trabalhos de implantação da nova estrutura organizacional do Ministério da Saúde (MS); e iii) a consolidação do processo de logística integrado do Ministério da Saúde, incluindo a redução de custos, redução de compras emergenciais e soluções de armazenamento de medicamentos e insumos estratégicos e do modelo de atendimento às demandas judiciais.

Para 2010, está prevista a ampliação das ações para descentralização da gestão com a fixação das seguintes metas: i) implantação de 411 Colegiados de Gestão Regional; ii) implantação de 12 modelos estaduais de gestão por resultados; e iii) adesão de 4.173 Municípios ao Termo de Compromisso de Gestão.

k) Ouvidoria, Participação Popular e Auditoria

Em 2009, o principal destaque da Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no SUS foi a orientação das ações do Governo para a promoção e o aperfeiçoamento da gestão democrática, por meio de um referencial conceitual e estratégico formulado para atuação com integração coletiva, operacionalizada por meio da participação popular no processo de gestão e do controle social. O principal canal de interlocução com a população é a Ouvidoria do SUS, que, em 2009, viabilizou 10 milhões de atendimentos à população para esclarecimentos e difusão de informações em saúde. Outro importante meio de contato com os usuários potenciais do SUS é o Disque Saúde, central de atendimento voltada para a disseminação de informações, que utiliza como canais de comunicação a correspondência escrita, correspondência eletrônica, telefone gratuito, entre outros. Por essa via, foram realizados mais de 13 milhões de atendimentos.

Com a finalidade de ampliar e fortalecer a participação e a mobilização social em defesa do SUS, foram realizados 20 eventos disseminadores de informação e capacitados 32 mil conselheiros de saúde e lideranças sociais na temática da saúde no Brasil. Populações específicas, expostas a vulnerabilidades, foram alvo de ações de inclusão social, em 2009. Esse movimento resultou em atendimento a 11.138 pessoas, por meio de atividades de sensibilização para a melhoria do acesso dessas populações aos serviços prestados pelo Sistema.

Em uma perspectiva de fornecer infraestrutura para a operacionalização das atividades de controle social, foram distribuídos equipamentos de informática para 5.564 Conselhos Municipais de Saúde, para 26 Conselhos Estaduais de Saúde e para o Conselho de Saúde do Distrito Federal. A fim de agregar e disponibilizar informações sobre a execução das ações das diversas áreas do SUS, relativas aos principais serviços e produtos de saúde disponibilizados, na qual consta a execução das metas físicas e financeiras, o Governo disponibilizou uma sala de situação destinada aos gestores, profissionais de saúde e à população em geral, a qual possibilita, por meio de consultas via *web*, a fundamentação de diagnósticos, a análise e a tomada de decisões gerenciais. Em 2009, foram contabilizados cerca de 182 mil acessos nacionais e internacionais a essa sala.

É importante registrar que, em 2009, foram realizadas 1.101 auditorias, em todos os níveis administrativos do SUS, abrangendo diversos segmentos da gestão e da atenção à saúde. O nível central de gestão coordenou, também, 220 auditorias, consideradas como estratégicas, que depois de realizadas resultaram em redirecionamento de processos gerenciais e administrativos no âmbito do Sistema. Para 2010, está prevista a continuidade da qualificação da gestão, por meio do desenvolvimento das seguintes ações: apoio aos conselhos de saúde e aos movimentos sociais que atuam no campo da saúde, com vistas ao seu fortalecimento para que os mesmos possam exercer plenamente os seus papéis; apoio ao processo de formação dos conselheiros; estímulo à participação e à avaliação dos cidadãos nos serviços de saúde; apoio à implantação de ouvidorias nos Estados e Municípios, com vistas ao fortalecimento da gestão estratégica do SUS; apoio ao processo de mobilização social e institucional em defesa do SUS e na discussão do pacto; e apoio aos sistemas de auditoria estaduais, municipais e do Distrito Federal.

1) Saúde Suplementar

No ano de 2009, foram realizadas iniciativas no sentido de garantir a qualidade e continuidade da atenção à saúde, conferindo maior poder de escolha aos beneficiários, por meio de mecanismos de regulação mais eficientes e do apoio à construção do sistema de saúde brasileiro. Foi implementado o procedimento eletrônico de ressarcimento ao SUS pelos procedimentos executados em beneficiários de planos de saúde, e operacionalizada a portabilidade de carências de planos já contratados, o que permite maior poder de escolha ao contratante e dinamiza o mercado da saúde suplementar. Com esse intuito, foi desenvolvido o Guia de Planos de Saúde que proporciona o cruzamento eletrônico de dados, para facilitar a equivalência de planos e oferecer um amplo leque de opções aos usuários.

O processo fiscalizatório permitiu a intermediação cada vez mais efetiva nos conflitos entre operadoras e beneficiários, buscando soluções, mesmo antes da instauração de um processo administrativo sancionador, por meio da reparação voluntária e eficaz. Identificou-se a necessidade de adequação dos normativos que regulam a atuação do mercado em relação aos planos coletivos, de forma a tornar mais transparentes as relações contratuais, coibir a seleção de risco e a falsa coletivização.

Entre as expectativas de realizações, para 2010, destacam-se a intensificação do processo de ressarcimento ao SUS das autorizações de procedimentos de alto custo; a redução do passivo de processamento dos atendimentos identificados, para fins de ressarcimento ao SUS, e o aprimoramento da seleção dos atendimentos a serem ressarcidos; a revisão da norma acerca da mobilidade com portabilidade de carências, no sentido de expandir a portabilidade a outros tipos de adesão a planos de saúde e torná-la mais flexível, permitindo mudanças a qualquer momento do ano e não apenas na data de aniversário; a adoção de mecanismos de avaliação da conduta das operadoras com relação ao cumprimento das normas regulatórias; a promoção da defesa da concorrência e a defesa do consumidor; a adoção de postura captadora de tendências e indutora de mudanças nas práticas de mercado; o estímulo às operadoras na utilização de informações epidemiológicas na organização da atenção à saúde; a avaliação do risco assistencial e a possibilidade de intervenção onde haja maior comprometimento operacional; e a indução preventiva de adequação da rede assistencial de operadoras do segmento médico-hospitalar e monitoramento mais eficaz do equilíbrio econômico-financeiro dos produtos.

5. Políticas Afirmativas

a) Igualdade Racial

Desde a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), em março de 2003, o Governo vem buscando a institucionalização das políticas de igualdade racial, em âmbito nacional. Vários avanços foram alçados e diversos órgãos federais incorporam essas políticas em seus programas. O Governo está promovendo a implementação do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Planapir), formulado com base nas resoluções da 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, e formalizado com a edição do Decreto nº 6.872, de 4 de junho de 2009, que também instituiu um comitê interministerial específico para promover a articulação das ações do Plano e realizar seu monitoramento.

No âmbito da articulação com os demais entes federados, o Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (Fipir), promoveu a ação continuada entre as três esferas de governo. O compromisso com a redução das desigualdades raciais se traduziu na criação, até 2009, de 600 órgãos, em 26 Estados, voltados para as políticas de promoção de igualdade racial, bem assim com a perspectiva de adesão de outros 89 Municípios ao Fipir nos primeiros meses de 2010 e de alcançar um total de 800 Municípios ao final deste ano.

A Seppir e o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPPIR), composto por representantes da sociedade civil e do Governo Federal, realizou duas Conferências Nacionais de Promoção da Igualdade Racial (Conapir) desde sua instalação, em 2003. A segunda edição estimulou um amplo processo de mobilização nacional, que contou com a realização de centenas de conferências municipais, conferências nos 26 Estados e no Distrito Federal, e uma Plenária Nacional de Comunidades Tradicionais, que reuniu lideranças de comunidades quilombolas, de terreiros, povos indígenas e de etnia cigana. Durante a etapa nacional da II Conapir, realizada em Brasília, em junho de 2009, todo esse acúmulo foi reunido em 580 resoluções, com propostas de políticas públicas referentes aos eixos temáticos de Educação, Saúde, Terra, Segurança e Justiça, Trabalho e Política Internacional. Essas resoluções estão agora disponíveis como instrumentos para orientar a implantação, o monitoramento e o controle social da gestão pública. A II Conapir, também, propôs diretrizes importantes, como a defesa da política de cotas raciais, do Estatuto da Igualdade Racial e dos direitos das comunidades remanescentes de quilombos, além de realizar uma avaliação das diretrizes Planapir.

Em 2009, foi lançado o Plano Nacional de Implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, conforme determina a legislação nacional. Uma das ferramentas para a efetiva implementação da Lei nº 10.639, de 2003, é o projeto educativo A Cor da Cultura, que promove a valorização da cultura afro-brasileira, por meio de programas audiovisuais. A iniciativa é fruto da parceria entre o Ministério da Educação, a Fundação Cultural Palmares, o Canal Futura, a Petrobras e o Centro de Informação e Documentação do Artista Negro (Cidan). No ano passado, foi iniciada sua segunda fase do projeto, que permitirá a produção de material multimídia para a formação de professores. Ainda no exercício passado, foram concedidas 600 bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic), pelo CNPq, a estudantes negros que tiveram acesso às universidades públicas por meio de políticas de ação afirmativa. A iniciativa contribui para a permanência desses jovens nas universidades e o seu envolvimento com a pesquisa científica. Também na área educacional, na Universidade de Brasília, foi criado o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior, com o objetivo de reunir dados e informações para o monitoramento das políticas de ação afirmativa no Brasil e na América Latina.

Para o combate à violência que atinge a juventude negra de 18 a 24 anos, foi lançado o Edital de Chamada Pública do Projeto Farol – Oportunidade em Ação. O Projeto, fruto da parceria da Seppir com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), está sendo implantado nas 13 regiões metropolitanas com maior incidência de violência sobre adolescentes e jovens.

O Governo promoveu, por meio da Seppir e do Ministério do Trabalho e Emprego, a criação de dois Planos Setoriais de Qualificação Profissional (Planseq): o Planseq Afrodescendente, em apoio à juventude negra, que envolve uma cadeia de ofícios dos mercados industrial, comercial e de serviços, que contemplará 25 mil trabalhadores negros; e o Planseq Trabalho Doméstico Cidadão, desenvolvido em parceria com a Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, que se constitui na primeira iniciativa do Governo com foco específico na qualificação dessa categoria profissional.

a.1) Programa Brasil Quilombola

Criado em 2004, o Programa Brasil Quilombola (PBQ) tem como finalidade essencial a coordenação das ações governamentais – articulações transversais, setoriais e interinstitucionais – para as comunidades remanescentes de quilombos, com ênfase na participação da sociedade civil. O Programa, coordenado pela Seppir, tem suas ações executadas por 23 órgãos da administração pública federal, além de empresas e organizações da sociedade, e se constitui no principal instrumento articulador das ações que compõem a Agenda Social Quilombola.

Dentre os principais resultados de 2009, destacam-se: a edição de 30 decretos de desapropriação de áreas para permitir a regularização fundiária das terras de comunidades quilombolas, nos Estados de Pernambuco, Maranhão, Paraíba, Alagoas, Bahia, Rio Grande do Norte, São Paulo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Espírito Santo e Rio de Janeiro; a formação de 504 equipes do Programa Saúde da Família e 387 equipes do Programa Saúde Bucal para atendimento exclusivo de famílias quilombolas; a instalação de 27.167 kits sanitários nas residências de 270 comunidades e a expansão da oferta de energia elétrica por meio do Programa Luz para Todos, que já atende 20.335 domicílios de famílias quilombolas, com investimentos na ordem de R\$ 100 milhões. Além disso, destaca-se o investimento de R\$ 27 milhões, que garante renda mínima a 22,2 mil famílias quilombolas beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, em 679 Municípios.

Para 2010, as perspectivas de avanços da ASQ se concentram na aplicação de mais de R\$ 87 milhões nas comunidades quilombolas, para a ampliação das equipes dos programas Saúde da Família e Saúde Bucal; investimento de mais de R\$ 100 milhões em saneamento básico nas áreas quilombolas; R\$ 32 milhões para a construção de moradias; R\$ 22 milhões para construção de salas de aula; R\$ 48 milhões em investimentos do Programa Luz para Todos; e R\$ 48,8 milhões do Programa Bolsa Família, que devem beneficiar, aproximadamente, 50 mil famílias quilombolas. Ainda, em 2010, será estruturada a rede nacional do Selo Quilombola (certificação de origem de produtos das comunidades quilombolas), com ações de estímulo ao desenvolvimento econômico sustentável dessas comunidades, incluindo a meta de capacitação de mil empreendedores quilombolas.

b) Igualdade de Gênero

A partir das demandas e deliberações da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPMM), o Governo elaborou e lançou o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), relativo ao período de 2008 a 2011, que contemplou seis novas áreas de atuação estratégicas, além daquelas já existentes no I PNPM. É importante destacar que foram desenvolvidas e apoiadas, em 2009, diversas iniciativas e ações nas áreas do II Plano Nacional, a exemplo da educação e cultura, do trabalho e da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, além do enfrentamento da violência, cujas ações estão contempladas no Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. O Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM foi instituído em 2005, tendo sua composição ampliada a partir de 2008. Nessa nova configuração, foi ampliada a representação governamental e da sociedade civil no Comitê, de forma a ampliar a sua representatividade. Para ampliar o alcance do II Plano, de forma que suas ações cheguem realmente às destinatárias finais, o Governo vem atuando no sentido de buscar a parceria dos governos estaduais e municipais. Para tal, definiu-se como principal estratégia, a partir de 2008, o estímulo à formulação de Planos Estaduais e Municipais de Políticas para as Mulheres, tendo sido apoiado os Estados do Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e São Paulo, em 2009.

Outras iniciativas importantes, em 2009, foram o Encontro do Fórum Nacional de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres e o Encontro Nacional de Deputadas e Senadoras, que reuniram cerca de 400 mulheres para debater a estadualização e municipalização do II PNPM, a relação mulher e poder e a institucionalidade das políticas de gênero no Brasil. Como resultado destes Encontros, foi assinada uma carta, pelo Fórum Nacional, pela Bancada Feminina do Congresso Nacional e pela Secretaria de Mulheres da União dos Legislativos Estaduais (Unale), e enviada às Assembleias Legislativas de todo o País, demandando apoio para promover a estadualização do II Plano Nacional. Em 2009, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) realizou o seminário “Conselho de Direitos e Controle Social das Políticas Públicas para Mulheres”, que teve por objetivo descobrir caminhos para o fortalecimento dos conselhos de direitos da mulher como instrumentos de controle social de políticas para mulheres, respeitando sua autonomia. Conselheiras do CNDM e representantes dos Conselhos estaduais e municipais também debateram formas de instituir mecanismos de articulação e comunicação dos conselhos entre as três esferas de Governo, além de reafirmar o compromisso com a construção de planos locais, orientados pelo II PNPM.

b.1) Educação e Cultura

Na área de educação e cultura, por intermédio do Programa Gênero e Diversidade na Escola, foram capacitados, em 2009, 13.340 profissionais da educação do sexto ao nono ano do ensino fundamental da rede pública, nas temáticas de gênero, relações étnico-raciais e orientação sexual. O programa integra a Universidade Aberta do Brasil e representa uma importante ação no enfrentamento à violência contra as mulheres e à cultura de discriminação de gênero. A meta prevista, para 2010, é de 15.500

profissionais da educação capacitados a partir dos cursos ofertados pelas 20 universidades conveniadas em 2009. Além disso, foi publicado novo Edital do programa, que deverá ampliar o número de profissionais a serem capacitados, em 2010.

Criado no segundo semestre de 2009, em parceria com o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem) e o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/UERJ), o curso de Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça objetiva preparar gestores para intervir nos processo de concepção, elaboração, implantação, monitoramento e avaliação de programas e ações, a fim de assegurar a transversalidade e intersectorialidade de gênero e raça nas políticas públicas. O curso será realizado, a partir de 2010, por meio de instituições de ensino superior e estima-se a oferta de 10 mil vagas, mediante adesão de mais de 22 universidades federais e estaduais.

No âmbito do Programa Mulher e Ciência, merecem destaque o lançamento da quinta edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, cujos objetivos são estimular e fortalecer a pesquisa no campo dos estudos das relações de gênero, mulheres e feminismos, e a realização do II Encontro Nacional – Pensando Gênero e Ciências, que contou com a participação de mais de 150 núcleos e grupos de pesquisas. O tema central do encontro foi a Institucionalização dos Estudos Feministas, de Gênero e Mulheres nos Sistemas de Educação, Ciência e Tecnologia no País. Para 2010, estão previstas a realização do 6º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero e o lançamento de edital para incentivar pesquisas na área dos estudos de gênero, mulheres e feminismos.

Ainda em 2009, foi realizado o VI Seminário Mulher e Mídia, com a participação de cerca de 270 pessoas de diferentes regiões do País, que teve como finalidade fomentar um espaço de debate e construção de propostas para a I Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), estimulando a produção e difusão de conteúdos não-discriminatórios e não-estereotipados pela mídia.

b.2) Trabalho

Em 2009, foi lançado o Programa Trabalho e Empreendedorismo das Mulheres nos Estados do Pará e Pernambuco. A iniciativa visa estimular o empreendedorismo feminino, apoiando as mulheres na criação e desenvolvimento de seus próprios negócios. Por meio desse Programa, já foram atendidas 3.600 mulheres nos Estados do Rio de Janeiro, Santa Catarina e Distrito Federal. A previsão é de que 2.200 mulheres sejam beneficiadas nos Estados do Pará e Pernambuco, até 2010.

Também foi implementado o Programa Trabalho, Artesanato, Turismo e Autonomia das Mulheres, nos Estados do Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, cujas ações terão continuidade em 2010. Seu objetivo é fortalecer as políticas públicas de incentivo ao turismo local, por meio da formulação de estratégias para o setor produtivo artesanal, que garantam a autonomia e o papel protagonista de mulheres artesãs, na perspectiva da igualdade de gênero e da identidade cultural regional. Outra iniciativa importante, em 2009, foi a terceira edição do Programa Pró-Equidade de Gênero, que contou com a adesão de 71 organizações dos setores público e privado. O programa visa promover a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres nas empresas e instituições, por meio do desenvolvimento de novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional. Em 2010, as empresas que aderiram à iniciativa e que conseguirem cumprir todas as etapas do seu Plano de Ação serão contempladas com o Selo Pró-Equidade de Gênero. Em novembro de 2009, foi realizado o “Seminário Internacional: Políticas e Práticas de Igualdade de Gênero no Mundo do Trabalho”, em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), cujo objetivo foi propiciar um espaço para a troca de experiências nacionais e internacionais e possibilitar a reflexão e ação sobre a importância do fortalecimento de políticas e de leis de igualdade entre homens e mulheres no mundo do trabalho.

Por meio do Programa Organização Produtiva de Mulheres Rurais, o Governo apoiou projetos para capacitação das trabalhadoras rurais com a finalidade de promover ações de fortalecimento institucional e qualificação produtiva de suas organizações produtivas. Para 2010, o programa prevê: i) a realização do 3º Módulo do Curso de Formação em Políticas Públicas para Mulheres Rurais; ii) a abertura de chamada pública para projetos de fortalecimento de organizações produtivas de mulheres rurais; iii) a realização de quatro feiras apoiadas por projetos de fortalecimento de organizações produtivas, nos Estados de Alagoas, Bahia, Rio Grande do Norte e de uma feira regional no Norte do País; e iv) continuidade das pesquisas sobre acesso das mulheres rurais ao PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), à assistência técnica e ao crédito.

b.3) Participação das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão

O Governo, por intermédio da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), instituiu, em 2009, uma Comissão Tripartite para discutir, elaborar e encaminhar proposta de revisão da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece as normas para as eleições. A Comissão teve uma atuação fundamental na conquista de avanços na equidade e no acesso aos espaços de poder, mobilizando apoio, em estreita articulação com a Bancada Feminina no Congresso Nacional e o movimento feminista e de mulheres, para incluir na nova legislação eleitoral – a Lei nº 12.034, aprovada em setembro de 2009, importantes mecanismos para ampliação da participação política das mulheres. As principais conquistas foram: cada partido ou coligação deverá preencher, e não mais reservar, o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo; previsão de aplicação dos recursos partidários na criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, conforme percentual que será fixado pelo órgão nacional de direção partidária, observado o mínimo de 5% do total (o partido que não cumprir esta determinação deverá, no ano subsequente, acrescer o percentual de 2,5% do Fundo Partidário para essa destinação, ficando impedido de utilizá-lo para atividade diversa); e o limite mínimo de 10% a ser destinado às mulheres na propaganda partidária gratuita.

b.4) Estudos e Pesquisas

Em 2009, foi lançado o Observatório Brasil da Igualdade de Gênero (OBIG), que representa um importante instrumento capaz de coletar e divulgar informações acerca das desigualdades de gênero e dos direitos das mulheres, e de promover o acesso a dados e análises capazes de subsidiar o processo de formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas com perspectiva de gênero. Esse projeto foi desenvolvido em torno de quatro diferentes eixos: indicadores, políticas públicas, legislação e legislativo, e comunicação e mídia. O primeiro ciclo de monitoramento teve como foco a temática “Mulheres, Poder e Decisão”.

Dentre as atividades realizadas no âmbito do Observatório, cabe ressaltar a criação de um grupo de trabalho que vem acompanhando o impacto da crise financeira mundial sobre a vida das mulheres, tendo sido publicado, em 2009, o Boletim Mulher e Trabalho: A crise econômica internacional e os (possíveis) impactos sobre a vida das mulheres. O estudo é uma parceria do Governo com a OIT. Nesse estudo, procurou-se identificar e monitorar os impactos da crise econômica sobre homens e mulheres, a partir da análise dos indicadores de mercado de trabalho no período de setembro de 2008 a abril de 2009.

No âmbito do Comitê Técnico de Estudos de Gênero e Uso do Tempo, órgão vinculado à SPM, com o objetivo estimular a incorporação da perspectiva de gênero na produção e na análise de informações estatísticas, deve ser ressaltada a realização de uma pesquisa-piloto sobre uso do tempo numa perspectiva de gênero, desenvolvida pelo IBGE, no âmbito do teste da Pesquisa

Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, que foi desenvolvido no segundo semestre de 2009. Importante destacar, também, a realização de um suplemento sobre vitimização na PNAD 2009, que trará informações de grande relevância para o fenômeno da violência doméstica e familiar contra as mulheres. Esse suplemento representa a retomada de uma investigação, realizada em finais da década de 1980, que não tem sido atualizada. Os trabalhos do Comitê de Gênero e Uso do Tempo contribuíram para esse avanço.

Foi realizado ainda, por intermédio do Comitê, um mapeamento das informações produzidas pelo IBGE e dos registros administrativos de alguns órgãos governamentais, com o objetivo de identificar a forma como as dimensões de gênero e raça vêm sendo tratadas nessas instâncias e como podem ser aprimoradas. Para 2010, estão previstas as seguintes atividades: i) realização de oficinas com o IBGE e os Ministérios da Saúde, Educação, Justiça e Trabalho e Emprego, para avaliar a inserção da perspectiva de gênero nos registros administrativos, nos estudos e nas pesquisas já desenvolvidos e propor recomendações; ii) elaboração de análises sobre os dados levantados pela pesquisa-piloto sobre uso do tempo numa perspectiva de gênero, realizada pelo IBGE; e iii) realização de pesquisa-piloto sobre violência doméstica contra as mulheres, a partir do banco de dados da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, em parceria com o IBGE. Nessa área de estudos e pesquisas, vale ressaltar também a realização, no segundo semestre de 2009, da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), do IBGE, que trouxe, de forma inédita, um bloco específico sobre a gestão da política de gênero, o que permitirá construir um diagnóstico mínimo sobre a existência e a distribuição regional dos serviços que compõem a rede de atendimento às mulheres em situação de violência e dos organismos executivos de políticas para as mulheres, e dos conselhos, bem como sobre a execução de políticas de promoção da igualdade de gênero nos Municípios brasileiros. Os resultados serão divulgados pelo IBGE, em 2010.

b.5) Articulação Internacional

Em outubro de 2009, o Governo participou da Segunda Sessão Ordinária do Comitê Diretivo da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM), da Organização dos Estados Americanos (OEA), na qual foram discutidos os avanços no tema de eliminação da violência contra a mulher e o fortalecimento do Mecanismo de Seguimento da Convenção de Belém do Pará (Mesecvii), as oportunidades para as mulheres frente à crise financeira, entre outros assuntos. A CIM foi o primeiro organismo intergovernamental criado para tratar especificamente do tema dos direitos da mulher.

O Brasil participou, também, do Seminário sobre os Avanços e Ações-Chave para a Implementação do Programa de Ação de Cairo a 15 Anos da sua Aprovação, na sessão Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres, organizado pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), dentro das comemorações do 15º aniversário da Conferência Internacional sobre a População e o Desenvolvimento. Ainda na área internacional, outras duas participações do Governo merecem ser destacadas: a 42ª Sessão da Comissão de População e Desenvolvimento das Nações Unidas e a Conferência da Organização Internacional do Trabalho, em Genebra.

A agenda internacional, em 2010, terá como foco a realização da 11ª Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe no Brasil, cujos temas centrais serão: empoderamento econômico das mulheres, empregabilidade, distribuição de renda e compartilhamento das responsabilidades familiares.

c) Povos Indígenas

No exercício de 2009, visando oferecer ao movimento indígena a possibilidade de reflexão e atuação nos desafios ambientais em seus territórios, assim como de avaliação acerca da biodiversidade e do uso sustentável dos recursos naturais nas terras indígenas, foram realizadas consultas nas regiões Sul, Centro-Oeste e Nordeste objetivando avaliar o potencial de contribuição das terras indígenas para a conservação dos ecossistemas florestais brasileiros.

Por sua vez, visando assegurar a proteção física e cultural dos índios isolados e de recente contato, o Governo desenvolve ações de localização e monitoramento, regularização fundiária, vigilância e fiscalização de seus territórios, de modo a garantir o direito ao isolamento voluntário. No exercício de 2009, continuaram sendo desenvolvidas atividades nas Frentes de Proteção Etnoambiental na Amazônia Legal, situadas nos Estados do Acre, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, onde há o maior número de referências sobre índios sem contato. Estima-se em 63 o número de referências de povos indígenas isolados no Brasil, a maioria na região Norte. No ano passado, também, foi realizada a I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena (I Coneei), contando com a participação de 450 delegados indígenas e 150 delegados de instituições. O evento representou um marco no contexto da educação escolar indígena, a qual foi precedida de um conjunto de Conferências Regionais em diversas localidades brasileiras.

Foram implementados, em 2009, cerca de 65 projetos, destacando-se a instalação de Casas de Cultura Indígena, a revitalização do Centro Cultural Ikuipá, na cidade de Cuiabá, e a construção do Centro Cultural de Monte Pascoal e Balaio, no Estado do Amazonas.

O Governo, em resposta ao desafio de encontrar meios para fomentar a produção agroecológica, a segurança alimentar e a geração de renda, visando à melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas, apoiou a realização de Oficinas de Promoção do Etnodesenvolvimento, objetivando a implementação de projetos produtivos nas comunidades indígenas. As Oficinas buscaram o fortalecimento das organizações indígenas para promoção do etnodesenvolvimento e autonomia das comunidades, valorizando o conhecimento tradicional dos Povos Indígenas no uso sustentável dos recursos da biodiversidade, visando proporcionar reais oportunidades de superação das assimetrias observadas em relação à sociedade nacional.

Foram ainda executadas, no último ano, ações para a catalogação e registro das línguas e culturas indígenas brasileiras, e a preservação da documentação afeta à questão. Destaca-se a realização de 30 pesquisas no âmbito da etnologia, da linguística, das informações censitárias, entre outras questões de interesse das populações indígenas. As pesquisas possibilitaram ampliar o conhecimento sobre questões como o processo migratório, as ações e propostas voltadas às atividades produtivas, o acesso ao saneamento básico, a sobreposição de terras de indígenas e de preservação ambiental, o acesso à biodiversidade e ao conhecimento tradicional dos povos indígenas, assim como aos aspectos linguísticos, inclusive com a finalização do “Dicionário Kubeo”.

Em 2010, a área de promoção das culturas indígenas dará continuidade à elaboração de projetos de qualificação de indígenas para a produção de artesanato, buscando agregar valor aos produtos comercializados pelos índios e nas lojas Artíndia, o que demandará estudos sobre a origem, matéria-prima, técnica de produção, significados e utilidade das peças, por meio de pesquisa junto aos fornecedores, registro documental da produção e levantamento junto a fontes bibliográficas e documentais, para divulgação junto com os produtos comercializados.

No tocante à preservação do conhecimento dos povos indígenas, neste exercício, serão desenvolvidas ações voltadas à realização de pesquisas, processamentos técnicos e preservação de toda documentação etnográfica, fotográfica, sonora, linguística, textual e bibliográfica relativa à temática indígena, assim como a capacitação de pesquisadores indígenas e não-indígenas, por meio de oficinas realizadas no Museu do Índio e nas aldeias.

Na área da saúde indígena, destaca-se, em 2009, a promoção de ações de prevenção e controle de doenças e agravos em aldeias indígenas, que tem por finalidade garantir o acesso dessa população aos serviços de saúde, mediante o fortalecimento da atenção básica local. Para tanto, foram investidos recursos na aquisição de insumos e contratações de serviços, tais como: fornecimento de água, coleta de esgoto, energia elétrica, telefonia, locação de mão de obra, capacitação de pessoal, sala de vacina, rede de frios e reações adversas, segurança alimentar, saúde ocular, diagnóstico laboratorial da sífilis, detecção do HIV com teste rápido, diabetes mellitus, saúde bucal e aleitamento materno.

No aspecto relativo ao resgate e fortalecimento institucional do órgão indigenista federal, a Fundação Nacional do Índio (Funai), destaca-se, em 2008 e 2009, a criação de 3.100 cargos efetivos para as funções de Indigenista Especializado, Agente em Indigenismo e Auxiliar em Indigenismo, além da aprovação, em dezembro de 2009, do seu novo Estatuto e uma nova estrutura destinada a conferir-lhe melhores condições de atuação. Em 2010, está prevista a realização de concurso público para preenchimento dos primeiros 425 cargos efetivos.

6. Direitos Humanos

O desafio da consolidação da política pública passa necessariamente pela construção de bases firmes e estruturantes, aliada ao esforço constante de mobilização, parceria e difusão de conhecimentos. Nessa linha, 2009 foi marcante para a afirmação e a solidificação da política de Direitos Humanos no Brasil. Na esteira de uma conferência nacional, que mobilizou mais de 14 mil representantes de ampla diversidade de grupos sociais e instâncias governamentais, o exercício foi caracterizado pelo esforço vitorioso da concertação de uma gama de entes públicos para a elaboração e lançamento da terceira versão do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH III). O Programa reafirma o compromisso nacional com os Direitos Humanos universais, indivisíveis e interdependentes e estabelece o caminho para o País avançar na garantia dos Direitos Humanos com controle social. Há que se destacar, também, o reforço institucional da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, proposta pelo Poder Executivo, que foi concretizada por meio da Lei nº 11.958, de 28 de agosto de 2009.

a) Eixos Estruturantes na Área de Direitos Humanos

Registra-se o destacado empenho para o desenvolvimento de eixos considerados estruturantes na área de Direitos Humanos. O primeiro eixo corresponde à questão da violência, segurança pública e acesso à justiça. Merecem destaque, no último ano, as atividades de produção e o tratamento de informações e indicadores aplicados aos principais temas da política de Direitos Humanos. A pesquisa “Perfil dos Municípios Brasileiros – Munic 2009” levantou, pela primeira vez, um diagnóstico da rede de promoção e proteção de Direitos Humanos nos Municípios e, mediante parceria estabelecida com o Fundo de Populações das Nações Unidas, caminha rumo à criação de um Sistema Nacional de Indicadores em Direitos Humanos. São previstas, para 2010, a conclusão do Atlas de Direitos Humanos, a realização de uma pesquisa nacional sobre vitimização e a introdução de questões específicas sobre Direitos Humanos no Censo 2010, do IBGE.

O segundo eixo, Educação em Direitos Humanos, perpassa o conjunto de políticas garantidoras de direitos, na medida em que busca despertar a consciência e a atitude cidadãs, para o reconhecimento dos próprios direitos e a incorporação de valores fundamentais de solidariedade, de tolerância e de igualdade na diferença. Nessa linha, é relevante mencionar a realização da 4ª Mostra de Cinema e Direitos Humanos na América do Sul que, em 2009, ocorreu em 16 capitais; da quarta edição do Show, da Feira e da Semana dos Direitos Humanos, em Recife, envolvendo mais de 80 mil pessoas; e da 15ª edição do Prêmio Direitos Humanos. Tais eventos serão, também, realizados em 2010, contemplando novas localidades.

Além dessas ações, ressalta-se a estruturação de 17 comitês de educação em Direitos Humanos nos Estados e Municípios, em 2009, com previsão de instalação de 21, em 2010, e o envolvimento de cerca de 100 mil pessoas em processos de capacitação, com destaque especial para 40 mil lideranças comunitárias beneficiadas pela Rede de Educação Cidadã e Mobilização Social – Talher Nacional, com foco na construção de capacidade de auto-organização e autonomia social.

O terceiro e último eixo trata do Direito à Memória e à Verdade, e é entendido como central para a consolidação da democracia e do Estado de Direito. Ganhou destaque, nesse eixo, o envio ao Congresso do PL nº 5.228, de 2009, que trata do direito de acesso à informação pública, e o lançamento do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas, coordenado pelo Arquivo Nacional, vinculado à Casa Civil da Presidência da República, que tem por objetivo tornar-se um espaço de convergência, difusão de documentos e produção de estudos e pesquisas sobre o regime político que vigorou de 1º de abril de 1964 a 15 de março de 1985. Soma-se ao projeto a continuidade da exibição da mostra fotográfica “A Ditadura no Brasil”, vista por mais de 2,5 milhões de pessoas em 50 cidades brasileiras. Registre-se, ainda, a realização de expedições à região do Araguaia, para busca de restos mortais de integrantes da chamada “Guerrilha do Araguaia”, e a identificação, após 13 anos, dos restos mortais de Bergson Gurjão Farias, desaparecido na Guerrilha. As ossadas foram devolvidas à família, que pôde prestar seus últimos respeitos em cerimônia fúnebre, na cidade de Fortaleza.

b) Grupos e Temas Especiais

As ações voltadas à promoção dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) foram marcadas pelo lançamento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT e a criação da Coordenação Geral de Direitos LGBT, resultados da I Conferência Nacional LGBT (2008). Em 2010, pretende-se criar o Conselho Nacional LGBT e ampliar de 15 para 30 os Centros de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia.

O Programa Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, no ano de 2009, foi marcado pela mobilização para a consolidação da Política Nacional do Idoso (PNI). Como resultado desta mobilização, dois grandes eventos foram realizados. O primeiro foi a 2ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, com o objetivo de avaliação e estratégia de implementação da Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa (Renadi), que contou com a participação de cerca de mil pessoas, entre observadores, delegados, convidados e palestrantes de todo o Brasil. O ponto forte a ressaltar foi a participação de 60% de idosos entre os participantes, já demonstrando os efeitos dos constantes eventos paralelos de discussão da política para essa população, estimulando o protagonismo do idoso nos assuntos que lhes digam respeito. O segundo evento foi o 7º Encontro Nacional dos Conselhos da Pessoa Idosa, no qual cerca de 500 conselheiros de todo o Brasil discutiram o fortalecimento do controle social na perspectiva de parceria entre sociedade civil e Governo, para a implementação da Política Nacional do Idoso (PNI).

Dando continuidade à mobilização governamental, visando eliminar todas as formas de discriminação e de violência, proporcionando consequente envelhecimento saudável, foi construído o Compromisso pelo Envelhecimento Ativo e Saudável, envolvendo o Governo Federal, os governos estaduais, municipais e distrital e ainda os Poderes Legislativo e Judiciário. Esse será um elemento fundamental para a condução da PNI nos próximos anos. Para maio de 2010, está previsto o início de funcionamento do Módulo Idoso, no âmbito do Disque Direitos Humanos. Trata-se de um instrumento articulado e eficaz no fortalecimento dos direitos da pessoa idosa, capaz de viabilizar as denúncias de situações de violência e maus tratos em todo o Brasil. Destaca-se, também, a atenção especial no âmbito da Comissão que analisa os requerimentos de pensão especial aos hansenianos, que tiveram seus direitos violados por terem sido submetidos à internação e ao isolamento compulsório em hospitais-colônias. Em 2009, a análise final dos processos ultrapassou 60% dos 10 mil requerimentos apresentados solicitando essa pensão. Até o final de 2010, todos os demais requerimentos serão avaliados, de modo a cumprir o compromisso do Governo em relação à concessão de pensão a todos os requerentes que tiverem direito de recebê-la. Importante ressaltar que a meta inicial era de 4 mil deferimentos em 4 anos, número esse alcançado em apenas dois anos de atividade da referida Comissão.

No ano em que se realizou a I Conferência Nacional de Segurança Pública com Cidadania, foi criado um programa de Direitos Humanos de agentes de segurança pública, a ser lançado em 2010. Nesse período, serão consolidados os trabalhos de fortalecimento das ações de segurança pública e Direitos Humanos, particularmente no que concerne ao uso de métodos não-violentos no combate à criminalidade e à garantia dos Direitos Humanos de policiais.

c) Garantia, Proteção e Defesa de Direitos

Os Centros de Referência em Direitos Humanos possibilitam acesso à justiça, assessoria jurídica, informações sobre direitos e capacitação de lideranças em Direitos Humanos, com foco prioritário nos povos indígenas, comunidades quilombolas, assentados rurais, pescadores, ribeirinhos e populações vítimas de preconceito e de violação de direitos. Em 2009, os centros existentes beneficiaram cerca de 230 mil pessoas. Para 2010, trabalhar-se-á no aperfeiçoamento da gestão desses serviços, com o fortalecimento das ações desenvolvidas e a construção de uma rede de serviços que constitua sistema fortalecido de garantia de direitos, de forma integrada com os 24 centros especializados de atendimento a vítimas de crimes, os quais já possuem capacidade de atendimento a 4.750 pessoas, entre vítimas diretas e indiretas.

A articulação dos serviços de proteção a pessoas ameaçadas avança na perspectiva da consolidação de um sistema nacional de proteção, com normativos específicos e unificados para otimização de esforços, e com a realização de eventos de capacitação conjunta das equipes, em busca de efetividade ainda maior na atuação em defesa dos defensores dos Direitos Humanos, vítimas e testemunhas, além de crianças e adolescentes ameaçados de morte. Assim, o Programa de Proteção a Testemunhas mantém apoio técnico e financeiro a 19 programas estaduais. Além de contribuir para a preservação da integridade física e psicológica de 1.041 pessoas, o Programa colabora para o enfrentamento à impunidade e para a redução da criminalidade e dos índices de violência. Em 2010, pretende-se ampliar a rede de proteção implantando o Programa no Estado de Mato Grosso.

O Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos acompanha e atua em casos de defensores que, em razão de suas atividades, encontram-se em situação de risco ou vulnerabilidade. O Programa já foi implantado em seis Estados, tendo protegido, em 2009, 50 defensores. Para 2010, a meta é a implantação de pelo menos mais dois programas estaduais.

O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e a Ouvidoria Geral dos Direitos Humanos mantiveram-se presentes e atuantes em casos graves de violações de Direitos Humanos, no último ano. Em 2010, temas diversos já apontam como centrais na pauta desses órgãos, tais como questões indígenas, especialmente a missão em Dourados/MS e a mesa de mediação de conflitos no sul da Bahia, envolvendo os Tupinambás; populações atingidas por barragens; grupos de extermínios; sistema carcerário e outros.

As ações voltadas ao combate à tortura têm como objetivo principal a denúncia, a prevenção, o combate e a erradicação da tortura no Brasil. Com esse propósito, duas são as metas principais para 2010: a apresentação ao Congresso Nacional de projeto de lei para a instituição do Mecanismo Preventivo Nacional de Combate à Tortura e a efetivação do Plano de Ações Integradas para a Prevenção e o Combate à Tortura.

d) Atuação Internacional

No cenário internacional, o crescente protagonismo brasileiro em temas de Direitos Humanos é marcado pela transparência e cooperação, com ênfase na relação Sul-Sul. No ano de 2009, consolidou-se a parceria com a Guiné-Bissau, para assistência técnica nas áreas de registro civil de nascimento e educação em Direitos Humanos. Também, foi celebrado compromisso para apoio ao Togo no aprimoramento da política de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, por intermédio da disseminação da metodologia do Disque 100.

Atendendo a convite, visitaram o País, em abril, o Presidente do Conselho de Direitos Humanos da ONU e, em novembro, a Alta Comissária para Direitos Humanos da ONU, ocasião em que se assinou um memorando de intenções entre o Brasil e o Alto Comissariado com vistas à Cooperação Sul-Sul em Direitos Humanos, além de ações específicas na proteção a defensores de Direitos Humanos e na construção de mecanismos de defesa no âmbito do Conselho de Direitos Humanos da ONU. No âmbito da OEA, o Governo, por intermédio da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), coordena a implementação de duas sentenças emitidas em 2009 pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em relação ao Brasil. No Mercosul, foram realizadas as XV e XVI Reuniões das Altas Autoridades de Direitos Humanos do Mercosul e países associados.

e) Pauta Legislativa

A sanção da Lei nº 12.010, de 2009, foi um fato relevante para a regulamentação das iniciativas de adoção e para o aperfeiçoamento da sistemática prevista para a garantia do direito à convivência familiar e comunitária a todas as crianças e adolescentes, na forma prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Seguem em análise pelo Congresso Nacional, dentre outros, os seguintes Projetos de Lei (PLs), com expectativa de aprovação em 2010: i) PL nº 4.715, de 1994, que almeja instituir o Conselho Nacional dos Direitos Humanos; ii) PL nº 2.980, de 2004, e apensos, que visa institucionalizar e estabelecer regras para a proteção aos defensores de Direitos Humanos; e iii) PL nº 134, de 2009, que visa instituir o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo para adolescentes em conflito com a lei. Estão, ainda, em tramitação no Senado Federal o Projeto de Lei nº 86/07, que insere no Código de Processo Penal dispositivo que prioriza a celeridade dos processos que tenham testemunhas e vítimas em programas públicos de proteção; e a PEC 438/2001, que estabelece a pena de perdimento da gleba onde for constada a exploração de trabalho escravo.

Com relação à promoção dos direitos humanos das mulheres em situação de prisão, o Governo deu continuidade, em 2009, ao Mutirão de Assistência Jurídica às mulheres em situação de prisão, contribuindo para a efetivação de parcerias com as Defensorias Públicas de 18 Estados. Para 2010, pretende-se realizar ações de sensibilização, por meio da participação em Audiências Públicas junto aos 27 Estados da Federação, em parceria com a Câmara dos Deputados e as Assembleias Legislativas, visando à implementação da Lei nº 11.942, de 2009, que altera a Lei de Execução Penal para assegurar às mães presas e aos recém-nascidos as condições mínimas de assistência, a partir da criação de berçários e de creches ligados ao Sistema Prisional. Será lançada, também, a Cartilha de Direitos das Mulheres em Situação de Prisão, com capítulo específico abordando os direitos das presas estrangeiras.

7. Previdência Social

A Previdência Social é um patrimônio dos trabalhadores e suas famílias, constituindo-se atualmente em um abrangente sistema de proteção social dos cidadãos brasileiros, que garante cobertura de uma ampla e diversificada gama de riscos sociais. A Previdência é um pilar fundamental da Seguridade Social, pois visa garantir proteção diante de contingências futuras, previsíveis ou imprevisíveis, que causem diminuição ou mesmo eliminação da capacidade de autossustento do trabalhador e seus dependentes.

Diante da perspectiva de garantir proteção ao trabalhador e sua família, por meio de sistema público de política previdenciária solidária, inclusiva e sustentável, com o objetivo de promover o bem-estar social, a Previdência Social traçou um planejamento de longo prazo, para o período 2009-2015. Além de solucionar os problemas no cotidiano, o intuito é trilhar um caminho necessário à construção de um sistema previdenciário justo e sustentável, considerando os valores da ética, respeito, segurança, transparência e profissionalismo. Nesse sentido, foram definidos sete direcionadores estratégicos: o fortalecimento da proteção social, a excelência do atendimento, a eficácia na supervisão, o foco na gestão e no controle social, a gestão estratégica de pessoas, a modernização da infraestrutura e a otimização de recursos.

a) Regime Geral de Previdência Social

O Regime Geral de Previdência Social (RGPS), até dezembro de 2009, contabilizou R\$ 224,9 bilhões, com pagamento de benefícios previdenciários, ao passo que arrecadou R\$ 182,0 bilhões. A necessidade de financiamento acumulado do período foi da ordem de R\$ 42,9 bilhões. Em 2009, mesmo com os efeitos negativos da crise econômica mundial, houve um incremento da arrecadação previdenciária de 4,6%, em termos reais, em relação ao mesmo período de 2008.

Em outubro de 2009, foram emitidos 26,8 milhões de benefícios, sendo 23,4 milhões de benefícios previdenciários e acidentários, enquanto que os benefícios assistenciais foram da ordem de 3,4 milhões. Nesses termos, a Previdência Social configura-se como o maior sistema de proteção social do País, protegendo milhões de cidadãos contra diversos riscos sociais, como acidentes de trabalho, doenças, idade avançada e maternidade.

As medidas de gestão, com destaque para substituição dos médicos peritos terceirizados por funcionários públicos concursados, continuam a ter efeitos positivos sobre a sustentabilidade do RGPS, ao evitar a concessão inadequada de benefícios.

a.1) Inclusão Social

Houve continuidade, em 2009, da expansão da proteção social dos trabalhadores ocupados, como reflexo da combinação de significativa geração de empregos formais e das medidas de inclusão previdenciária. No âmbito da melhoria de atendimento ao cidadão, cabe destacar o reconhecimento automático de direitos, que permite a concessão de benefícios com maior rapidez e com menor burocracia, bem como está em andamento um expressivo processo de expansão e melhoria da rede de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

a.2) Ampliação da Proteção Social

No âmbito da ampliação da proteção social, a cobertura dos trabalhadores ocupados de 16 a 59 anos, após cair de 66,4%, em 1992, para 61,7%, em 2002, cresceu de forma contínua para o patamar de 65,9%, em 2008. Esse resultado auspicioso no período mais recente é decorrente da combinação de crescimento econômico sustentado, expressiva geração de empregos formais, melhoria na distribuição de renda e das medidas de inclusão previdenciária. Nos últimos anos, foram tomadas várias medidas visando ampliar a proteção dos trabalhadores domésticos e por conta própria. O número de trabalhadores que contribuem para a Previdência Social cresceu de 39,9 milhões, em 2003, para 53,7 milhões, em 2008, evidenciando uma alta de 34,9%.

A Lei Complementar nº 128, que instituiu figura jurídica do microempreendedor individual, começou a funcionar efetivamente a partir de 1º de julho de 2009, tendo como objetivo estimular a formalização do empreendedor que tem receita bruta anual de até R\$ 36 mil, com até um empregado. A medida visa retirar da informalidade microempreendedores como feirantes, pedreiros, eletricitas, encanadores, doceiros, barbeiros e outros profissionais. Existem, no Brasil, cerca de 10,5 milhões de trabalhadores por conta própria sem proteção social. Ao se filiarem ao novo sistema, por meio da adesão ao Simples Nacional, os referidos empreendedores obterão a cobertura dos benefícios previdenciários oferecidos à sociedade, resultando em mais benefícios para o trabalhador e sua família.

Os microempreendedores individuais ficam isentos de praticamente todos os tributos federais. Assim, pagam apenas valor fixo mensal de 11% do salário mínimo para o RGPS, para aposentadoria pessoal, que hoje equivale a R\$ 51,15, mais R\$ 1,00 de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) ou R\$ 5,00 de Imposto Sobre Serviços (ISS). O Governo, por intermédio do Ministério da Previdência Social, também, está desenvolvendo esforços no sentido de cumprir a meta estabelecida na Agenda Hemisférica de Trabalho Decente da Organização Internacional de Trabalho (OIT), de elevar a proteção social em 20% no período de 2006 a 2015.

a.3) Saúde do Trabalhador

Na área de segurança e saúde no trabalho, continua a inversão da lógica de indenização para a prevenção das doenças e acidentes do trabalho, a fim de dar maior sustentabilidade à previdência social e à permanência dos trabalhadores em locais que proporcionem o trabalho decente e de qualidade. Houve melhor reconhecimento das doenças do trabalho, por meio do Nexo Técnico Epidemiológico (NTEP) e foi definida a nova metodologia do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) a partir do Decreto nº 6.957, de 9 de setembro de 2009, a ser aplicado a partir de janeiro de 2010. O mencionado Fator Acidentário de Prevenção flexibilizou as alíquotas do Seguro Acidente do Trabalho, estimulando uma cultura de prevenção de acidentes por parte do empregador.

O Governo, por intermédio dos Ministérios da Previdência Social, da Saúde e do Trabalho e Emprego, continuou, em 2009, a ação integrada de combate aos acidentes no setor da Construção Civil e Transporte Rodoviário de Carga. Nesse sentido, foi iniciada a revisão de todo o Plano Nacional de Saúde e Segurança do Trabalho, além de estudos e pesquisas para a revitalização da reabilitação profissional. Em 2010, essas ações serão intensificadas.

a.4) Atendimento ao Cidadão

O atendimento com qualidade é um direito do segurado. Para exercer esse direito, o segurado da Previdência Social pode solicitar o agendamento do dia e da hora do serviço desejado, por meio da central telefônica 135 ou pela Internet, sem se deslocar até uma Agência da Previdência Social (APS), facilitando sua vida. Em 2009, foram registrados 5,6 milhões de volume médio mensal de ligações para a Central 135. Em comparação ao registrado no ano passado, o tempo que o segurado esperava entre o agendamento eletrônico e o momento de ser atendido na APS caiu, em média nacional, de 50 para 18 dias, permitindo aos usuários da Previdência Social um acesso mais rápido aos seus benefícios. Desde janeiro de 2009, uma nova forma de análise para a concessão de benefícios em até 30 minutos foi adotada para os trabalhadores urbanos que requerem aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição e salário-maternidade. Atualmente, basta o cidadão conferir as informações constantes do extrato previdenciário apresentado no momento do atendimento e, se tiver o direito, o benefício é concedido em até meia hora.

O reconhecimento automático de direitos iniciou um novo tempo para a Previdência Social. Tempo de mudanças, de muito trabalho, mas também de conquistas e de reconhecimento. A ampliação e validação dos dados do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS); o fornecimento do Extrato de Contribuições Previdenciárias por meio da Internet e nos terminais de autoatendimento do Banco do Brasil, para os segurados que são correntistas; e o Aviso de Requerimento de Benefícios, que é uma carta enviada aos segurados urbanos que completam as condições mínimas para requerer a aposentadoria por idade (65 anos para homens, 60 para as mulheres e 180 contribuições registradas), são exemplos de medidas implementadas, em 2009. Para 2010, o objetivo é estender a concessão de benefícios de forma desburocratizada também aos segurados especiais (trabalhadores rurais, pescadores artesanais, quilombolas e indígenas), como já ocorre para os trabalhadores urbanos. Atualmente, não é possível porque não há um CNIS Rural, mas um trabalho conjunto, envolvendo diversos órgãos governamentais e entidades representativas, está compilando as informações que permitirão dar essa comodidade também aos trabalhadores do campo.

Além dessas medidas, um conjunto de ações coordenadas no processo de reconhecimento de direitos previdenciários representou um avanço nos últimos anos. O Tempo Médio de Concessão de Benefícios (TMC) saiu de 180 dias, em 2003, para 24 dias, em outubro de 2009. Ainda em 2009, a Previdência deu início ao Projeto de Expansão (PEX) da rede de atendimento do INSS, o qual prevê a criação de 720 novas agências, representando uma expansão de 65% no número de unidades de atendimento. Com a implementação do PEX, todos os Municípios com mais de 20 mil habitantes terão uma APS. Atualmente, a rede de atendimento da Previdência Social é formada por 1.113 agências fixas, que estão instaladas em 969 Municípios. Com a expansão, serão 1.833 unidades em 1.689 cidades brasileiras. Até outubro de 2009, o INSS já tinha garantido 72% dos terrenos necessários para a instalação das 720 agências, e 31 obras já haviam sido contratadas. Para 2010, está prevista a inauguração de 425 novas agências. Concomitantemente à iniciativa de ampliação da Rede, tanto as novas agências quanto as antigas passaram por um processo de padronização estrutural, buscando a adequação das instalações físicas aos novos padrões de atendimento. Além disso, a atual Rede de Atendimento está passando por um amplo processo de modernização, ampliação e reformas, com a instalação de novos sistemas de climatização, automação, acessibilidade e segurança.

Outra importante iniciativa em andamento é a implantação dos Centros de Documentação da Previdência (CedocPrev), que tem como objetivo o gerenciamento das informações produzidas em fontes de arquivos, bibliotecas e museus da Previdência Social. Além da digitalização e da preservação do acervo documental, os sistemas de arquivos implantados nos CedocPrev contribuem para tornar mais eficaz a localização de documentos e processos. Até novembro de 2009, entraram em funcionamento 23 CedocPrev. Nos últimos cinco anos, com o intuito de melhorar a qualidade dos serviços previdenciários, o quadro de pessoal do INSS recebeu um reforço de mais de 15.754 servidores, por meio de concursos públicos. Visando dar efetivo cumprimento ao seu papel constitucional de velar pela universalidade da cobertura e do atendimento da Previdência Social, o INSS, incumbido de reconhecer direitos e pagar benefícios de natureza previdenciária e assistencial, bem como diversas aposentadorias especiais, inverteu uma lógica de pagamento de tarifas à rede bancária para a prestação do serviço de pagamento desses benefícios. Em 2009, por meio de pregão presencial, foram contratadas diversas instituições bancárias que passaram a remunerar – ao invés de serem remuneradas – os novos benefícios (aproximadamente 380 mil/mês) por um valor médio de R\$ 1,68 para prestar o serviço de pagamento de benefícios, garantindo aos segurados o pagamento mensal, sem atrasos e o mais próximo da sua residência.

b) Regimes Próprios de Previdência Social

Em relação às ações de auditoria e fiscalização junto aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), foram realizadas em 2009, 390 auditorias nos RPPS dos Estados e Municípios. Foi implementada a aplicação Informe do Cadastro de Nacional de Informações Sociais dos RPPS, com intuito de sistematizar o cruzamento de dados dos servidores ativos, inativos e pensionistas vinculados aos Regimes, com as informações de óbito, acrescido dos dados obtidos do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad), que inclui a base de 17 unidades da Federação.

Foi prestada assistência técnica a diversos Municípios, no âmbito do Programa de Apoio à Reforma dos Sistemas Municipais de Previdência (Prevmun), com a realização de eventos de disseminação da cultura previdenciária nos entes federativos participantes do Programa. Foram iniciadas as atividades do Programa de Apoio à Reforma de Sistemas Estaduais de Previdência (Parsep) – segunda fase, cujo objetivo é recadastrar os servidores ativos e inativos, bem como pensionistas e dependentes diretamente vinculados aos Poderes Judiciários, Legislativos, Ministérios Públicos e Tribunais de Contas dos Estados, relativamente às 27 unidades da Federação.

c) Relações Internacionais da Previdência Social

Muitos foram os avanços registrados no campo das relações internacionais da Previdência Social, em 2009, não se limitando apenas à negociação de novos acordos internacionais, mas, também, o reconhecimento de documentos internacionais relevantes, e o apoio à elaboração de novas diretrizes e à cooperação técnica em conjunto com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério das Relações Exteriores. A ABC assinou com a OIT o Programa de Cooperação Técnica Sul-Sul no campo da seguridade social, beneficiando os países latino-americanos e tendo por objetivo o cumprimento da Agenda Hemisférica do Trabalho Decente, cooperação que será desenvolvida nos anos 2010 e 2011.

Em termos de novos acordos internacionais, no ano de 2009, houve a conclusão e assinatura dos Acordos com a Bélgica e com a Alemanha. Ambos são importantes devido à significativa colônia brasileira presente nesses países. Adicionalmente,

foram os primeiros acordos internacionais novos com países europeus feitos depois de um longo período sem negociações, no qual muitas alterações das normativas europeias ocorreram, de sorte que a experiência acumulada permitirá aprofundar novos acordos com outros países daquele continente. Em relação ao Japão, aos Estados Unidos e ao Canadá, as negociações de acordos previdenciários progrediram significativamente, concluindo-se as tratativas com o Canadá, sendo que o respectivo acordo poderá ser subscrito em 2010. Foi ratificado o Acordo Multilateral Ibero-Americano de Seguridade Social, na Cúpula Ibero-Americana de Estoril, em Portugal, concluindo o Ajuste Administrativo, o que permitirá sua operacionalização em 2010.

Quanto à relação com organismos internacionais no campo previdenciário, cabe destacar que o Brasil ratificou a Convenção 102 da OIT, instrumento por meio do qual o País se compromete com padrões mínimos do sistema de seguridade social. A ratificação teve repercussão internacional significativa, a ponto de o Brasil ter sido convidado a presidir reunião tripartite, realizada em setembro de 2009, em Genebra, com o objetivo de elaborar a proposta do Piso Social Básico, uma abordagem para a coordenação de políticas previdenciárias e assistenciais na expansão da cobertura no mundo.

d) Previdência Complementar

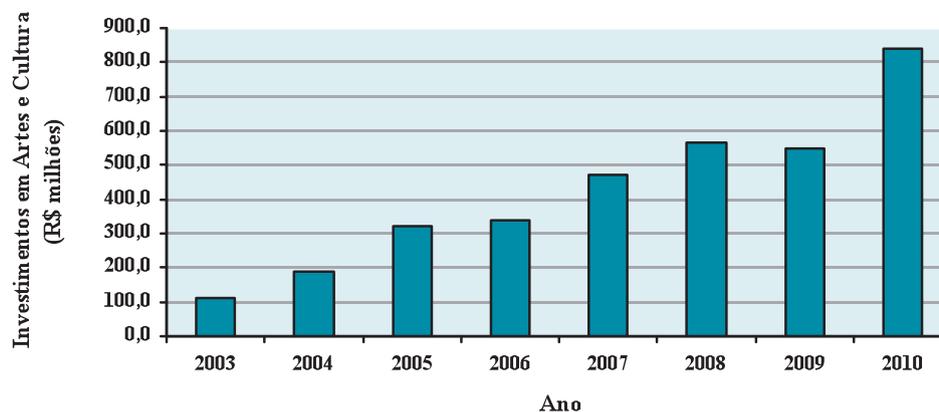
Nos últimos anos, a modernização e a profissionalização do setor de Previdência Complementar foram acompanhadas de uma intensificação da fiscalização realizada pelo Ministério da Previdência Social, por meio da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), nos chamados fundos de pensão. Associado a isso, ocorreu um efetivo aprimoramento da regulamentação do setor, com a incorporação das melhores práticas internacionais. Em relação ao monitoramento dos investimentos, no último ano, trabalhou-se intensamente na modernização do sistema de recepção das informações, bem como na adequação das regras de aplicação dos investimentos pelas entidades fechadas de previdência complementar (EFPC).

Em 2009, ocorreu uma importante alteração no âmbito institucional da Previdência Complementar, com a aprovação do PL nº 136, de 2009, encaminhado ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo. Desse PL resultou a Lei nº 12.154, sancionada em dezembro de 2009, que cria a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Esse foi um passo fundamental para o aperfeiçoamento e a consolidação institucional da regulação e supervisão das EFPCs e que contribuirá para o estímulo à criação de novos fundos de pensão, bem assim para a defesa dos direitos dos participantes. Em janeiro de 2010, foram editados os decretos para a regulamentação dessa Lei e para a implementação da Previc.

8. Cultura

As políticas públicas de artes e cultura têm sido progressivamente priorizadas pelo Governo. Os investimentos passaram de R\$ 111,6 milhões, em 2003, para R\$ 550,6 milhões, em 2009, com previsão de R\$ 840,3 milhões, em 2010, conforme a evolução histórica apresentada no gráfico a seguir. Esses investimentos são executados por meio de programas e ações voltados para a preservação da memória e do patrimônio cultural, do fomento a projetos artísticos e culturais, da difusão cultural e da fiscalização e regulação do mercado.

Evolução dos Investimentos em Artes e Cultura



Fonte: SIAFI Gerencial, Sistema de Acompanhamento da Execução (SAE/MinC) e Sistema Integrado de Monitoramento de Ações da Cultura (SIMC).

Os investimentos em cultura têm sido executados, também, como instrumento de inclusão social das populações carentes, especialmente as que vivem em locais mais afastados dos grandes centros urbanos, de modo a compensar as enormes desigualdades regionais de renda e, por consequência, dos meios de acesso aos bens e serviços culturais no País.

Com a criação do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), pela Lei nº 11.906, de 2009, o Governo concedeu destaque especial à preservação da memória e do patrimônio histórico brasileiro nos seus aspectos museológicos. Está prevista, além da modernização dos museus existentes, a criação de novos museus de pequeno porte em todo o território nacional, inclusive em comunidades caracterizadas pelo alto índice de violência, mediante fomento de projetos transversais integrados com a área de segurança pública e cidadania. O novo conceito de museu que se pretende desenvolver é o de equipamento cultural de transformação social local, com atividades culturais socioeducativas. Com esses equipamentos culturais, as comunidades deverão contar com um lócus privilegiado para conhecimento de sua memória e o desenvolvimento da cidadania cultural. Atualmente, entre todos os Municípios, 82,6% não possuem museus públicos.

Outro destaque na preservação do patrimônio histórico foi a criação do PAC das Cidades Históricas, uma iniciativa intergovernamental, articulada com a sociedade, que investiu R\$ 142 milhões, em 2009, e deverá aportar mais de R\$ 750 milhões, nos próximos três anos, em 173 cidades históricas, para a execução de obras urbanísticas, inclusive de infraestrutura. Esse conjunto de investimentos prevê, para 2010, obras como a restauração e readequação do Galpão da Casa do Conde, em Belo Horizonte/MG; a restauração do Sobrado Simplício Dias, em Parnaíba/PI; a restauração do Palácio Farroupilha, em Piratini/RS; e a restauração da Igreja de São Pedro dos Clérigos, em Salvador/BA. Os investimentos na preservação do patrimônio histórico ainda contam com recursos do Programa Brasil Patrimônio Cultural, que aporta recursos vitais para obras de restauração e recuperação de bens tombados, e a identificação e salvaguarda do patrimônio imaterial. Em 2009, 197 projetos foram iniciados e, em 2010, há a previsão da preservação de 400 imóveis.

Com o Programa Cultura Afro-Brasileira, investimentos foram executados para proteção e promoção do patrimônio cultural de matriz africana no Brasil, destacando-se ações de etno-desenvolvimento das comunidades remanescentes de quilombos urbanos e rurais e de fomento a projetos vinculados à cultura afro-brasileira. Essas ações são transversais na estrutura organizacional do Governo, envolvendo setores como o desenvolvimento social e o combate à fome, a saúde e o meio ambiente. A preservação

da cultura afro-brasileira tem sido incentivada, também, com a troca de experiências internacionais, mediante iniciativas de intercâmbio e apresentações de grupos artísticos e culturais de ascendência africana em outros países da América Latina.

No intuito de estimular o hábito da leitura nas próximas gerações, o Governo vem investindo na instalação e modernização de bibliotecas públicas em todo o País, mediante o Programa Livro Aberto. Esse Programa tem como objetivo a formação de leitores e a difusão da informação e do conhecimento na sociedade de um modo geral. Em 2009, foram adquiridos 450 *kits* de pequenas bibliotecas, para instalação em Municípios carentes, compostos de 2 mil títulos selecionados, mobiliário, equipamentos de informática e de produção de som e imagem no local, além de mais 100 kits com mil títulos e mobiliário para modernização de bibliotecas existentes. A meta final do Programa Livro Aberto é instalar pelo menos uma biblioteca pública em todos os Municípios. O Programa deve se estender também para distritos de Municípios com comunidades carentes sem esse indispensável equipamento cultural, além de capitais e grandes centros urbanos com grande densidade populacional. Com isso, espera-se implantar mais 200 pequenas bibliotecas públicas no próximo ano.

Ainda em 2009, foi possível desenvolver iniciativas que viabilizarão a construção de 11 bibliotecas de pequeno porte, em parceria com os governos locais nos Municípios de Manaus, Recife, Belém, Salvador, Fortaleza e Goiânia. Também, foram modernizadas 6 bibliotecas de referência, com foco nas bibliotecas públicas estaduais, além de investimentos na abertura de bibliotecas temáticas, partindo de acervos já existentes e com enfoque em áreas específicas da atualidade, como Amazônia, Cultura Popular, Pensamento Crítico, Literatura Infanto-Juvenil e Cultura Afro-Brasileira.

Para 2010, algumas das metas na área bibliográfica da cultura são a ampliação da participação do Brasil no projeto da Biblioteca Digital Mundial, de iniciativa do Congresso dos Estados Unidos da América, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), integrando, pela rede mundial de computadores, acervos digitais de vários países do mundo; e o desenvolvimento do sítio na Internet do projeto Pedro de Angelis, em parceria com a Biblioteca Nacional da Argentina, que prevê a pesquisa no acervo das bibliotecas nacionais de ambos países, digitalização e disponibilização de conteúdos para consultas ao público brasileiro nos dois idiomas. Outro projeto importante na área bibliográfica, programado para 2010, é o da Hemeroteca Brasileira, envolvendo outras esferas de Governo e várias instituições públicas e privadas no País. Com esse projeto, deverá ser preservada a história cotidiana do povo brasileiro, publicada em diversos jornais e periódicos, desde 1808, com uma previsão inicial de 500 mil volumes.

Por meio do Programa Brasil Patrimônio Cultural, o Governo tem direcionado investimentos para a preservação do imenso acervo da Biblioteca Nacional, uma bicentenária instituição pública federal responsável pelo precioso legado bibliográfico iniciado com a biblioteca real de D. João VI, somado à produção brasileira desde então, culminando hoje com um projeto de digitalização e disponibilização de parte do acervo a toda a população pela Internet, mediante a implantação da Biblioteca Nacional Digital. Em 2009, por meio desse projeto, foi disponibilizado para acesso público cerca de 23 mil itens do acervo da Biblioteca Nacional, entre textos, imagens e músicas. O número de acessos públicos a essa base de informação digital tem se mostrado expressivo, com uma média de 140 mil acessos ao mês.

Dentre as ações de fomento a projetos culturais, merecem destaque especial os incentivos fiscais destinados à produção do cinema nacional, em 2009. Os filmes produzidos com aportes de recursos públicos contribuíram para um crescimento de 16,5% na participação do cinema nacional no mercado cinematográfico brasileiro em relação ao ano anterior. Os resultados promissores

do cinema nacional nos últimos anos se devem em grande parte aos recursos aportados em projetos cinematográficos por meio do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), importante mecanismo de fomento, que visa ao fortalecimento dos elos da cadeia produtiva do mercado de bens e serviços audiovisuais no País, especialmente no ramo de entretenimento. O FSA atua com escopo bastante amplo, abrangendo os segmentos de produção cinematográfica de longa metragem, produção independente para TV, aquisição de direitos de distribuição e comercialização.

Outra linha de atuação dos órgãos gestores do FSA, inaugurada em 2009, é o Programa Cinema Perto de Você, com o objetivo de expandir o número de salas de exibição cinematográfica, especialmente em cidades de porte médio e bairros populares das grandes cidades. A primeira iniciativa nesse sentido se configura no Projeto Cinema da Cidade, a ser iniciado, em 2010, com recursos do OGU e parcerias com prefeituras de cidades de médio e pequeno portes, voltada para a instalação de complexos de exibição (salas de cinema e demais equipamentos tradicionais correlatos).

O fomento a projetos na área de políticas públicas do audiovisual tem sido complementado por incentivos à melhoria da qualidade das obras cinematográficas nacionais, mediante premiações a empresas produtoras, distribuidoras e exibidoras. Em 2009, 68 empresas produtoras foram contempladas com o Prêmio Adicional de Renda e sete produtoras, responsáveis por obras com expressivo desempenho no circuito de festivais nacionais e internacionais, foram apoiadas com recursos do Programa Ancine de Incentivo à Qualidade do Cinema Brasileiro. Outra iniciativa importante, em 2009, foi a criação do Programa de Fomento à Promoção de Obras Audiovisuais Cinematográficas Brasileiras de Longa Metragem, para distribuição gratuita de cópias de filmes com finalidade educacional.

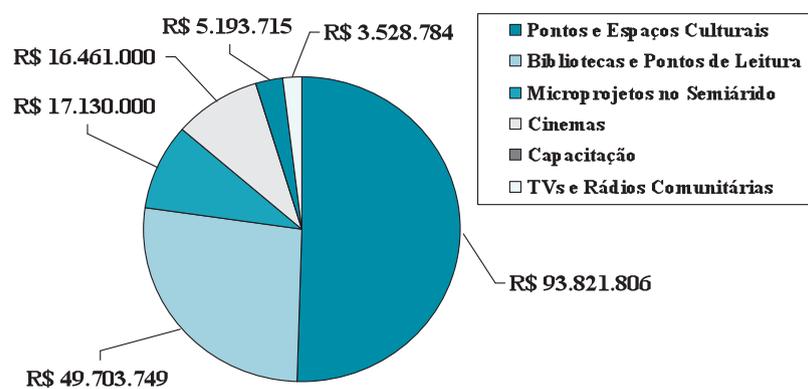
Os investimentos na produção audiovisual têm sido regionalizados com o Programa Olhar Brasil, que visa fomentar o desenvolvimento desse ramo da cultura nas diversas regiões do País, por meio de Núcleos de Produção Digital (NPDs), que são espaços aptos a promoverem atividades de formação profissional para o audiovisual. Os segmentos das artes cênicas, artes visuais não-cinematográficas e música também foram incentivados, no último ano, com expressivos aportes orçamentários. Esses investimentos se destinaram ao fomento de 799 projetos e eventos artísticos diversos, como espetáculos, exposições, oficinas, festivais e outros, tendo como eixos diretores o Prêmio de Teatro Myriam Muniz, Prêmio de Dança Klauss Vianna, Prêmio Carequinha de Estímulo ao Circo e Prêmio Artes Cênicas na Rua.

A dimensão cultural relacionada com a difusão das artes apresentou como resultado dos investimentos na área da cultura a capacitação de 1.533 artistas e técnicos, por meio de oficinas de circo, dança, teatro e técnicas cênicas, como estratégia de formação de multiplicadores do conhecimento artístico nas diversas regiões brasileiras. O segmento da música apresentou, em 2009, a considerada mais importante mostra brasileira de música erudita: XVIII Bienal de Música Brasileira Contemporânea. Esse evento, realizado na Sala Cecília Meireles, no Rio de Janeiro, contou com 2.880 apreciadores nos 12 concertos executados, resultando em 110 novas composições, parte delas inédita, e a participação de duas orquestras sinfônicas, uma orquestra de câmara e uma orquestra de cordas. Outras realizações de fomento às atividades artísticas foram os apoios a festivais, encontros e mostras de artes cênicas, artes visuais e música, totalizando 45 eventos, alcançando um público de mais de um milhão de pessoas, em todo o território nacional. Com isso, o Governo busca uma distribuição mais igualitária dos investimentos em projetos e atividades artísticas.

O eixo integrador de todas as ações do Governo nas artes e na cultura pode ser compreendido no conceito de Ponto de Cultura. Esse conceito tem uma base antropológica que sintetiza traços culturais de territórios e comunidades, numa construção social de baixo para cima, com o Poder Público buscando a compreensão e difusão dos saberes e fazeres locais, aportando recursos de apoio ao desenvolvimento da cultura em comunidades com identidade própria. Com o objetivo de promover o Brasil, acreditando na capacidade criadora do povo, potencializando o que já existe em termos de desenvolvimento da cultura em nível de comunidade local, o Governo contribuiu, até 2009, para o apoio e o funcionamento de 2.517 Pontos de Cultura em todo o País.

A Figura a seguir mostra a distribuição dos recursos orçamentários aplicados nos projetos do Mais Cultura, em 2009, quando o Programa começou a estender suas ações na área audiovisual, com oferta de equipamentos para cinema, TV e rádio para comunidades locais carentes em todo o País. O Programa Mais Cultura também está concentrando recursos no financiamento de microprojetos de produção artística e cultural em regiões culturalmente ricas, mas com baixo IDH, como o semárido.

Distribuição dos Investimentos do Mais Cultura, em 2009.



Fonte: SIAFI Gerencial, Sistema de Acompanhamento da Execução (SAE/MinC) e Sistema Integrado de Monitoramento de Ações da Cultura (SIMC).

No âmbito do Programa Mais Cultura, estão previstos, para 2010, investimentos para o alcance da meta de 3 mil Pontos de Cultura, construção e modernização de bibliotecas (sendo oito bibliotecas de referência) em parceria com várias unidades da Federação, aporte de recursos orçamentários em projetos de fomento ao hábito da leitura, apoio a cerca de 1.200 microprojetos culturais de comunidades nas periferias dos grandes centros urbanos e a instalação de mais 660 pontos de exibição cinematográfica (Cine Mais Cultura), além de investimentos em projetos de TV e rádio.

O Governo, por intermédio dos Ministérios da Educação, da Cultura, da Justiça e de Minas e Energia, em parceria com o Banco do Brasil e com os Estados, Municípios e demais esferas públicas e privadas, participa do Programa Arca das Letras. Trata-se de um programa de bibliotecas rurais, desenvolvido por meio de metodologia que garante a participação das comunidades na formação dos acervos, na implantação e na gestão das atividades da biblioteca. Os moradores indicam o local de sua instalação, os assuntos de seus interesses e os agentes de leitura, voluntários que são treinados para realizar o empréstimo dos livros e o incentivo à leitura. A biblioteca é organizada em móvel de madeira fabricado em marcenarias de projetos sociais ou de penitenciárias estaduais. Com o trabalho na Arca das Letras, os sentenciados têm suas penas reduzidas. Até setembro de 2009, foram instaladas 6.823 bibliotecas, em 1.942 Municípios, além de uma em Cuba, três em Timor Leste e cinco em Moçambique, com 1.815.402 livros distribuídos, 731.234 famílias atendidas e 13.818 agentes de leitura formados.

9. Esporte

No âmbito das ações do Governo para o esporte, em 2009, destaca-se a vitória da candidatura do Rio de Janeiro para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. A atuação do Governo Federal foi decisiva tanto na elaboração do Dossiê de Candidatura, quanto no convencimento dos eleitores durante a campanha e ainda na defesa do projeto durante a sessão do Comitê Olímpico Internacional em Copenhague, Dinamarca, além de ter contribuído com uma parte significativa do financiamento das atividades da Comissão de Candidatura do Rio.

O ano de 2010 será decisivo na estruturação do Governo para a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos e para a participação do Brasil nas respectivas competições. Para tanto, o Ministério do Esporte pretende renovar a infraestrutura esportiva do País, investir em detecção, formação e treinamento de atletas e equipes, e melhorar a gestão do esporte nacional, atualizar legislações e normas e criar estruturas especializadas para fazer frente aos desafios e compromissos de realizar o maior evento do mundo, de modo que seu legado seja a universalização e a qualificação da prática esportiva em todo o território nacional.

Outra ação que deve ser salientada é a aprovação do Projeto Torcida Legal, que consiste em medidas de segurança pública para grandes eventos esportivos. Dentre as atividades do projeto, tem-se a elaboração de proposta de projeto de lei para alterar o Estatuto do Torcedor, encaminhada ao Congresso Nacional em março de 2009. Tal proposta objetivou a modernização do arcabouço institucional para combate à violência nos estádios. Destaca-se, também no ano passado, a celebração de Termo de Cooperação Técnica entre o Conselho Nacional de Justiça, Ministério do Esporte, Ministério da Justiça, Confederação Brasileira de Futebol e Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União. O Termo tem o objetivo de conjugar esforços entre os partícipes para a implantação de uma política nacional de segurança e prevenção da violência nos espetáculos de futebol, e o cumprimento das garantias de segurança apresentadas pelo Governo para a realização da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo 2014.

Em relação à referida Copa do Mundo, o Governo, por intermédio do Ministério do Esporte, tem coordenado a análise sobre o cumprimento das garantias governamentais apresentadas quando da candidatura do Brasil a sede do evento. Além disso, tem participado ativamente do debate sobre as propostas de projetos de lei relativos às garantias governamentais que necessitam de mudança legislativa para o seu efetivo cumprimento. Em 2010, será definida a comunicação e a promoção do País como sede da Copa do Mundo 2014 e o planejamento de ações a serem realizadas durante a Copa do Mundo na África do Sul.

A Lei nº 11.438, de 2006, Lei de Incentivo ao Esporte (LIE), busca, por meio de incentivo fiscal, financiar desportistas e paradesportistas como instrumento para o desenvolvimento e fortalecimento do esporte nacional, nas suas diversas modalidades e manifestações. Os recursos públicos utilizados no financiamento de projetos desportivos são oriundos principalmente de empresas tributadas com base no lucro real, que, ao apoiar projetos chancelados pelo Ministério do Esporte, têm autorização para deduzir até 1% do imposto de renda devido. Em 2009, foram avaliados 586 projetos, aprovados 354, e captados mais de R\$ 100 milhões.

Está prevista, para julho de 2010, a III Conferência Nacional do Esporte (CNE), que aprovará o Plano Decenal do Esporte e dará consistência à Política Nacional de Esporte, reafirmando princípios e diretrizes. Serão estabelecidas as linhas estratégicas, ações, metas e responsáveis para promover o desenvolvimento do esporte no País, nos próximos 10 anos.

O Programa Segundo Tempo (PST) tem por objetivo democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade, como forma de inclusão social, ocupando o tempo ocioso de crianças, adolescentes e jovens, no contraturno escolar, mediante atividades esportivas sob orientação de professores e monitores de Educação Física e/ou Esporte. No ano de 2009, esse Programa funcionou em mais de 1.344 Municípios, em todos os Estados e no Distrito Federal, beneficiando 997.202 crianças, adolescentes e jovens, orientados por 19.234 professores e monitores. Para tornar o esporte uma política pública efetiva, o Ministério do Esporte articulou a cooperação com o Ministério da Educação, de forma a ampliar e qualificar a abrangência do Programa, por meio da articulação com o sistema educacional brasileiro. Essa parceria se materializa a partir da inserção do PST no Programa Mais Educação, que tem por objetivo universalizar o acesso à prática esportiva a todos os alunos das escolas públicas da educação básica das redes municipal e estadual, iniciando com as escolas que participam do Programa Mais Educação. O monitoramento e avaliação do PST é realizado por uma rede de universidades, em conjunto com o Ministério do Esporte. Com o objetivo de oferecer aos beneficiados do PST, no período de férias escolares de janeiro, o desenvolvimento de atividades lúdicas, esportivas, artísticas, culturais, sociais e turísticas que ajudem a fortalecer sua autoestima, além de promover o envolvimento da comunidade e das famílias, foi realizada, em janeiro de 2009, a edição-piloto do Projeto Segundo Tempo/Recreio nas Férias, que atendeu a mais de 105 mil beneficiados do Programa, em 13 Estados e 71 Municípios. Além dessas ações, foram capacitadas cerca de 3.640 pessoas para a realização do Recreio.

Em 2009, os Projetos Especiais estão sendo desenvolvidos com aproximadamente 2 mil pessoas, por meio dos seguintes projetos-pilotos: i) Pessoa com Deficiência; ii) PST Universitário; e iii) Instituições de Ensino Superior Colaboradoras – Núcleo Padrão e Núcleo Pessoa com Deficiência. Os projetos-pilotos têm por objetivo verificar se as modalidades ofertadas aos públicos específicos necessitam ser trabalhadas de forma diferenciada, por meio de metodologias específicas, além de testar as metodologias propostas no funcionamento dos núcleos do PST. Para 2010, estão previstas as seguintes ações: consolidação do sistema de gestão de informação, desenvolvido pelo Ministério do Esporte, juntamente com as Universidades Federal do Rio Grande do Sul e Estadual de Maringá; consolidação dos Projetos Especiais voltados para o público universitário e portadores de deficiência; e participação na III Conferência Nacional de Esporte.

Por meio do Programa Esporte e Lazer da Cidade, em 2009, foi garantida a continuidade do processo de implementação e desenvolvimento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer, além do apoio à realização dos IX Jogos Nacionais dos Povos Indígenas, em Paragominas/PA. Foram executados, também, 130 convênios, beneficiando cerca de 2 milhões de pessoas em atividades sistemáticas e eventos de esporte recreativo e de lazer.

Por sua vez, no âmbito do Programa Brasil no Esporte de Alto Rendimento – Brasil Campeão, destaca-se a concessão de bolsa a atletas de várias categorias e esportes diferentes, fornecendo apoio financeiro para garantir a manutenção pessoal mínima e condições para que se dediquem ao treinamento esportivo e competições. No ano de 2009, foram contemplados 2.954 atletas, utilizando-se o montante de R\$ 19,2 milhões. Para o ano de 2010, a proposta é conceder 4 mil bolsas a atletas e atualizar os valores das bolsas, perfazendo um total de R\$ 62,6 milhões.

Já o Programa Inclusão Social pelo Esporte objetiva contribuir para a inserção social, por meio da fabricação de material esportivo por detentos, adolescentes em conflito com a lei e por populações em situação de vulnerabilidade social. Nesse contexto, em 2009, foram beneficiadas 3,1 milhões de pessoas. Para o ano de 2010, a expectativa é de que seja ampliado ainda mais o número de beneficiários do Programa, aprimorando o processo de inclusão social e de restabelecimento da cidadania.

10. Luz para Todos

Lançado em novembro de 2003, para levar energia elétrica a 10 milhões de brasileiros da área rural até 2008, o Programa Luz para Todos foi prorrogado para 2010, com o objetivo de atender novas demandas surgidas nestes 6 anos de execução. O Programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), operacionalizado pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás) e realizado pelas concessionárias de energia elétrica, cooperativas de eletrificação rural e governos estaduais.

Desde o início de sua execução, o Programa já beneficiou cerca de 11,1 milhões de brasileiros. Até dezembro de 2009, foram executadas mais de 2,2 milhões de ligações, das quais 1,1 milhão na Região Nordeste, 402,3 mil na Região Norte, 180 mil na Região Sul, 381 mil na Região Sudeste e 155,5 mil na Região Centro-Oeste. No tocante aos investimentos, do total de R\$ 15,4 bilhões previstos do Governo, já foram assinados, até dezembro de 2009, contratos que totalizam R\$ 10,9 bilhões, para a execução de 2,5 milhões de ligações, dos quais R\$ 7,8 bilhões foram liberados.

As obras do Programa Luz para Todos também incrementam a economia. Estima-se que mais de 5,6 milhões de postes já foram instalados, 823 mil transformadores, 1,1 milhão de km de cabos elétricos foram utilizados e 335 mil novos postos de trabalho, diretos e indiretos, foram criados. Também, merece destaque o incremento no segmento industrial de eletrodomésticos, que devido à chegada do LPT nas comunidades, tem potencializado a comercialização de aparelhos eletroeletrônicos e equipamentos que melhoram as condições do trabalho rural. Em pesquisa realizada pelo MME, no início de 2009, verificou-se, por exemplo, que 79,3% dos entrevistados adquiriram televisores, 73,3% passaram a ter geladeiras e 24,1% compraram bomba d'água. Num universo de 2,2 milhões de famílias atendidas, esses percentuais representam a comercialização de 1,7 milhão de aparelhos de TV, 1,6 milhão de geladeiras e mais de 537 mil bombas d'água. Para o ano de 2010, o Programa Luz para Todos deverá atender a 578,4 mil novas famílias, beneficiando 2,9 milhões de pessoas.

a) Ações Integradas no Âmbito do Luz para Todos

O objetivo das Ações Integradas do Programa Luz para Todos é que a energia elétrica utilizada para a melhoria da qualidade de vida dos beneficiados se constitua em vetor de desenvolvimento social e econômico, promovendo a criação de trabalho e renda, contribuindo para a redução dos índices da pobreza e da fome. O Programa vem apoiando a criação de Centros Comunitários de Produção (CCPs), constituídos de pequenas agroindústrias que utilizam equipamentos eletrorrurais para o desenvolvimento de suas atividades econômicas, tais como: resfriamento de leite, em sua maioria; produção de rapadura e açúcar mascavo; doces de frutas; criação de pequenos animais; artesanato e confecção; entre outros.

Os projetos de geração de trabalho e renda vêm se desenvolvendo em parceria com outros ministérios, governos estaduais, prefeituras e organizações da sociedade civil, com significativos resultados de alcance social. Até o final de 2009, foram

instalados 675 Centros Comunitários de Produção, que beneficiaram cerca de 14 mil famílias, além da instalação de 93 poços artesianos que beneficiaram 1.700 famílias na região do Estado de Minas Gerais.

b) Territórios da Cidadania

O Programa Luz para Todos também está inserido nas ações do Programa Territórios da Cidadania, que tem por objetivo promover e acelerar a superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural, por meio de estratégias de desenvolvimento territorial sustentável, estando presente em 120 territórios, distribuídos em 1.850 Municípios brasileiros, tendo beneficiado, até dezembro de 2009, mais de 923 mil pessoas, com investimentos de R\$ 1,08 bilhão.

Para o ano de 2010, está previsto o atendimento de aproximadamente 200 mil domicílios nos 120 Territórios, beneficiando cerca de 1 milhão de pessoas, com investimentos previstos da ordem de R\$ 1,2 bilhão.

A energia elétrica oferece conforto e melhoria das condições de vida para a população rural, além de incrementar as atividades agrícolas. Contudo, milhares de famílias evoluíram de uma produção de subsistência para a comercialização do excedente de seus produtos, o que contribuiu para a geração de trabalho e renda no campo, garantindo cidadania e dignidade a uma faixa significativa da população brasileira que sempre esteve à margem do desenvolvimento. Além disso, o Programa Luz para Todos constitui-se em agente promotor da fixação do homem no campo. Assim, muito mais que a eletrificação, o Programa Luz para Todos promove a inclusão social e resgate da cidadania das famílias residentes no meio rural brasileiro.

11. Inclusão Digital

O Programa de Inclusão Digital, apoiado nas Tecnologias de Informação e Comunicação, vem contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico, a diminuição das desigualdades regionais, e a geração de emprego e renda.

O avanço dessas tecnologias e a convergência digital facilitaram o acesso a informações e serviços de governo pelos cidadãos, mostrando-se um importante instrumento de inclusão social, principalmente para os que vivem em áreas rurais e isoladas ou em situação de vulnerabilidade social, além de contribuir para as políticas públicas de Educação (presencial e a distância), Saúde e Previdência Social.

O conjunto de políticas públicas, nacionais e regionais, de inclusão digital tem produzido efeitos positivos nos indicadores de acesso às tecnologias de informação e comunicação. Segundo a PNAD, em 2005, 18,6% dos domicílios possuíam computador, passando para 31,2% em 2008. Já quanto ao acesso individual à Internet, a PNAD mostra, com base no percentual de pessoas que utilizaram a Internet na população de 10 anos ou mais de idade, um crescimento de 20,9% em 2005 para 34,8% em 2008.

A disseminação da banda larga é imprescindível para garantir à população o acesso ao conteúdo multimídia e, conseqüentemente, possibilidades de inclusão social e superação do hiato digital existente em nosso País. Em 2009, foi aprovado pela Anatel o Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências por Sistemas de Banda Larga por

meio de Redes de Energia Elétrica, de forma a aproveitar a capilaridade proporcionada pela malha energética e ampliar a infraestrutura disponível para a prestação dos serviços de acesso à banda larga ao cidadão. Também foi viabilizado o uso da faixa de radiofrequências de 450-470 MHz no cumprimento dos objetivos do Programa Nacional de Telecomunicações Rurais, que visa à população localizada em áreas rurais o acesso a serviços de interesse coletivo, de telefonia e de dados em banda larga (Internet).

A oferta de serviços digitais de banda larga pelo serviço móvel, que ocorreu com a modernização da rede no ano de 2009, propiciou o crescimento dos acessos dessa modalidade de pouco mais de um milhão para mais de sete milhões no fim do mesmo ano, permitindo que mais brasileiros usufruam do acesso a informações digitais.

O Projeto do Governo Federal “Banda Larga nas Escolas Públicas Urbanas” atingiu no ano de 2009, mais de 43 mil escolas públicas urbanas, beneficiando diretamente mais de 50 milhões de alunos, sendo que, até 31 de dezembro de 2010, deverão ser atendidas aproximadamente 64 mil escolas públicas urbanas no Brasil, com uma velocidade da conexão de 1 Mbps, crescente a cada ano.

As obrigações de cobertura estabelecidas no edital de licitação das licenças da Terceira Geração (3G) vão permitir que, até abril de 2010, sejam atendidos todos os 1.836 Municípios que, em 2008, não dispunham do Serviço Móvel Pessoal (SMP). As prestadoras do SMP atingiram 112% da meta prevista para 2009, levando a telefonia celular para 1.032 Municípios, restando apenas 14% dos Municípios a serem cobertos em 2010. Em até cinco anos, todos os Municípios com população acima de 100 mil habitantes estarão atendidos com infraestrutura de banda larga com 3G. Já dentre os pequenos Municípios, com população inferior a 30 mil habitantes, 60% possuirão infraestrutura de banda larga com 3G até 2015.

O Programa Gesac (Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão), com o objetivo de oferecer gratuitamente ferramentas de tecnologia da informação e comunicação, recursos digitais e capacitação em todo o País, leva a Internet, por meio de conexão terrestre ou via satélite, a todos os Municípios brasileiros, com prioridade a localidades remotas e de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), de forma a contemplar populações variadas: comunidades quilombolas, ribeirinhas, extrativistas, aldeias indígenas, zonas rurais, periferias urbanas, escolas públicas, telecentros comunitários e pontos remotos de fronteira, entre outros. A rede Gesac conta com aproximadamente 10.800 pontos instalados, atendendo a 5.564 Municípios. Para 2010, o Programa prevê a licitação de mais 20 mil pontos.

A mudança na sistemática de implantação dos Telecentros Comunitários, passando à modalidade de execução direta e não mais por transferência voluntária aos Municípios, permitiu a implantação de pelo menos um Telecentro Comunitário em cada um dos 5.564 Municípios do Brasil, com redução de 60% nos custos, por meio da utilização do Pregão Eletrônico em Sistema de Registro de Preços. Para 2010, a meta do Programa é implantar mais 15 mil Telecentros Comunitários, chegando a todas as bibliotecas públicas municipais existentes no Brasil.

O Programa Territórios Digitais nasceu com o lançamento do Programa Territórios da Cidadania, em 2008, num esforço conjunto entre órgãos federais (Ministérios do Desenvolvimento Agrário e das Comunicações), Estados e Municípios. O Programa disponibiliza acesso às tecnologias digitais de informação e comunicação para aprimoramento dos processos de gestão da

produção; controle social das políticas públicas; acesso à informação e formação de rede para troca de experiências. A principal contribuição do Programa é a inclusão digital da população rural.

A priori, as indicações das localidades em que serão instaladas as Casas Digitais ficam a cargo de deliberação do Colegiado Territorial do Programa Territórios da Cidadania (composto de forma paritária pela sociedade civil e governo) e, em alguns casos, o Estado divide com o colegiado as indicações. O Programa oferece os equipamentos, mobiliário, impressora, *data show*, conexão banda larga e capta recursos para a realização de capacitações, geralmente proporcionadas pelos governos estaduais. O Município fica responsável pela adequação da Casa Digital, bem como sua manutenção e segurança. A comunidade, enquanto gestora da Casa Digital, é responsável pela organização e regimento da mesma. Em 2009, foram disponibilizadas 80 Casas Digitais em 30 Territórios da Cidadania, e a previsão de atuação do Programa é atingir os 120 Territórios da Cidadania em 2010.

Devem ser destacadas também as ações de inclusão digital e social implementadas por meio do Projeto Casa Brasil. No âmbito desse projeto do Governo já foram implantadas 76 unidades das chamadas “Casa Brasil”, em localidades de grande concentração de pobreza e exclusão social. Cada unidade representa um espaço comunitário, de acesso universal e gratuito, com base em uma estrutura modular, propiciando a conexão de múltiplos saberes, articulando diversos temas e ações. Nas Casas Brasil promove-se o uso autônomo e crítico das tecnologias, atuando na vertente de inclusão digital para: produção cultural e artística; fortalecimento da participação popular na gestão pública; entretenimento; popularização da ciência; apropriação social das tecnologias; integração de políticas públicas e serviços de e-gov; geração de trabalho e renda; promoção e fortalecimento de redes sociais colaborativas, além de promoção de desenvolvimento local e autonomia. O projeto opera há mais de três anos na formação de agentes que atuam nas unidades, ofertando-lhes bolsas de extensão e de desenvolvimento tecnológico e industrial, bem como formação continuada durante o período da bolsa.

12. Justiça e Segurança Pública

a) Sistema Único de Segurança Pública

Visando profissionalizar a gestão da política de segurança pública e orientar a implementação da estratégia segundo os princípios dos Direitos Humanos e da Cidadania, o Governo centrou as ações do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) em seis eixos principais: modernização organizacional das instituições de segurança pública; criação de um sistema integrado de formação e valorização profissional; implantação e modernização de estruturas físicas; implantação de projetos de prevenção à violência e criminalidade; implantação de sistema de gestão do conhecimento; e reaparelhamento e modernização dos órgãos de segurança pública.

Com o objetivo de valorizar a informação como principal ferramenta da ação policial, três sistemas de informação foram aperfeiçoados e modernizados: o Sistema Nacional de Estatística e Segurança Pública e Justiça Criminal, o Observatório Democrático de Práticas de Prevenção à Violência e Criminalidade e o Sistema de Monitoramento da Implantação do Sistema Único de Segurança Pública. O monitoramento constante da situação de segurança pública, agregado ao imenso volume de informações gerenciadas por tais sistemas, permitiu não só a avaliação e divulgação dos resultados alcançados como também o amadurecimento das políticas de segurança pública, criando subsídios para a correção de problemas identificados.

Os princípios e as diretrizes do SUSP são traduzidos em um conjunto objetivo e claro de ações, que foram e continuarão sendo implementadas, em 2010, nas regiões em situação crítica de violência no Brasil. Dessas ações, destaca-se o reaparelhamento, a valorização profissional, a prevenção da violência e a gestão do conhecimento em segurança pública.

a.1) Força Nacional de Segurança Pública

O emprego da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) é uma alternativa viável na execução de ações direcionadas para melhoria da situação de segurança pública no Brasil, além de promover a estabilidade democrática em seu campo de atuação. Baseada na Força de Paz da Organização das Nações Unidas (ONU), a FNSP tem um contingente formado por policiais e bombeiros dos Estados, que são submetidos a uma rigorosa rotina de exercícios e cursam 10 disciplinas, entre elas Direitos Humanos, Controle de Distúrbios Cívicos, Policiamento Ostensivo, Gerenciamento de Crise e Técnicas de Tiro. Os policiais da Força Nacional, após treinamento ou atuação, se reintegram às suas respectivas funções nos Estados de origem, onde também repassam os conhecimentos adquiridos aos demais membros de suas corporações. Desde que foi criada, mais de 8 mil policiais passaram pelo treinamento para integrar a FNSP.

A Força Nacional atuou, em 2009, nos Estados do Pará, apoiando o Ibama no combate ao desmatamento ilegal, de Rondônia, apoiando os órgãos de segurança pública, em virtude da paralisação da Polícia Militar daquela unidade da Federação, de Mato Grosso, apoiando a Polícia Federal no combate a crimes ambientais, do Paraná e Mato Grosso do Sul, apoiando o Departamento Penitenciário Nacional (Depen) na segurança dos presídios federais, e auxiliando os governos dos referidos entes em questões variadas inerentes à segurança pública. Também, em 2009, foi estabelecida uma base permanente da FNSP na região de Luziânia/GO e, para o ano de 2010, será instalada uma base permanente na cidade do Gama, no Distrito Federal, de modo que exista um efetivo mínimo de 540 homens prontos para atuar em qualquer parte do País, com mobilidade e rapidez, pressupostos básicos para uma tropa dessa natureza.

Em 2009, foi criado o Batalhão Especial de Pronto Emprego (BEPE), novo setor especializado da Força Nacional. O Batalhão, com sede em Luziânia, tem como finalidade disseminar conhecimento e tecnologia de ponta para as polícias estaduais e garantir a imediata atuação em casos de grave crise nos Estados. O batalhão é composto por 550 policiais cedidos por 11 Estados, por um ano, para receberem treinamento. Após esse período, eles retornam aos locais de origem com todo o equipamento utilizado durante a capacitação, como viaturas, armas letais e não-letais, coletes e capacetes balísticos de última geração. Atualmente, com o advento do acordo de Cooperação Federativa do BEPE, o efetivo da Força Nacional totalizou 940 policiais militares, os quais estão distribuídos nas operações do Departamento.

a.2) Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública

A Rede de Altos Estudos em Segurança Pública é um projeto de educação permanente, democrática e qualificada, promovida a partir da parceria de Instituições de Ensino Superior (IESs) para a promoção de pós-graduação na área de Segurança Pública e da parceria com as Instituições de Segurança Pública, para a realização de cursos nas modalidades presencial e a distância. Atualmente, essa Rede está presente em todo o âmbito nacional, com 66 IESs credenciadas, 73 cursos e 5.250 beneficiários por ano, e mais de 15 mil profissionais formados, desde 2007. No que diz respeito à promoção dos Ciclos de Curso a Distância, a estratégia utilizada foi a criação de uma nova plataforma e a implementação de 27 telecentros, cobrindo as 27 unidades da Federação, com

vistas a alcançar os servidores da área de segurança pública, independentemente das limitações sociais e geográficas. Em 2009, no Programa de Ensino a Distância (EAD), foram matriculados 527.646 profissionais de segurança pública.

Destaca-se, ainda no ano passado, como resultados alcançados: a contribuição para a abertura de novos Centros de Pesquisa e Estudos específicos para a área; o fomento à produção científica nacional sobre a temática de segurança pública, induzindo a criação de uma nova área de conhecimento; a contribuição para o intercâmbio, articulação e integração entre os profissionais de segurança pública e a sociedade civil; a contribuição para o debate de temáticas como violência de gênero, liberdade de orientação sexual, igualdade racial e direitos etários no âmbito da segurança pública; o atendimento a 459 mil profissionais de segurança pública; a promoção de 54 temáticas de segurança pública para atualização dos profissionais da área; a contribuição para o aperfeiçoamento da atuação dos profissionais de segurança pública; e a inclusão de todos os segmentos da área nos processos de aprendizagem.

a.3) Programas e Projetos Especiais em Segurança Pública

Os Gabinetes de Gestão Integrada (GGIs) nos Estados passaram a atuar como um colegiado, tendo como principal êxito esforços comuns na área de segurança pública, reduzindo consideravelmente o tempo-resposta na comunicação entre as instituições, restabelecendo a função articuladora dos Gabinetes e impulsionando as atividades relacionadas à prevenção, enfrentamento ao crime organizado e operações coordenadas, com foco na redução da criminalidade e incentivo à criação de Gabinetes municipais.

Por meio da ação Reaparelhamento das Unidades de Segurança Pública, em 2009, foi dada guarida a projetos com foco nas garantias individuais e coletivas, com ênfase na preservação da vida e que priorizem a indução de políticas quanto ao uso de armamento e munição letais de calibres compatíveis ao meio urbano, bem como o incentivo à aquisição de armamento e munições não-letais, a investigação científica, para que se obtenha provas confiáveis nas elucidações de crimes, e o apoio à implementação de estrutura para a operacionalidade da Aviação de Segurança Pública nos Estados. Para 2010, está prevista a implementação do Sistema Nacional de Prevenção da Violência e Criminalidade, que tem por objetivo apoiar projetos e ações, realizados pelos executivos estaduais, do Distrito Federal e municipais, de prevenção à violência e criminalidade.

b) Sistema Penitenciário Federal

Em 2009, o Governo, por meio do Ministério da Justiça, conduziu a execução de 131 obras em todo o País, representando um acréscimo de 29.992 novas vagas no sistema prisional. Também, foi desencadeado um processo de contratação de empresa especializada na elaboração de projeto executivo, que contempla unidade prisional feminina padrão Pronasci para 286 vagas. Nesse escopo, foram contratadas obras de construção de 5 unidades prisionais do Pronasci, destinadas a presos na faixa etária entre 18 e 24 anos, nos Estados do Ceará, Goiás, Paraná, Sergipe e Tocantins, cinco reformas em estabelecimentos penais nos Estados do Acre, Distrito Federal, Goiás, Pará e Sergipe. Destaca-se, ainda, a construção de seis estabelecimentos penais nos Estados da Bahia, Distrito Federal, Pernambuco, Paraná, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul, que irão gerar 1.087 novas vagas para o sistema prisional brasileiro.

No tocante à execução direta da política penitenciária federal, foram inauguradas duas novas unidades federais, uma em Porto Velho/RO, em junho de 2009, e outra em Mossoró/RN, em julho de 2009. Cada uma das unidades gerou 208 novas vagas, o que,

agora, possibilita a custódia de 832 (oitocentos e trinta e dois) presos de alta periculosidade em todo o Sistema Penitenciário Federal. Registra-se que, atualmente, o Sistema Penitenciário Federal custodia ao todo 341 presos de alta periculosidade, entre eles líderes de facções criminosas e do tráfico de drogas, oriundos de sistemas prisionais estaduais.

Na implementação do Pronasci, foram contemplados 60 estabelecimentos de regime fechado em diversos Estados. Ao todo, foram aportadas 52 esteiras de raios-X, 270 pórticos detectores de metais de alta sensibilidade e 350 detectores de metais portáteis do tipo raquete, sendo investidos cerca de R\$ 17 milhões. Quanto às ações ligadas à integração do Sistema Nacional de Informações Penitenciárias, destacam-se os aportes de equipamentos em diversos Estados, adquiridos em 2009, perfazendo um total de 978 novos computadores.

Em relação a recursos humanos, no ano de 2009, no âmbito do Sistema Penitenciário Federal, foi realizado concurso público para provimento de 656 cargos, dos quais 600 para o cargo de Agente Penitenciário Federal, 44 para o cargo de Especialista em Assistência Penitenciária e 12 para o cargo de Técnico de Apoio à Assistência Penitenciária. Ainda nesse ano, firmou-se convênio com as Secretarias de Administração Penitenciária dos Estados visando ao aparelhamento, reaparelhamento e informatização destas, totalizando o montante de cerca de R\$ 2,2 milhões já empenhados.

No exercício passado, houve o prosseguimento da implementação do Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário, em 18 Estados. No âmbito do Programa de Fomento das Penas e Medidas Alternativas, foram realizados vários eventos, entre eles, o V Congresso Nacional de Execução de Penas e Medidas Alternativas (Conepa) e reuniões preparatórias para o VI Conepa, a ser realizado em 2010. No que concerne aos projetos apresentados em 2009, foram analisadas e aprovadas 14 propostas, totalizando R\$ 4, 8 milhões. Encontra-se em desenvolvimento o projeto do Sistema Integrado de Gestão de Penas e Medidas Alternativas (SIG-PMA), que servirá como ferramenta de gestão, monitoramento e avaliação da Política Pública Penitenciária de Penas e Medidas Alternativas. Com relação à assistência laboral, o Programa Pintando a Liberdade, realizado em parceria com Ministério dos Esportes, proporcionou trabalho a 225 presos no ano de 2009, com a efetiva garantia dos direitos à remição da pena e a remuneração pecuniária, por meio da produção de bolas, inclusive com guizos.

A Ouvidoria do Sistema Penitenciário instaurou 275 processos decorrentes de denúncias, em 2009. Dentre estes, denúncias de maus tratos, má administração dos serviços penais, falta de assistência aos presos, entre outros. Também, instaurou-se, no mesmo período, 722 processos de Indulto Individual (Graça), os quais foram encaminhados aos Conselhos Penitenciários estaduais para emissão de parecer, além da expedição de 1.094 cartas-informação aos presos sobre andamento dos diversos pedidos. Para 2010, o Plano de Ação contempla: a aquisição de materiais e equipamentos para as novas penitenciárias; a contratação de serviços necessários à manutenção das unidades; o aparelhamento de Ouvidorias do Sistema Penitenciário; a realização do Encontro Nacional de Ouvidorias; a construção e aparelhamento da 5ª Penitenciária Federal do Brasil, a ser construída no Distrito Federal; a reforma e reaparelhamento das quatro Penitenciárias Federais existentes; a aquisição de aeronave para transporte de presos; e a criação de Sistema de Localização e Rastreamento de Celulares em Penitenciárias Federais. Ressalta-se, também, a participação do Governo no desenvolvimento do XII Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção ao Crime e Justiça Penal.

c) Combate à Criminalidade

Ao longo de 2009, as Polícias da União atuaram em diversas vertentes para o melhor atendimento dos anseios sociais, mantendo-se norteadas pelo objetivo de serem referência no serviço e atendimento prestado ao cidadão.

A Polícia Federal (DPF) trabalha orientada pelo objetivo de se tornar referência mundial em segurança pública, até 2022, declaração presente no plano estratégico da organização. O documento orienta as ações do DPF para a melhoria das atividades judiciárias, de fiscalização e de atendimento à população. O esforço da Polícia Federal se materializou nas 246 operações realizadas, em 2009, um acréscimo de 12,8% comparado a 2008. Essas operações culminaram com 2.301 prisões, na instauração de 71.372 inquéritos policiais e na conclusão de 67.012 investigações. Atualmente, estão em curso cerca de 161 mil investigações no Departamento. É importante ressaltar que todas as ações realizadas pela Polícia Federal, em 2009, bem como aquelas programadas para o ano de 2010, se compatibilizam com os grandes eventos que realizar-se-ão no Brasil, como os Jogos Militares em 2011, a Copa das Confederações em 2013, a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016

No âmbito do Projeto Pró-Amazônia/Promotec, que tem por objetivo efetivar a presença do DPF na Amazônia Legal e modernizar as suas unidades operacionais e técnico-científicas, em 2009 foram investidos US\$ 52 milhões, com os quais foram adquiridos para a área de inteligência policial equipamentos táticos de interceptação Rádio Frequência (RF), *notebooks* robustecidos, *softwares* de sustentação e prova de conceito para o Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica (Cintepol), bem como equipamentos discretos. Pretende-se, dessa forma, incrementar os meios para análises de inteligência nas investigações policiais, visando proporcionar um salto quantitativo e qualitativo nas já bem-sucedidas investigações e operações da Polícia Federal. Também em 2009, foram adquiridos, ainda, para a área de criminalística, equipamentos e *softwares* para análise de áudio e vídeo, de DNA e de perícia ambiental, para serem distribuídos para o Instituto Nacional de Criminalística e para Unidades Descentralizadas.

Com relação aos Direitos Humanos, o Projeto Anjos na Rede foi criado e implantado, em 2009, sendo o primeiro sistema de denúncia *online* para crimes contra os direitos humanos na Internet. Esse projeto foi implantado em parceria com a organização não-governamental Safernet e está disponível no site www.dpf.gov.br. Nessa mesma linha, foi criado e implantado, também, o Sistema de Acompanhamento em Tempo Real de Execução de Operações de Combate à Pornografia Infanto-Juvenil na Internet (Sistema Gecop) e obtido, de forma pioneira na América Latina, acesso ao Banco de Imagens da Interpol para identificação de vítimas de pornografia infantil por meio da Internet.

Destaca-se, ainda, a contribuição da Polícia Federal na comprovação da inviolabilidade das urnas eletrônicas. Em conjunto com o Tribunal Superior Eleitoral, o DPF contribuiu para aperfeiçoar a urna eletrônica, principalmente no que se refere à segurança do voto, utilizando mecanismo de identificação do eleitor por sua impressão digital. As novas urnas estarão disponíveis para mais de um milhão de eleitores, já para as eleições de 2010. No mesmo sentido, a Polícia Federal contribuiu para a elaboração do Projeto RIC – Registro de Identidade Civil, que permitirá ao cidadão brasileiro o uso de um documento de identidade mais confiável, moderno e funcional, com numeração única.

Ademais, com o objetivo de ser ainda mais eficiente no combate à criminalidade organizada, foram firmados, em 2009, com a Polícia Nacional da Bolívia, com a Secretaria Nacional Antidrogas do Paraguai e com a Polícia Nacional do Peru, Estratégias de

Cooperação Policial, prevendo várias ações conjuntas, visando ao fortalecimento institucional dos partícipes e à intensificação do intercâmbio de informações, com futuras deflagrações de ações conjuntas.

Em agosto de 2009, foi finalizada a implementação do novo passaporte brasileiro. Dessa forma, todos os postos emissores da Polícia Federal no território brasileiro expedem o novo passaporte, com padrão internacional. Para 2010 pretende-se a emissão do passaporte brasileiro com chip, conforme tratativas que vêm sendo envidadas junto à Casa da Moeda do Brasil. Há que se ressaltar, também, a continuidade da Campanha do Desarmamento, tendo sido obtido, em 2009, o resultado constante do quadro que se segue.

Campanha do Desarmamento – Resultados em 2009

Total de registros	513.839
Total de registros renovados	360.952
Total de apreensões	11.981
Total de portes expedidos	9.375
Total de armas entregues	13.233

Fonte: SIAFI Gerencial, Sistema de Acompanhamento da Execução (SAE/MinC) e Sistema Integrado de Monitoramento de Ações da Cultura (SIMC).

No que se refere à segurança rodoviária, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) realiza o policiamento ostensivo nas rodovias federais, ação que tem se intensificado, uma vez que o Governo incrementou a contratação de policiais e aquisição de viaturas. Em 2009, a PRF aprimorou o sistema de telecomunicação, informação, monitoramento e controle, de modo a atender os pontos mais remotos do território nacional, adequando as Bases Operacionais, a fim de permitir melhor acesso e apoio ao usuário das vias de transporte rodoviário. A melhoria na estrutura traz resultados diretos na proteção à integridade física dos usuários das vias públicas, bem como de toda a população que vive à margem da rodovia e às próprias instituições policiais. A capacitação dos servidores tem sido essencial na melhoria das operações e do atendimento ao cidadão. Nesse sentido, em 2009, foram capacitados de mais de 5.596 servidores da PRF. Complementarmente, as diversas operações resultaram na prisão em flagrante de 21 servidores envolvidos com práticas de corrupção. No que tange aos projetos de Educação para o Trânsito, houve 30 workshops e 653 ações de educação, atingindo diretamente um público de 157.988 pessoas. Apenas o Festival Teatro para o Trânsito (Fetran) alcançou 37 mil pessoas. Para 2010, está previsto o Curso de Formação Profissional para 750 novos Policiais Rodoviários Federais.

Na área da tecnologia, em 2009, destacou-se o aperfeiçoamento do sistema de radiocomunicação de todas as regionais da PRF, com a aquisição de duas torres e 170 rádios de comunicação. Essas aquisições ampliarão a comunicação das viaturas em patrulhamento com os postos, delegacias e Centrais de Informações Operacionais da PRF, reduzindo o tempo de resposta no atendimento às ocorrências. Como perspectiva para 2010, ressalta-se a retomada da construção da sede da PRF e a implantação do Projeto Alerta Brasil, que consiste em uma rede de equipamentos de OCR (leitor de placas de veículos), que irá permitir a identificação automática de veículos com ocorrência de roubo e furto, quando da passagem destes pelos postos da Polícia Rodoviária Federal.

d) Combate à Lavagem de Dinheiro e Cooperação Jurídica Internacional

Em 2009, tramitaram no Ministério da Justiça mais de 1.100 pedidos de cooperação jurídica em matéria penal que tiveram, entre outras finalidades, a quebra de sigilo bancário e o bloqueio e confisco de ativos de origem ilícita mantidos no exterior. No tocante à tentativa de recuperação de ativos, destacam-se a manutenção dos bloqueios nos casos “Banestado” e “Satiagraha”, cujos valores ultrapassam US\$ 2,5 bilhões, e a repatriação de US\$ 1 milhão desviados.

O Governo negociou, em 2009, dois Tratados Bilaterais de Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, com a República Federal da Alemanha e com a República da Turquia. Também foram concluídas as negociações do Tratado Bilateral de Auxílio Mútuo em Matéria Civil com a República Popular da China. A perspectiva para o ano de 2010 é de que vários tratados, cujas negociações estão adiantadas, sejam celebrados. Além disso, espera-se dar continuidade às conversações e iniciar novas negociações com diversos países, a exemplo da África do Sul, Emirados Árabes Unidos, Egito, Índia, Israel, Mônaco e Rússia.

As ações da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) prosseguiram, no último ano. Dentre as ações desenvolvidas, é de se destacar a identificação de esquemas de lavagem de dinheiro por meio de setores relevantes, como o futebol, o comércio de gado e combustíveis. Também criado no âmbito da Enccla, o Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro (LAB-LD) é uma resposta inovadora do Governo aos desafios impostos pela crescente complexidade das ações criminosas e ao aumento exponencial do volume de dados para análise de casos de lavagem de dinheiro. Em 2009, foram capacitados aproximadamente 1.615 agentes públicos, entre policiais civis, membros do Ministério Público e fiscais das Receitas Estaduais. Para 2010, pretende-se capacitar mais 1.500 agentes públicos.

e) Combate à Pirataria

O Conselho Nacional de Combate à Pirataria deu publicidade ao novo plano estratégico, com cinco projetos prioritários: Cidade Livre de Pirataria, Feira Legal, Portal de Combate à Pirataria, Comércio Contra a Pirataria e Parcerias com Provedores de Internet. Com essas iniciativas, espera-se consolidar um movimento nacional em torno do combate à pirataria e delitos contra a propriedade intelectual.

A estruturação e implantação dos projetos foi iniciada em 2009 e se estenderá ao longo de 2010. Também, em 2010, serão continuados os trabalhos de formalização de parcerias com entidades públicas e privadas, como as realizadas em 2009 com a Ancine, Anvisa e Escola de Administração Fazendária (ESAF) para a consecução dos objetivos estratégicos, no que tange o combate à pirataria.

f) Garantia dos Direitos dos Jovens na Mídia

Com base em duas pesquisas inéditas, realizadas em 2008, o Governo foi capaz de, pela primeira vez, avaliar a eficácia, eficiência e efetividade da política pública de Classificação Indicativa. Os estudos resultaram em duas publicações: a cartilha “A Classificação Indicativa na Língua Brasileira de Sinais” e o livro “Análise da Política Pública da Classificação Indicativa”. Com os dados

obtidos, verificou-se a necessidade das informações sobre a classificação indicativa serem ampliadas e dirigidas. Para tanto, foram produzidas e distribuídas em cinemas, videolocadoras e escolas, 430 mil exemplares da cartilha “Classificação Indicativa – Informação e Liberdade de Escolha”. Também foram produzidos e distribuídos cartazes atrativos com as recomendações da classificação indicativa.

g) Direitos e Garantias dos Estrangeiros

Como previsto para 2009, o Governo, por intermédio do Ministério da Justiça, informatizou todos os registros inerentes aos registros de naturalização, disponibilizando, em tempo real, a emissão de certidões negativas de naturalização, que antes demoravam até dois anos para serem expedidas. Outro importante passo foi a promoção de uma ampla regularização imigratória dos estrangeiros que se encontravam irregulares, e que tinham ingressado no País antes de 1º de fevereiro de 2009. O Poder Executivo também encaminhou ao Congresso Nacional o PL nº 5.655, de 2009, que visa substituir o atual Estatuto do Estrangeiro. Entre os seus diversos dispositivos, esse PL permite uma migração mais ordenada e que contemple as novas tendências mundiais sob a ótica dos direitos humanos. O texto final foi construído com a participação dos diversos órgãos governamentais, além das sugestões da sociedade civil e dos próprios cidadãos, advindas da consulta pública a que fora submetido o texto preliminar. A principal política pública a ser desenvolvida nessa área, no ano de 2010, é a difusão do instituto da transferência de pessoas condenadas, capacitando os agentes envolvidos na matéria e em extradição. Outro projeto importante será a implementação de um centro de referência sobre imigração no Brasil, capaz de mapear a história da imigração, resgatando nossas origens e, conseqüentemente, expondo a importância dos migrantes para a construção de um povo.

h) Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

Dentre algumas das metas do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, executadas no ano de 2009, destacam-se a realização e apoio para estudos e pesquisas, como a publicação e republicação de vários materiais gráficos sobre o tema tráfico de pessoas; o monitoramento, avaliação e disseminação desse Plano; a discussão e análise de projetos de lei relativos ao tráfico de pessoas; a capacitação de atores direta ou indiretamente envolvidos com a temática, destacando-se a realização do Seminário Internacional sobre Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, em parceria com os países-membros e associados do Mercosul, em São Paulo, no último mês de junho; e a Oficina sobre Serviços de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, realizada em Recife, nos meses de julho e agosto. Atualmente, vários Estados já implementaram ações de enfrentamento, com o desenvolvimento de Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, dentre os quais podem ser citados os exemplos dos Estados de Pernambuco, São Paulo, Goiás, Pará, Rio de Janeiro e Acre.

Em outubro de 2009, foi assinado Protocolo de Intenções entre o Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Justiça (SNJ), e o International Centre for Migration Policy Development (ICMPD), com o objetivo de implementar ações de prevenção e resposta ao tráfico de pessoas e de atenção às vítimas, o qual terá vigência de 24 meses. Com essa iniciativa, busca-se promover uma importante parceria transnacional, reforçando as relações institucionais no enfrentamento a essa prática criminal. No que se refere ao enfrentamento do tráfico de mulheres, os Governos do Brasil e do Suriname aprovaram, em maio de 2009, a Declaração de Belém. O documento propõe medidas de combate ao tráfico de seres humanos estabelecido através da fronteira entre Brasil e Suriname.

Ainda no âmbito do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, cabe destacar as seguintes ações desenvolvidas pelo Governo, ao longo de 2009: i) o fortalecimento da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência; ii) a capacitação dos profissionais da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, sendo que mais de 3 mil profissionais e 10 mil multiplicadores foram capacitados na temática de tráfico de mulheres; e iii) a realização de oficinas com os organismos locais responsáveis para a implementação dos Núcleos Estaduais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NEPT) e dos Postos Avançados.

É importante destacar, ainda, uma iniciativa inédita: em novembro de 2009, o Governo criou um Centro Tri-nacional de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência e Tráfico de Pessoas, em parceria com os organismos de políticas para as mulheres do Paraguai e da Argentina e com a Prefeitura de Foz do Iguaçu. Trata-se de um espaço direcionado ao atendimento especializado às mulheres dentro da Casa do Migrante daquele Município, que será responsável por identificar casos de violência e tráfico contra as mulheres migrantes na região, além de encaminhá-las aos serviços de atendimento à mulher dos três países. Para 2010, é prioridade replicar a experiência de Foz do Iguaçu em outras regiões de fronteira seca, que se constituam em rotas de tráfico de pessoas. Já foram iniciadas as negociações para implantação do serviço de fronteira no Município de Pacaraima, numa parceria entre Brasil e Venezuela, e com a implementação de um Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Estado do Acre, a região de fronteira com a Bolívia, na cidade de Brasileia.

i) Anistia Política

Em 2009, foram julgados em torno de 730 recursos, número que representa um acréscimo de 231% em relação ao ano anterior. Por meio das Caravanas da Anistia e do Memorial da Anistia Política, a Comissão de Anistia esteve presente em 17 Estados nas cinco regiões do Brasil, promovendo o resgate de memória e ampliando o espectro da reparação moral devida aos perseguidos políticos e à sociedade. No tocante às atividades educativas, o ano de 2009, foi marcado por 12 Caravanas da Anistia, nas quais foram realizadas sessões reais de julgamento, prestou-se diversas homenagens e realizaram-se seminários e debates. Os 64 mil processos recebidos pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, alguns com documentos inéditos, irão compor o acervo do Memorial da Anistia Política, espaço a ser construído em terreno doado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Para 2010, espera-se ampliar o intercâmbio majoritariamente na seara de políticas para tratamento histórico do fenômeno da repressão ditatorial, por intermédio de ações como: fomento a estudos e pesquisas, estruturação de políticas museológicas e produção de atividades para troca de experiências.

j) Defesa do Consumidor e da Ordem Econômica

No ano de 2009, o Governo ampliou a política de formação de técnicos e agentes em defesa do consumidor em todo o Brasil, por meio da Escola Nacional de Defesa do Consumidor, que completou dois anos. Outro importante avanço foi a criação da modalidade de educação a distância, ampliando os processos de aprendizagem, independentemente das limitações geográficas, por meio de tecnologias da informação inovadoras.

Também se observou o fortalecimento dos procedimentos e estratégias de proteção à saúde e segurança dos consumidores, incluindo subsídios técnicos para o aprimoramento de propostas legislativas, articulação com órgãos reguladores, tais como

o Inmetro, a Anvisa e o Denatran. No que se refere ao monitoramento do mercado de consumo, destacam as ações para implementação do Decreto nº 6.523, de 2008, que fixou normas gerais sobre o Serviço de Atendimento (telefônico) ao Consumidor (SAC) das empresas reguladas pelo Poder Público. Foram realizadas oficinas técnicas com representantes do Sistema Nacional de Defesa da Concorrência (SNDC), harmonizando entendimentos e estratégias de fiscalização para o cumprimento do referido Decreto. Nesse contexto, o Ministério da Justiça, por intermédio do Departamento de Proteção e Defesa ao Consumidor (DPDC), aplicou multas no valor superior a R\$ 10 milhões e ajuizou, em coordenação com os demais órgãos de defesa do consumidor, duas ações coletivas, objetivando a reparação dos danos causados aos consumidores em razão do reiterado descumprimento das normas do SAC.

Na área internacional, foi dedicada atenção especial ao Mercosul, tendo sido realizados encontros temáticos visando aproximar as políticas de defesa do consumidor dos países-membros. Nesse ponto, destacam-se a Declaração de Salvador, que reconhece os direitos básicos do consumidor no contexto do superendividamento e do consumo de crédito. No âmbito interamericano, deu-se seguimento aos trabalhos relativos à proposição de uma convenção de proteção ao consumidor em contratos internacionais, perante a Organização dos Estados Americanos, com o oferecimento do Brasil como sede para a conferência.

O Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, integrado pela Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE/MF), pela Secretaria de Direito Econômico (SDE/MJ) e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), tem por objetivo principal a promoção de uma economia competitiva, por meio da prevenção e da repressão de ações que possam limitar ou prejudicar a concorrência. Nesse âmbito, em 2009, a SEAE analisou 419 processos relativos a atividades de controle de concentração. Dos principais casos analisados, destacam-se as operações no setor de saúde suplementar, bem como de distribuição de publicações.

No ano de 2009, o Governo teve como ações prioritárias a consolidação do Programa de Combate a Cartéis, o refinamento dos instrumentos para combate de práticas anticompetitivas, o aumento do nível de transparência das medidas junto aos administrados e a efetividade dos procedimentos internos de instrução processual, no âmbito do Ministério da Justiça. É de se destacar, também, o convênio estabelecido junto aos Ministérios Públicos dos Estados do Rio e de São Paulo, para equipar suas respectivas unidades anticartel de laboratórios de perícia. Para 2010, pretende-se estreitar a implementação de medidas junto ao CADE e fortalecer o Programa de Combate a Cartéis, mediante a expansão das atividades já realizadas em 2009, além de aperfeiçoar as atividades de instrução de processos em trâmite no Ministério da Justiça, diminuindo o estoque dos casos pendentes de análise e reduzindo o tempo de instrução.

No campo da Defesa Econômica, o CADE julgou aproximadamente 400 casos de Atos de Concentração e, em 2010, deverão ser julgados casos importantes, envolvendo empresas de telefonia, bancos, laboratórios farmacêuticos e mercado de carne para exportação, entre outros. Em 2010, continuarão a ser analisados e julgados casos de conduta importantes, além de estar prevista a implementação do Novo CADE, após aprovação do PL nº 5.877, de 2005, de iniciativa do Poder Executivo, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica. A aprovação da nova lei implicará unificação da estrutura administrativa e de pessoal, bem como a implementação de novos procedimentos e trâmites processuais (como análise prévia de atos de concentração), o que exigirá grande esforço na

transformação institucional. Grande parte das ações em 2009 já foram voltadas à preparação da instituição para o novo marco legal da concorrência no Brasil.

k) Direitos Difusos

O Ministério da Justiça, por meio do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos (CFDD), é responsável por administrar os recursos de um fundo formado por condenações judiciais aplicadas pela Justiça Federal, multas aplicadas pelo CADE e DPDC. Esses recursos têm por finalidade a reparação dos danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos, por meio do financiamento de projetos. Em 2009, entre as cartas-consulta recebidas, foram selecionados 50 projetos, sendo 23 projetos conveniados e estima-se a destinação de R\$ 4 milhões para aplicação em projetos que atendam à segurança física de patrimônio histórico e artístico (museus, igrejas, arquivos etc.). Em 2010, espera-se elevar o valor orçamentário destinado ao apoio de projetos, tendo em vista o aumento da arrecadação e o número de projetos apresentados nos últimos anos.

13. Prevenção Quanto ao Uso de Drogas

A ação do Governo, no que se refere à prevenção do uso de drogas, vem se consolidando a partir da criação de bases sólidas para a implementação efetiva da Política Nacional sobre Drogas (PNAD). As parcerias institucionais e a articulação com as diferentes áreas estratégicas de ação vêm permitindo uma melhor compreensão do fenômeno, assim como a sua adequada abordagem, seja por meio da capacitação dos atores relacionados ao enfrentamento da questão, seja por meio da realização de séries de levantamentos epidemiológicos, que permitem o monitoramento e a análise das tendências de consumo no País.

No que se refere à capacitação, mais de 96 mil lideranças comunitárias, dentre as quais educadores, conselheiros municipais, profissionais de saúde e lideranças religiosas e de segmentos afins, já participaram dos programas implementados pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad), em parceria com outros órgãos de governo e universidades. São multiplicadores que estão prontos a orientar, articular e conduzir ações em nível municipal, fortalecendo, dessa maneira, os preceitos de descentralização da Política Nacional sobre Drogas.

Nesses últimos sete anos, as ações intersetoriais e descentralizadas ampliaram o acesso da população aos projetos do Governo, estreitaram os laços com a comunidade científica, fortaleceram as parcerias com a sociedade e projetaram o País no cenário internacional como referência na implantação de políticas sobre drogas e na modernização legislativa sobre o tema. Em 2009, fruto de parceria entre Senad/GSI e Pronasci/MJ, foi instituído o Programa Ações Integradas na Prevenção ao Uso de Drogas e Violência, com o propósito de implementar ações, tanto de natureza preventiva, como de tratamento e reinserção social, com vistas à redução da criminalidade associada ao uso indevido de álcool e outras drogas, o fortalecimento das redes sociais e de saúde e a ampliação do acesso aos serviços disponíveis. A proposta do Programa é somar esforços e intervir conjuntamente em resposta ao desafio imposto pela associação entre drogas, violência e juventude. Simultaneamente a essas iniciativas, os órgãos de Segurança Pública intensificarão as ações de repressão ao tráfico de drogas. Assim, numa primeira etapa, durante o ano de 2010, serão atendidos pelo Programa os

Municípios de cinco regiões metropolitanas, selecionadas com base nos altos índices de criminalidade e violência e por integrarem os Territórios da Paz, no âmbito do Pronasci: Porto Alegre, Rio de Janeiro, Vitória, Salvador e Distrito Federal, que, no total, abrangem cerca de 24 milhões de habitantes. A previsão é capacitar 80 mil profissionais em 10 diferentes cursos, voltados à prática diária dos serviços de saúde, educação e segurança pública. Também serão capacitadas 20 mil lideranças comunitárias. Além da implantação do Ações Integradas, em 2010, serão implementados programas de prevenção ao uso de drogas, especialmente voltados para populações indígenas e de assentamentos do Incra. Ainda, estão previstas importantes pesquisas como: o III Levantamento Nacional Domiciliar sobre o Consumo de Drogas na População Brasileira; o Estudo Nacional sobre Consumo de Drogas por Trabalhadores; e o I Levantamento Nacional sobre Consumo de Drogas na População Carcerária.

No contexto internacional, espaços têm sido criados pelo estabelecimento de acordos de cooperação multi e bilaterais junto a agências, organismos e países, promovendo um diálogo produtivo e permitindo trocas efetivas de conhecimentos a partir das diferentes experiências. A intensificação das relações de cooperação nessa área tem dado visibilidade à política brasileira sobre drogas. Como reflexo de tal reconhecimento, o Brasil foi alçado a protagonista do processo de atualização da Estratégia Hemisférica Antidrogas, tendo sido eleito para coordenar esse importante processo no âmbito da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (Cicad) da OEA.